

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**Caixinhas e Vassouras: Economia Política do Sistema Partidário Paulista da
Quarta República (1945-1965)**

NÍVEL: MESTRADO

Felipe Ferreira Klen

**São Paulo
2023**

FELIPE FERREIRA KLEN

CAIXINHAS E VASSOURAS: Economia Política do Sistema Partidário Paulista da Quarta República (1945-1965)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito à obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: [Lelio Luiz de Oliveira](#)

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

K64c Klen, Felipe
Caixinhas e Vassouras: Economia Política do Sistema Partidário Paulista da Quarta República (1945-1965) / Felipe Klen; orientador Lelio Oliveira - São Paulo, 2023.
190 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Economia Política Histórica. 2. sistemas partidários. 3. Estado de São Paulo. 4. Quarta República Brasileira. 5. conflito distributivo. I. Oliveira, Lelio, orient. II. Título.

Felipe Ferreira Klen

Caixinhas e Vassouras: Economia Política do Sistema Partidário Paulista da Quarta República (1945-1965)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito à obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovada em __ de _____ de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Lelio Luiz de Oliveira - Universidade de Sao Paulo

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao meu avô José Lopes, que mesmo sabendo poucas letras me inspirou a querer saber cada vez mais sobre o mundo.

Agradeço aos meus pais Edvania e Wilson e à minha avó Severina, por todo o amor e acolhimento em todos esses momentos difíceis nos últimos anos.

Agradeço à Beatriz Mendonça e Vitoria Sayuri Nagano, por toda a paciência comigo.

Agradeço aos meus professores Aparecida Rago, Carlos Eduardo Carvalho e especialmente ao meu orientador [Lelio Luiz de Oliveira](#).

“A política é a utopia alegre da abundância, desmoralizada pela economia, que Carlyle chamava de ‘ciência severa da escassez’”

Roberto Campos

“וכי מאחר שאלו ואלו דברי אלהים חיים, מפני מה” זכו בית הלל לקבוע הלכה כמותן? מפני שנוחין ועלובין היו, ושונין דבריהן ודברי בית שמאי, ולא עוד אלא שמקדימין דברי בית שמאי לדבריהן.”

Talmud, Eruvin, 13b:11

Resumo

O presente trabalho visa contribuir na área da história política e econômica do Brasil pós-Guerra, estudando a relação do sistema partidário operante na política estadual de São Paulo de 1945-1965 e o conflito distributivo. Para isso utiliza pressupostos teóricos de Economia Política Positiva ao traçar perfil dos partidos políticos, como se expressavam na política paulista, desempenho eleitoral e quais alianças fizeram, assim como dos governos estaduais enquadrados nesse sistema partidário e elabora uma análise empírica de como a alocação de poder entre legendas se relacionou a distribuição dos recursos no orçamento.

Palavras-chave: Economia Política Histórica; sistemas partidários; Estado de São Paulo; Governo Estadual; Quarta República Brasileira; conflito distributivo.

Abstract

This academic work aims to contribute to the field of political and economic history of post-war Brazil studying the relationship between the party system operating in São Paulo state politics in 1945-1965 and the distributive conflict. It uses theoretical assumptions of Positive Political Economy when profiling political parties, looking how they expressed themselves in São Paulo politics, their electoral performance and what alliances they made, as well as the states governments and elaborates an empirical analysis of how the allocation of power between political parties was related to the distribution of resources in the budget.

Keywords: Historical Political Economy; party systems; State of São Paulo; State government; Fourth Brazilian Republic; distributive conflict

Sumário

Lista de Gráficos	2
Lista de Tabelas	4
Introdução	8
Capítulo 1 - Discussão Teórica	12
Voto e atuação política	12
Atuação Legislativa e orçamentária	28
Capítulo 2 - Sistema Partidário e Governos Estaduais	33
Sistema Partidário na Quarta República	33
Partidos e Coalizões	36
Governos estaduais	92
Capítulo 3 - Pesquisa empírica	111
Déficit Fiscal	112
Secretaria de Justiça	119
Secretaria de Segurança Pública	122
Secretaria de Educação	123
Secretaria de Saúde	139
Secretaria de Trabalho	143
Secretaria de Agricultura	144
Secretaria de Viação e Obras Públicas	148
Considerações Finais	156
Referências Bibliográficas	158

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Deficit Fiscal na Lei Orçamentária de São Paulo	121
Gráfico 2: Despesa com Dívida Externa	122
Gráfico 3: Despesa com Dívida Flutuante	123
Gráfico 4: Despesa com Dívida Interna	124
Gráfico 5: Despesa com Inativos	125
Gráfico 6: Secretaria de Justiça	126
Gráfico 7: Mutação Patrimonial da Secretaria de Justiça	128
Gráfico 8: Secretaria de Segurança Pública	130
Gráfico 9: Secretaria de Educação	132
Gráfico 10: Despesa Efetiva Fixa da Secretaria de Educação	133
Gráfico 11: Mutação Patrimonial da Secretaria de Educação	134
Gráfico 12: Gasto por grau de escolaridade	135
Gráfico 13: Composição de gastos com Ensino Primário	136
Gráfico 14: Despesa Efetiva Fixa com Ensino Primário	137
Gráfico 15: Mutação Patrimonial com Ensino Primário	138
Gráfico 16: Despesa com Ensino Secundário	139

Gráfico 17: Mutação Patrimonial com Ensino Secundário	140
Gráfico 18: Despesa com Ensino Profissionalizante	141
Gráfico 19: Despesa com Ensino Superior	142
Gráfico 20: Despesa com USP	144
Gráfico 21: Despesa com Faculdades do Interior	145
Gráfico 22: Despesa com Secretaria de Saúde (com HCs)	146
Gráfico 23: Despesa Efetiva Fixa da Secretaria de Saúde	147
Gráfico 24: Mutação Patrimonial da Secretaria de Saúde	148
Gráfico 25: Secretaria de Trabalho	150
Gráfico 26: Secretaria de Agricultura	151
Gráfico 27: Mutação Patrimonial da Secretaria de Agricultura	154
Gráfico 28: Secretaria de Viação e Obras Públicas	156
Gráfico 29: Despesa Efetiva Variável da Secretaria de Obras	157
Gráfico 30: Ferrovias vs Rodovias	158
Gráfico 31: Despesa no Departamento de Energia	159
Gráfico 32: Despesa no Departamento de Águas e Esgoto	160

Lista de Tabelas

Tabela 1: PSD - Eleições presidenciais em SP	44
Tabela 2: PSD - Eleições para Vice-Governador em SP	45
Tabela 3: PSD - Eleições para Senador em SP	46
Tabela 4: PSD - Eleições para Deputado Federal em SP	47
Tabela 5: PSD - Eleições para Deputado Estadual em SP	48
Tabela 6: PSP - Eleições para Governador em SP	55
Tabela 7: PSP - Eleições para Vice-Governador em SP	56
Tabela 8: PSP - Eleições para Senador em SP	56
Tabela 9: PSP - Eleições para Deputado Federal em SP	57
Tabela 10: PSP - Eleições para Deputado Estadual em SP	58
Tabela 11: PTB - Eleições para Senador em SP	62
Tabela 12: PTB - Eleições para Deputado Federal em SP	63
Tabela 13: PTB - Eleições para Deputado Estadual em SP	64
Tabela 14: UDN - Eleições para Presidente em SP	69
Tabela 15: UDN - Eleições para Vice-Presidente em SP	69
Tabela 16: UDN - Eleições para Governador em SP	70

Tabela 17: UDN - Eleições para Senador em SP	70
Tabela 18: UDN - Eleições para Deputado Federal em SP	71
Tabela 19: UDN - Eleições para Deputado Estadual em SP	72
Tabela 21: PTN - Eleições para Governador em SP	78
Tabela 21: PTN - Eleições para Senador em SP	79
Tabela 22: PTN - Eleições para Deputado Federal em SP	79
Tabela 23: PTN - Eleições para Deputado Estadual em SP	80
Tabela 24: PDC - Eleições Majoritárias em SP	83
Tabela 25: PDC - Eleições para Deputado Federal em SP	84
Tabela 26: PDC - Eleições para Deputado Estadual em SP	84
Tabela 27: PR - Eleições para Deputado Federal em SP	85
Tabela 28: PR - Eleições para Deputado Estadual em SP	88
Tabela 29: PRP - Eleições para Deputado Estadual em SP	90
Tabela 30: PSB - Eleições Majoritárias em SP	92
Tabela 31: PSB - Eleições para Deputado Federal em SP	92
Tabela 32: PSB - Eleições para Deputado Estadual em SP	93
Tabela 33: PST - Eleições Majoritárias em SP	94

Tabela 34: PST - Eleições para Deputado Federal em SP	94
Tabela 35: PST - Eleições para Deputado Estadual em SP	94
Tabela 36: PRT - Eleições Majoritárias em SP	96
Tabela 37: PRT - Eleições para Deputado Federal em SP	96
Tabela 38: PRT - Eleições para Deputado Estadual em SP	96
Tabela 39: Relação entre Partidos e Déficit Fiscal	119
Tabela 40: Secretaria de Justiça	127
Tabela 41: Mutação Patrimonial da Secretaria de Justiça	128
Tabela 42: Secretaria de Segurança de Segurança Pública	129
Tabela 43: Secretaria de Educação	131
Tabela 44: Despesa Efetiva Fixa da Secretaria de Educação	132
Tabela 45: Despesa Efetiva Variável da Secretaria de Educação	133
Tabela 46: Mutação Patrimonial da Secretaria de Educação	134
Tabela 47: Ensino Primário	136
Tabela 48: Despesa Efetiva Fixa com Ensino Primário	137
Tabela 49: Mutação Patrimonial com Ensino Primário	137
Tabela 50: Despesa com Ensino Secundário	138

Tabela 51: Mutação Patrimonial com Ensino Secundário	139
Tabela 52: Ensino Profissionalizante	141
Tabela 53: Mutação Patrimonial com Ensino Profissionalizante	142
Tabela 54: Secretaria de Saúde (com HCs)	145
Tabela 55: Despesa Efetiva Fixa da Secretaria de Saúde (com HCs)	147
Tabela 56: Mutação Patrimonial da Secretaria de Saúde (com HCs)	148
Tabela 57: Secretaria de Trabalho	149
Tabela 58: Secretaria de Agricultura	152
Tabela 59: Despesa Efetiva Variável da Secretaria de Agricultura	152
Tabela 60: Mutação Patrimonial da Secretaria de Agricultura	153
Tabela 61: Secretaria de Viação e Obras Públicas	155
Tabela 62: Despesa Efetiva Variável da Secretaria de Obras	156
Tabela 63: Despesa com Hidrelétricas	158
Tabela 64: Despesa com Saneamento Básico	159

Introdução

A partir de 1943, a ditadura do Estado Novo, regime imposto com auto-golpe de Estado por Getúlio Vargas em 1937, começou a apresentar sinais de esgotamento, o que forçou a uma transição democrática nos anos seguintes. Sendo, uma abertura conduzida pela ditadura no poder, um dos pontos nevrálgicos dela passou pela convocação a interventores federais para estruturarem um partido político a partir da máquina governamental¹, ainda dois anos antes de acontecer a primeira eleição (HIPÓLITO, 2011). Após convocar a eleição, em fevereiro de 1945 para dezembro do mesmo ano, o gabinete ministerial em seguida formulou uma Lei Eleitoral² e agremiações deram entrada com processo de oficialização no TSE (HIPÓLITO, 2011).

O desenho regulatório da nova Lei Eleitoral impôs a fundação de partidos que fossem todos nacionais, quebrando a lógica de partidos regionais que vigorou da Proclamação da República até 1937 (BRASIL, 1945; FRENCH, 1988). Essa, entre outras regras e condicionantes (como a urbanização), deu ao sistema partidário da Quarta República uma configuração muito diferente do que fora a política até então exercida no Brasil (ABRANCHES, 1988; PERES; CONCEIÇÃO, 2017).

Partidos são instrumentos organizacionais básicos na alocação de poder e representação das clivagens sociais em sistemas políticos minimamente representativos (WOLINETZ, 2006). Tentar compreender o arcabouço institucional representativo construído no Pós-Guerra e a evolução das organizações partidárias pode contribuir para o entendimento do conflito distributivo e desenvolvimento sócio-econômico do país no vintênio democrático.

¹ O partido em questão é o PSD - Partido Social Democrático

² Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945; que regulamenta o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945

Apesar de afirmarmos que a partir da Quarta República passamos a ter um sistema partidário nacionalizado, é preciso salientar que isso ocorre concomitantemente a manutenção de manifestações regionais muito específicas do sistema partidário, dado o fato do Brasil ser um país geograficamente extenso e heterogêneo, operando sob uma lógica local própria. Dessa forma, podemos pensar em múltiplos subsistemas partidários estaduais e municipais que compunham o sistema partidário nacional, este manifestado tanto localmente quanto no plano federal, estruturando o caráter partidário-regional do presidencialismo de coalizão brasileiro (ABRANCHES, 1988, p. 22).

Neste trabalho, investigamos o sistema partidário manifestado no Estado de São Paulo entre o fim do Estado Novo e a edição do AI-2³, portanto, entre 1945 e 1965⁴. O objeto de estudo foca esforços em eleições e formação de governos apenas no âmbito estadual, investigando o comportamento dos partidos na alocação de recursos pelo governo estadual paulista, embora não desconsideremos o impacto desta dinâmica na política federal e municipal. Essa unidade da federação se diferencia de outras e da União por não ter nenhum dos governadores eleitos no período filiados a qualquer das três maiores legendas nacionais (PSD, UDN e PTB) e por muitos anos ter como partido-dominante uma agremiação diferente dessas três, o PSP liderado por Ademar de Barros.

³ Em 27 de outubro de 1965, o governo Castello Branco decretou neste Ato Institucional a extinção de todos os partidos então existentes e, na prática, impôs bipartidarismo (CALICCHIO, 2011; LIMA JR., 2011)

⁴ Embora chamemos o período do objeto de pesquisa como “vintênio democrático”, convém lembrar que durante nem em os anos que funcionou esse sistema partidário o Brasil vivia sob regime plenamente democrático, com seu início e fim ocorrendo durante períodos de transição de regime

No título fazemos referência aos itens que simbolizavam a principal polarização do período, entre Ademar de Barros do PSP (representado pela “caixinha”⁵), e Jânio Quadros, que utilizava como seu símbolo uma vassoura⁶.

Para investigar o sistema partidário paulista da Quarta República, usamos instrumentos da História Quantitativa e da Economia Política Positiva, incorporamos a aplicação de modelos de inferência estatística na explicação de componentes do sistema e no comportamento das organizações, tais como as formas de clientelismo e a relação com grupos de interesse.

Conforme Wolinetz (2006), partidos políticos competem por cargos eletivos e controle governamental como forma de representarem um rol de escolhas de que dispõem os eleitores, condicionados pelas leis eleitorais e clivagens sociais que levam a estruturação de políticas públicas e escolhas sociais.

Em sociedades existe uma tensão persistente e dialética entre, por um lado, uma estrutura de poder que maximize a renda para o governante junto ao seu grupo e, por outro, de um sistema mais eficiente que reduza custos de transação⁷, encorajando crescimento econômico (NORTH, 1981). Instituições são a forma desenvolvida pela humanidade para reduzir incertezas, estabelecendo estruturas mais estáveis de interação, assim diminuindo custo de transação. Convém notar que as instituições não afetam apenas a performance econômica futura, mas também como a renda é distribuída, operando o que Douglass North chamou de “conflito distributivo”, sendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável resultante da construção de instituições inclusivas (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Na América

⁵ Caixinha era como se convencionou chamar a quantia gerada por Ademar de Barros e o PSP a partir de meios ilícitos, a prática era notória e o político aderiu a sua associação ao termo, inclusive utilizando música com referência a isso em campanha (COTTA, 2008) (COTTA, 2008)

⁶ Jânio Quadros e seus aliados utilizavam a vassoura como símbolo para a ideia de que iriam “varrer a corrupção”

⁷ O conceito de “custo de transação” foi originalmente desenvolvido por Ronald Coase no artigo “A Natureza da Firma” (1937) e se refere ao custo de efetuar uma troca em uma troca qualquer. De acordo com Williamson (1981), os determinantes na existência desses custos são a frequência de transações, especificidade dos ativos, incerteza, racionalidade limitada e comportamento oportunista. (WILLIAMSON, 1981)

Latina, a formação histórica colonial estruturou um ciclo vicioso, descrito por Engerman e Sokoloff (2000), no qual a desigualdade leva a instituições excludentes e instituições excludentes levam a maior desigualdade (SOKOLOFF; ENGERMAN, 2000). Para mediar o conflito distributivo, reduzindo os custos de transação na negociação de interesses dos mais diversos grupos que compõem uma sociedade, a humanidade criou organizações de representação, notavelmente, as câmaras legislativas (NORTH, 1990), nas quais as associações representativas fundamentais são os partidos, é através da junção deles que é possível entender como são componentes necessários do sistema democrático-representativo (ALDRICH, 2006)⁸.

A Quarta República brasileira coincidiu com um período de intensa transformação sócio-econômica do país, que passava por fortalecimento da sua industrialização, urbanização acelerada e alguma redução na desigualdade (VIANA, 2014).

Ao longo da dissertação, tentamos desvendar condicionantes para a particularidade do sistema partidário paulista da Quarta República, o que consideramos que se refletiu em como transcorreu o conflito distributivo no orçamento público do Estado de São Paulo.

Traçamos perfil dos partidos políticos, como se expressavam na política paulista, desempenho eleitoral e quais alianças fizeram, assim como dos governos estaduais enquadrados nesse sistema partidário, para elaborarmos análise empírica de como a alocação de poder se relacionou a distribuição dos recursos no orçamento na alternância entre ademaristas e anti-ademaristas.

⁸ A importância da democracia representativa por meio de instituições legislativas no desenvolvimento econômico pode ser visto em North (1989) e Acemoglu e Robinson (2012)

Capítulo 1 - Discussão Teórica

Voto e atuação política

Assim como as pessoas no lugar de ofertantes e demandantes agem com auto-interesse para maximizar seus ganhos com menor custo possível no mercado, quando estão no lugar de eleitores, lobistas, políticos ou funcionários públicos agindo no setor público também estão majoritariamente regidos por essa lógica. Buchanan (2000) considera a política como um complexo sistema de trocas análogo ao mercado, mas no qual nem sempre os participantes têm mecanismos claros de reconhecerem a maximização de utilidade. Da mesma maneira, é possível afirmar que falhas de mercado, como a existência de externalidades e a assimetria informacional também existem no setor público.

Governos agem racionalmente para maximizar seu apoio político (WITTMAN, 1973). Por racional, entende-se que a ação é eficientemente planejada para alcançar fins consistentemente selecionados, portanto, racional nos meios e não nos fins. Agentes políticos agem para obter renda, prestígio e poder que resultam do cargo. Práticas predatórias decorrentes das preocupações de curto prazo são limitadas por restrições dada pela ordem constitucional. (BUCHANAN, 2000; DOWNS, 1999)

Votar e legislar são processos nos quais os indivíduos podem manifestar e buscar seus próprios interesses, mas não reflete necessariamente as opiniões do eleitorado, porque os indivíduos votam de forma tática (BUTLER, 2015; MUELLER, 2003). Ressalta-se também que interesses políticos não são sempre conversão de interesses sociais, visto que assim como há uma profissão política, existem interesses especificamente políticos (CODATO, 2008).

Há dois modos possíveis de visualizar eleições, uma forma é pensar que sua função primária é eleger um governo que secundariamente reflete as opiniões dos cidadãos, outra forma é pensar como sendo primeiro a forma do eleitorado sinalizar

suas preferências por meio de representantes eleitos e suplementarmente eleger um governo que procura responder a alguma demanda pública (MUELLER, 2003).

Numa eleição, diante de diversas alternativas, o eleitor racionalmente escolhe a que lhe traz maior utilidade, em que os benefícios são considerados como fluxos de utilidade provenientes da atividade governamental. Para decidir entre dois partidos, o eleitor estima qual a utilidade esperada com cada partido no governo, é o diferencial partidário esperado. Geralmente é mais direto para ele comparar a utilidade obtida no governo de um dado partido no poder com a hipotética utilidade que poderia ter obtido se o partido de oposição estivesse no poder nesse mesmo período, é o chamado “diferencial partidário atual”. Se considera que as propostas de ambos os lados são idênticas, compara se o atual gestor governou ou não melhor do que seus antecessores. (DOWNS, 1999)

Quando um partido é reeleito, recebe estímulo para que continue as políticas que vinha implementando, enquanto um partido que era da oposição ao assumir se vê pressionado a fazer políticas diferentes das anteriores, ele não pode mudar tudo de vez, mas tenta fazer mudanças marginais na estrutura de comportamento governamental. (DOWNS, 1999)

Para votar racionalmente, o eleitor estima três questões: (1) em que coalizão cada partido está disposto a entrar no futuro; (2) qual a probabilidade de outros partidos entrarem em cada coalizão, estimando como os outros eleitores votarão; (3) que concessões são prováveis de serem feitas por cada partido para participar uma coalizão, o que também passa por qual deve ser o peso político de cada partido a formar essa coalizão futura.

Quanto menor for uma coalizão, menos concessões precisam ser feitas, portanto o voto do eleitor partidário estará mais representado.

Conhecer cada proposta de todos os candidatos custa tempo e esforço, enquanto o impacto de cada voto é minúsculo, por isso o eleitores geralmente optam

por considerar candidaturas a partir de rótulos partidários, da impressão e discurso que os partidos assumem (DOWNS 1999).

Se os candidatos fazem campanha apenas informando suas posições e tendem à posição mediana da sociedade, a presença deles na posição mediana pode gerar indiferença para os eleitores, os eleitores/grupos mais à esquerda ou à direita fazem então pressão para que os candidatos se afastem dessa posição mediana, mas isso também implica em perder eleitores potenciais. Se ao invés de divulgar suas posições, os candidatos divulgarem genéricas qualidades (como ser honesto), esse impasse diminui (MUELLER, 2003).

A probabilidade de um eleitor preferir um dado candidato se torna uma função da combinação de campanha informativa com a persuasiva dos candidatos (MUELLER, 2003).

Existem certas carreiras que tendem a tornar mais fácil a entrada de indivíduos para política, porque: (1) contam com condições objetivas favoráveis, como tempo disponível, segurança financeira e status social; (2) há disposição subjetiva maior de assumir riscos e custos para alcançar posições políticas. São as chamadas “*brokerage occupations*”, entre elas estão as profissões de professor, sindicalista e advogado. (CODATO, 2008)

Os eleitores têm múltiplos interesses diferentes, a competição entre eles se dá por meio do processo político (BUTLER, 2015; NORTH, 1990). Downs (1999) define partido como uma coalizão de homens que busca controlar o aparato de governo, sua função social é formular e executar políticas públicas sempre que chega ao poder, mas formulam essas políticas para ganhar novas eleições e não o contrário. Já Alesina e Spear (1988) define partido como uma sequência sobreposta infinita de políticos finitos, havendo um esquema de transferência entre candidato e partido que permite aos atuais e futuros candidatos do partido a terem uma plataforma moderada e aumentar o sucesso eleitoral, mas não necessariamente há convergência de opiniões entre lados políticos, dados os incentivos por divergência que são percebidos pelos eleitores (ALESINA, 1988).

A avaliação do eleitor sobre um partido depende da informação a que tem acesso sobre as suas políticas e da relação dessas políticas defendidas com a sua concepção do que é uma boa sociedade (DOWNS, 1999). Os partidos se diferenciam afirmando quais políticas e gastos priorizam (BRENDER; DRAZEN, 2009).

A maximização de utilidade de um partido é uma função que une a sua probabilidade ser eleito e a de atingir os objetivos de seu eleitorado interno, com o peso de cada elemento variando conforme cada agremiação (DEMSETZ, 1990), a força do primeiro muitas vezes empurra as posições partidárias em direção ao ponto do espectro ideológico com maior apoio numa dada sociedade (MCGANN, 2002), visto que quanto mais peso um partido dá às preferências do seu eleitorado interno, menos apelo provavelmente terá com o eleitorado externo ao se distanciarem da posição mediana da sociedade (DEMSETZ, 1990).

Partidos procuram maximizar a sua representação parlamentar, pelos seguintes motivos: (1) Podem recompensar seus membros com cargos no governo; (2) A chance do partido conseguir implementar seu programa ideológico geralmente aumentam conforme o tamanho da bancada; (3) O programa de governo a ser implementado reflete um compromisso das posições partidárias da coalizão conforme o tamanho de cada participante (GROSSMAN; HELPMAN, 1996). Num sistema multipartidário, o foco principal dos partido ser não a vitória em si, mas também as políticas a serem implementadas

Os partidos não simplesmente abrem mão de suas ideias em troca de ganhar votos e cargos, eles precisam ter uma ideologia ampla que se adapte às situações, mas que mantenham algum mínimo de coerência, dado que a ignorância racional dos eleitores exige que mantenham algum rótulo a ser apresentado na campanha, sendo capazes de diferenciar dos seus concorrentes (BUTLER, 2012; DOWNS, 1999).

Um candidato geralmente está inclinado a ingressar num partido se este tiver posições similares às dele, de forma que o pertencimento a um partido toma assim a

função de informar aos eleitores quais as posições de um candidato (SNYDER; TING, 2002). As mútuas influências ideológicas podem moldar a composição e os incentivos para ingressar em um partido, mas eles sinalizam melhor ideologia se a pressão interna entre pares forçar coerência interna (GLAZER, 2010).

O objetivo de uma liderança partidária é representar a posição ideológica dos seus apoiadores e faz isso adotando a posição mediana dos seus apoiadores (MUELLER, 2003). Líderes são motivados pelo desejo de permanecerem nessa posição, para isso precisam lidar com os conflitos intrapartidários e sua motivação depende da capacidade de conseguir apresentar as diretrizes partidárias aos eleitores, com resposta positiva através de voto (LUEBBERT, 1984). Os modelos de governança interna dos partidos geram diferentes modelos de candidatura (FERNANDES, 2016), lideranças partidárias estaduais brasileiras contam com instrumentos como o controle do método de formação da lista e as estratégias de coligação.

Ainda que seguindo suas lógicas próprias de funcionamento, os partidos, na função de organizações que representam conjuntos de interesses das sociedades e estruturas sociais (SIAVELIS, 2006), são mecanismos para que as escolhas sociais se manifestem (HERSHEY, 2006). Assim, em sistemas representativos os partidos se tornam intermediários do conflito distributivo.

Assim como empresas em cartéis, partidos entram em coalizões porque, quando em um cartel, o ganho de quem está dentro geralmente é maior do que os que estão fora (BUCHANAN, 2000). Alianças partidárias são mais facilmente formadas depois de ocorridas as eleições, porque diante da necessidade de formação de um governo (ou oposição) o retorno a ser obtido por se aproximar dos outros se torna mais claro (BUTLER, 2015; LAVER; SCHOFIELD, 1998; MUELLER, 2003). Coalizões são mais difíceis de serem formadas conforme aumenta o eleitorado, o número de partidos envolvidos e heterogeneidade da sociedade (KONTOPOULOS; PEROTTI, 1999).

Uma distinção possível de como as coalizões são formadas em sistemas políticos é a separação entre um sistema de alternância integral ou parcial⁹. É de alternância integral quando existem claramente lados na disputa política e a coalizão governante precisa ser por esses agrupamentos. É um sistema de alternância parcial quando existem fluidez na construção de coalizões, com a formação de governo sendo menos dicotômica, com presença de partidos cuja posição depende de negociações, nesse caso a aliança é menos previsível no momento da eleição (OTJES; RASMUSSEN, 2017). Van Roozendaal (1993) chama um partido que está em uma posição mediana do espectro de preferências da sociedade e tende a se alinhar com quaisquer governos de “partido central”.

Negociar com cada legislador, um por um, tem custos elevados, dessa forma, acordos são preferencialmente forjados entre governo e lideranças partidárias (LAVÉ; SCHOFIELD, 1998). Políticos conseguem atrair partidos para a coalizão mesmo sem cargos em jogo, a montagem dela pode levar em consideração a construção do programa de governo (LAVÉ; SCHOFIELD, 1998). A distribuição de pastas e postos, ao acomodar interesses intrapartidários, fortalece a organização dos partidos ao potencializar suas capacidades de representação e incrementar recursos organizacionais (FERNANDES, 2016).

Se a oposição tiver força para aprovar projetos, há menor incentivo para entrar na coalizão governista (LAVÉ; SCHOFIELD, 1998), visto que há custos envolvidos em pertencer ao governo, o partido em questão se torna muito mais exposto a possibilidade de fracasso ou rejeição, assim a motivação por *policy* se torna um instrumento importante para cálculo dos atores (STROM, 1990).

Riker (1962) descreve que grandes coalizões são muito custosas de serem formadas e mantidas, exigindo acordos mais complexos e difíceis de conciliar, por isso a estratégia eficiente é a formação de alianças com tamanho suficiente para assumir o poder (RIKER, 1962). Essa coalizão mínima faz com que os partidos

⁹ No artigo referenciado, os termos originais são “*wholesale*” e “*partial alternance*”, tradução do autor

possam maximizar seus postos no gabinete conforme sua participação parlamentar (MUELLER, 2003).

Cada partido em uma coalizão é pressionado por forças contrárias sobre quais política devem adotar e fazem o que maximiza os seus votos em uma eleição futura, o que não necessariamente beneficia a coalizão como um todo (DOWNS, 1999).

Ideologia é definida por Downs (1999) como uma imagem verbal de uma boa sociedade e os meios para chegar nela. Como antes falado, havendo incerteza, os eleitores não serão sempre capazes de examinar o posicionamento prático de todos os partidos, nem sabem todos os problemas a serem encarados por um futuro governo, dessa forma, focam na ideologia como forma de diferenciar os partidos (DOWNS, 1999). Para que os eleitores possam votar conforme a ideologia partidária, é preciso que as agremiações mantenham práticas minimamente próximas ao que defendem, o que não quer dizer que não possam mudar de ideologia. Em sistemas multipartidários, os partidos recebem estímulo para se esforçarem em se diferenciarem uns dos outros (DOWNS, 1999).

A ideologia também pode servir de atalho aos candidatos para que se saiba quais posições podem ser majoritárias, ao estarem relacionadas ao cortejo de determinados grupos sociais expressivos para alcançar o sucesso eleitoral, reduzindo o custo da tomada de decisão pelos políticos, mas isso pode ser tornar uma estratégia arriscada se houver erro na dosagem de flexibilidade ideológica (DOWNS, 1999).

O menor risco de perder uma reeleição pode fazer com que os legisladores se sintam mais a vontade de votar conforme suas convicções ao invés da ideologia mediana do eleitorado conforme o tempo passa (KALT; ZUPAN, 1990).

Personalismo e ideologia não são excludentes, assim como clientelismo e ideologia. A sofisticação ideológica dos líderes partidários é menos relevante na prática do que a clareza da ideia que o partido passa para os eleitores, na relação entre partido e eleitores o que importa é o senso de proximidade das posições

relativas dos partidos dentro do espectro ideológico daquela sociedade (COPPEDGE, 1998).

Sociedades democráticas são resultado do confronto entre inúmeros agrupamentos de interesses diversos (MUELLER, 2003). A força motora de grupos de interesse é que seus membros acreditem ter interesses em comum em função de alguma característica que compartilham. Partidos e grupos de interesses são cinturões de transmissão entre o público e o sistema político, realizando trocas entre si por possuírem diferentes portfólios de recursos. Os grupos de interesse ganham com a capacidade de influenciar políticas públicas, enquanto os partidos ganham com a expertise, apoio público e financeiro dos grupos (EASTON, 1957; MUELLER, 2003).

Como a maioria das pessoas não se comunica diretamente com o governo, os representantes ouvem os lobistas e consideram se o que estes defendem é benéfico para o seu eleitorado (DOWNS, 1999). O investimento rentista de uma única indústria para comprar apoio de toda uma legislatura pode ser caro demais se comparado ao ganho que se espera obter dessa transação, levando a formação de “coalizões de cartéis” que compartilham o custo de *lobby* em nome de diferentes grupos de interesse (BUCHANAN, 2000). Grupos de interesse conseguem se articular para formar maiorias parlamentares que façam com que toda a sociedade financie algo de seu específico interesse (TULLOCK, 1959). Assim como políticos concorrem entre si por cargos, os grupos de interesse competem entre si pela atenção de políticos e apoio da sociedade (BECKER, 1983).

Grupos de interesse agem de muitas formas para atingir os seus objetivos. Podem prover informações para políticos, fazer propaganda de suas posições para ganhar simpatia do eleitorado e contribuir para campanhas (GROSSMAN; HELPMAN, 1996). No entanto, existe incentivo para lobistas exagerarem informações, mas não a ponto de comprometer sua reputação (MUELLER, 2003).

Quando uma indústria não faz *lobby*, a legislatura assume que tem informação suficiente sobre a questão (MUELLER, 2003).

Grandes e mais heterogêneos grupos de interesse têm maior dificuldade em organizarem um *lobby* eficiente, porque a existência de indivíduos que buscam aproveitar o bônus das ações do grupo sem pagar os seus ônus (os “caronas”¹⁰) desestimula o esforço a ser empenhado. Dessa forma, grupos de interesse mais numerosos ou que tiveram dificuldade de se organizar são sub-representados politicamente (OLSON, 1989).

Grupos de interesse mais bem sucedidos em influenciar políticas públicas são os mais bem organizados e em que cada membro também conta como um eleitor bem informado (GROSSMAN; HELPMAN, 1996).

Lobby não é apenas sobre convencer legisladores de uma causa, mas pode também ser selecionar e eleger agentes que podem representar os seus interesses (OTJES; RASMUSSEN, 2017). Grupos não agem apenas de maneira estratégica, podem continuar gastando energia com partidos alinhados por terem laços institucionais, já que mudar de aliados é custoso e pode levar a perda de credibilidade (OTJES; RASMUSSEN, 2017).

Existem diferentes condicionantes sobre a estratégia de *lobby*. Quando o resultado de uma discussão é incerto, a interação com legisladores influentes é preferida (MARSHALL, 2015). Laver e Schofield (1990) diz que quanto mais um partido está ao centro, mais grupos de interesse colaboram com ele. Quanto maior for o número de assentos do partido, maior a colaboração, já que contam com maior peso legislativo e muitas vezes na formação de governo, além de provavelmente contarem com *policy-makers* pivotais (GLASGOW; GOLDER; GOLDER, 2011). Em Otjes e Rasmussen (2017), um determinante fundamental na relação entre grupos de interesse e partidos é o modo de formação de coalizões, a ideologia e conexão próxima tem peso muito maior em sistema de alternância integral, havendo maior estímulo para o foco em alinhamento ideológico, sendo que em um sistema de

¹⁰ O termo original é “free riders”, muitas vezes é traduzido como “caronas”

alternância parcial a relação é menos exclusivista e o tamanho dos partidos tem peso maior.

Grupos de interesse muitas vezes suavizam para o público geral o seu interesse próprio lhe atribuindo a condição de interesse público (BUTLER, 2015). Para organizar uma agenda programática, muitas vezes precisam de legisladores não apenas convencidos a lhes apoiar momentaneamente, mas que sejam ideologicamente alinhados (BAUMGARTNER; LEECH, 1996; HOJNACKI; KIMBALL, 1998; WESSELS, 1999).

Geralmente existe pressão expansionista sobre o orçamento por parte dos grupos de interesse, que podem tentar repassar o custo para outros grupos ou para gerações futuras (através da dívida pública) (BUTLER, 2015).

O tamanho de uma empresa, de *market-share* ou de fortuna facilita a capacidade de *lobby*, fazendo que seu custo seja menor do que o benefício esperado. Dessa forma, é possível convencer governos a apoiarem medidas como protecionismo que serve principalmente a grandes empresas ou investimento em infraestrutura que beneficia mais a um grande fazendeiro do que a pequenos agricultores. (BATES, 1990)

É prática costumeira nas democracias que existam gastos geograficamente direcionados resultantes do atrito das negociações legislativas, cuja principal função é a garantia de apoio político, feito geralmente para agradar minorias fortes, o paroquialismo (BUTLER, 2015; MUELLER, 2003). Se dados grupos de interesse são melhor percebidos como negociadores de recursos para uma dada região, passam a ser os principais articuladores da transferências de renda para essa localidade, sendo também tomadores de renda de acordo com suas preferências (MATTOZZI; SNOWBERG, 2018).

Como distritos geram externalidades que afetam uns aos outros, é preciso que seus representantes consigam se relacionar entre si pelos seus interesses (GLAZER, 2010). Há um *trade-off* para os eleitores entre preferir um candidato que

seja capaz de levar bens públicos para a sua região e um candidato que tem preferências mais parecidas com as desses votantes (MATTOZZI; SNOWBERG, 2018). Considera-se que cada legislador tem impacto pequeno sobre o que será a arrecadação, mas pode ter impacto significativo sobre como serão as despesas do governo em uma dada localidade, conforme a sua capacidade de negociação (MATTOZZI; SNOWBERG, 2018).

A importância da capacidade de articulação dos deputados na parcela do orçamento direcionada para região cria estímulo para que membros da elite sejam eleitos, geralmente indivíduos ricos ou ligados ao *establishment*, que podem não representar tão fielmente as preferências dos eleitores (MATTOZZI; SNOWBERG, 2018).

Barr (2009) faz distinção entre o arquétipo político anti-*establishment*, o anti-sistema, o *outsider*, o dissidente e o populista. A política anti-*establishment* é definida pelo apelo retórico usado em oposição às elites, propondo como solução maior da resolução dos problemas a substituição daqueles que estão no poder. O que diferencia o discurso anti-*establishment* do anti-sistema é que este consiste em uma “oposição desleal”¹¹, enquanto o primeiro poderia ser classificado como “semi-desleal”. O *outsider* é definido não apenas por ser novidade no campo político, mas também por sua localização em relação ao sistema partidário, seu papel depende exclusivamente da localização, não da sua retórica, que pode inclusive não ser anti-*establishment*. Dissidente é o político que ascendeu em proeminência dentro do *establishment*, mas que abandonou sua filiação partidária para ser independente, sendo possível também enquadrar nessa categoria o indivíduo que conseguiu mudar radicalmente seu próprio partido.

Populismo é um movimento de massa liderado por um *outsider* ou dissidente que busca ganhar ou manter poder usando de apelo anti-*establishment* e conexões plebiscitárias. Plebiscitarianismo consiste em uma forma de conexão eleitoral na

¹¹ Oposição leal define que o grupo se opõe ao governo do momento, mas não ao sistema constitucional por qual ele chegou ao poder

qual se atribui a um líder a função dele sozinho ser o verdadeiro representante do povo, ao invés de uma elite política.

O *constituency* social do populismo é a função de onde constroem o discurso polarizado, de “nós contra eles”, que inclina os apoiadores a aceitarem uma lógica particular de ação e mudança social conduzida por esse líder. Esse projeto não é especificamente sobre as reivindicações das classes sociais que compõem esse *constituency* social, mas principalmente no pragmático foco na manutenção do poder. (BARR, 2009)

O populismo está enraizado no conflito político distributivo que caracteriza a América Latina, a variação de arranjos institucionais entre países e momento histórico determina essa expressão política (KAUFMAN; STALLINGS, 1991) A maioria dos países latino-americanos se distinguia do resto do mundo com duas características no século XX:

1. Uma elevada concentração de renda e propriedade de ativos, historicamente sua principal característica sócio-econômica;
2. Circunstancialmente, era presente também a divisão entre empregadores/empregados urbanos e um setor exportador de produtos primários controlado por oligarquia tradicional, cisão esta que foi acelerada depois da década de 1930. (KAUFMAN; STALLINGS, 1991)

O nível de desigualdade facilitava para que as elites resistissem a progressividade tributária, o que limitou a capacidade estatal de financiar um *Welfare State* que era demandado pelo eleitorado urbano, o que foi compensado através de regulação trabalhista e, principalmente, financiamento a um processo de industrialização por substituição de importações (ISI), a partir de extração da renda do setor primário-exportador.

Em sistemas democráticos multipartidários, a fragmentação política abriu caminho para que partidos populistas se integrassem ao sistema político estabelecido (KAUFMAN; STALLINGS, 1991). Drake (1990) afirma que 3 ingredientes principais caracterizam o populismo latino-americano:

1. Liderança paternalista, personalista e geralmente carismática;
2. Incorporação interclassista de massas, principalmente o operariado urbano;
3. Programas de desenvolvimento reformistas e nacionalistas com incentivo à industrialização por substituição de importações. (DRAKE, 1990)

De acordo com Kaufman e Stallings (2019), os objetivos programáticos dos governos populistas latino-americanos no século XX foram:

1. Mobilizar apoio do operariado organizado e grupos de classe média baixa;
2. Ganhar apoio de grupos empresariais principalmente voltados ao mercado interno;
3. Isolar politicamente as oligarquias rurais, empresas estrangeiras e grandes elites industriais.

A recorrência de experiências autoritárias estimulava o surgimento de populismos na América Latina, considerando que comumente são sucedidos por sistemas multipartidários e que democracias recentes sofrem maior pressão dos eleitores por elevação de gastos públicos visto que a novidade democrática leva a menor horizonte temporal e maior incerteza institucional. (KAUFMAN; STALLINGS, 1991)

Depois de tomar o poder, populistas costumam usar clientelismo para se manter em sua posição. Quando o clientelismo se torna mais importante do que o plebiscitarismo na conexão deles com o público, o movimento que os cerca muda de

forma. Convém afirmar que esses próceres, quando no poder, favorecem uma reinstitucionalização no sentido de conexão vertical direta entre o líder e seus seguidores, ao invés de uma reinstitucionalização mais horizontalizada ou simples desinstitucionalização. (BARR, 2009)

A patronagem ou clientelismo consiste em distribuição seletiva de bens públicos para apoiadores em busca de sua lealdade (GRZYMALA-BUSSE, 2008), é geralmente associada a formas de domínio tradicional, mas não necessariamente. O clientelismo visa gastos e regulações para apoiadores suficientes para se manter no poder sem precisar prover bens públicos a todos (GRZYMALA-BUSSE, 2008; MÜLLER, 2006). Pode estar presente também em partidos ideológicos, especialmente se tiverem um líder forte. Ao invés de ser o oposto ao personalismo de uma liderança carismática, essas duas formas de relação política na verdade podem conviver (PAPPAS, 2009).

O clientelismo pode se desenvolver para existir em dois níveis: (1) entre políticos e suas clientelas; (2) desses políticos agindo como clientela de uma liderança partidária. Controlando o processo de seleção de candidato, os próceres partidários podem controlar toda a rede de patronagem. Nesse sentido, ao invés de causar descentralização e disputas partidárias, a patronagem pode ser utilizada como uma forma de centralização partidária. (PAPPAS, 2009)

Máquinas partidárias podem discernir mais facilmente o que a população precisa e entregar isso eficientemente, o que faz delas boas em discernir prováveis preferências eleitorais individuais (STOKES, 2005).

Muitas vezes, vizinhanças operam como estruturas partidárias, sendo capazes de saber e rastrear preferências, isso porque monitores são mais efetivos quando vivem perto dos monitorados, o que faz com que pobres sejam preferíveis ao posto, visto que têm menor custo de oportunidade em executar esse serviço. Dado o *party profile*, nem todos as legendas se organizam como partidos de máquina, por causa dos custos em estruturar o monitoramento de eleitores. (STOKES, 2005)

Num sistema em que o voto é depositado na urna através de uma ficha adquirida com alguém da máquina partidária, ao invés de haver uma única cédula com os nomes de todos os candidatos, adivinhar o voto se torna muito mais fácil. Dessa forma, o custo de monitoramento é menor (STOKES, 2005). Era esse o caso brasileiro entre 1945 e 1958.

Pobreza e desigualdade de renda aumentam os *pay-offs* de estratégias distributivas. Quanto menor o nível de desenvolvimento, mais barato potenciais apoiadores podem ser comprados. Pobres também são menos propensos a desafiar a captura do Estado pelo titular. Quando uma classe média grande existe, é mais caro e menos provável a compra de apoio. Eleitores de classe média também são menos tolerantes a arcarem com os custos de uma distribuição seletiva de renda se isso não prover bens públicos. (GRZYMALA-BUSSE, 2008)

A relação patrão-cliente é baseada em vantagens recíprocas e alguma forma de afinidade. Ineficiências em outras políticas públicas surgem por causa da forma como interagem com a redistribuição clientelista, em particular surgem no modelo por causa do desejo de fazer trocas políticas. (ROBINSON; VERDIER, 2013)

Clientelismo requer investimento organizacional. Potenciais apoiadores e líderes precisam entrar em contratos credíveis e estes serem monitorados por organizações partidárias. As redes distributivas são caras de serem mantidas, então os líderes não as constroem se não anteciparem um ambiente político futuro competitivo, ou seja, no qual quem está no poder precisa fazer algo para que os eleitores o mantenham lá e os políticos que estão fora do poder têm chance de adquirí-lo. (GRZYMALA-BUSSE, 2008)

A distribuição de renda atua como amortecedor para a indignação com corrupção. A dependência generalizada da provisão de bens públicos pela população baixa a probabilidade de saída do apoio a uma dada máquina partidária. A traição tem um custo para os eleitores, o que coloca os competidores políticos em desvantagem. (GRZYMALA-BUSSE, 2008)

No processo de obter e manter poder, líderes clientelistas enfrentam dois dilemas: (1) a distribuição de bens seletivos gera lealdade e compliance entre apoiadores, mas corta ganhos privados do líder; (2) competição institucionalizada diminui o custo de manter poder, mas aumenta probabilidade de perdê-lo (GRZYMALA-BUSSE, 2008).

A emergência da patronagem se deve a fatores endógenos, é resultado deliberado de escolhas feitas por atores políticos a nível subpartidário e pode ser a estratégia eleitoral ótima em partidos de massa ideológicos. (PAPPAS, 2009)

A concessão de empregos públicos é ao mesmo tempo uma fonte e distribuição de rendimentos¹², sendo ela uma forma de prêmio dos políticos eleitos para apoiadores da máquina partidária (GRZYMALA-BUSSE, 2008). O apelo de oferecer cargos na burocracia é porque é algo credível, seletivo e um método reversível de redistribuição (ACEMOGLU; ROBINSON, 2001; ROBINSON; VERDIER, 2013)

Outra forma comum de captura do Estado é a predação, que consiste em extração de recursos sem o objetivo de entregar bens aos cidadãos. Governantes clientelistas estruturam organizações, enquanto predatórios enfraquecem instituições, o que aumenta seu próprio custo de manutenção no poder (GRZYMALA-BUSSE, 2008). Na predação do Estado, alguns líderes extraem recursos puramente para si próprios, outros o repartem com aliados.

Coppedge (2001) afirma que “virtualmente todos os partidos bem sucedidos eleitoralmente na América Latina, mesmo os mais ideológicos, aprenderam a cultivar laços clientelísticos com as massas”. (COPPEDGE, 2001)

¹² Aqui nos referimos a tradução para “*rent distribution*” e não “*income distribution*”, falamos, portanto, da prática de rentismo

Atuação Legislativa e orçamentária

Na legislatura, políticos que conseguem atrair votos geralmente são os “corretores de interesses”. A “taxa” que cobram é medida em votos, quando bem sucedidos são remunerados com doações de campanha, cargos e prestígio do eleitorado (BUTLER, 2015).

A ordem em que são apresentados projetos para discussão na legislatura influencia nas decisões a serem tomadas, o que, portanto, aumenta o poder dos líderes partidários, comissões e mesa diretora (LEVINE; PLOTT, 1977; SHEPSLE; WEINGAST, 1987).

O processo parlamentar leva a compromissos entre os partidos, muitas vezes com combinações das posições de ambos, mas com dominância do que tiver maior número de assentos (GROSSMAN; HELPMAN, 1996). O processo legislativo permite ao partido majoritário vetar (ou tentar) projetos que contrariam seus interesses e são os parceiros de coalizão governante que são mais propensos a fazer uso do processo legislativo para corrigir leis do governo (FERNANDES, 2016).

O sistema de comissões é eixo estruturador dos trabalhos legislativos. Elas são uma forma de microcosmo do plenário a partir da regra de representação proporcional (FERNANDES, 2016). A especialização das comissões só é benéfica ao coletivo se tiverem interesse em informar o plenário ao invés de dispôr de informações para fins privados (LIMONGI, 1994).

O eleitor tem maior facilidade de perceber positivamente um novo gasto ou corte de imposto do que notar inflação futura ou aumento futuro de impostos causado pelo aumento da dívida pública. Por isso, governos têm estímulo para serem mais expansionistas fiscalmente em anos eleitorais, buscando elevar seus votos numa reeleição (BLAIS; NADEAU, 1992).

A consideração pública sobre o tamanho do Estado tendo como parâmetro o que pagam diretamente em impostos. A cobrança indireta de impostos e a tributação futura é pouco perceptível. Essa é a ilusão fiscal. (MUELLER, 2003)

Segundo Oates (1988), há cinco tipos de ilusão fiscal:

1. O peso tributário é mais difícil de identificar quanto mais complexa for a estrutura tributária;
2. Inquilinos são menos capazes de perceber impostos sobre propriedade dos que os locadores;
3. A progressividade de aumentos de impostos podem torná-los menos perceptíveis para a maioria;
4. A tributação futura é muito mais difícil de ser verificada pelo cidadão comum do que a atual;
5. Subsídios recebidos podem iludir parcelas dos cidadãos. (OATES, 1988)

A preocupação com o presente não significa que o governo não se importa com o que ocorre após a próxima eleição, os gestores precisam se preocupar com a renda futura dos eleitores porque isso os influencia no voto. (DOWNS, 1999)

Políticas fiscalmente deficitárias são reflexo de otimização intertemporal sob um horizonte de longo prazo por autoridades orçamentárias, que optam por essas políticas para reduzir o excesso de peso tributário em uma dada trajetória de gastos, é a chamada hipótese de suavização de imposto (*tax smoothing hypothesis*) (ASCHAUER, 1988).

O déficit fiscal pode ser usado estrategicamente por *policymakers* de agora para influenciar as decisões de *policymakers* futuros se entre eles houver diferenças de prioridades (ALESINA; TABELLINI, 1990).

O ciclo político-fiscal típico latino-americano vai contra as premissas neo-clássicas ou keynesianas, os gastos crescem quando a economia cresce e

encolhem quando há recessão, é gasto pró-cíclico (STEIN; TALVI, 1999). O comportamento é a resposta dos governos em função da pressão política de aumentar gastos em período de bonança como resultado de maior volatilidade da base tributária, com menor tolerância a acumulação de superávits em bons momentos (TALVI; VEGH, 2000).

Motivações por trás da aplicação de políticas públicas ajudam os partidos a atribuírem diferentes valores aos payoffs decorrentes e inclusive os ajudam a selecionar os cargos que ambicionam assumir num governo (LAVER; SCHOFIELD, 1998).

Mudanças na composição do governo ou coalizão afetam a composição do orçamento, considerando a distância ideológica dos partidos no governo, assim como a alternância de posição ideológica de um governo para o outro. Mudança na composição do orçamento está negativamente relacionada à distância ideológica entre partidos no governo e positivamente às diferenças ideológicas entre o governo atual e o anterior (TSEBELIS; CHANG, 2004).

Quanto maior a nova coalizão, mais a composição de gastos muda, uma explicação possível é que o orçamento precisa mudar mais para manter a coalizão unida (BRENDER; DRAZEN, 2009). O tamanho do governo é maior em governos de coalizão do que de partido único (KONTOPOULOS; PEROTTI, 1999; ROUBINI; SACHS, 1989; TABELLINI; PERSSON, 1999).

A substituição de liderança geralmente não afetam composição de gastos nos primeiros dois anos de governo, mas resultam em grandes mudanças se considerarmos um período de 4 anos. Uma liderança política eleita não é um *policymaker* unitário, precisa trabalhar com outros atores (legisladores, grupos de interesse, burocratas) que não necessariamente mudam quando um novo líder é eleito. Políticas públicas levam tempo, muitos gastos do governo são determinados por lei ou decisão do governo anterior, então levam tempo para mudar gradualmente, mesmo nos casos em que a mudança é mais facilmente executável, ela exige que a liderança aprenda a como fazê-la. (BRENDER; DRAZEN, 2009)

Quanto maior o número de representantes eleitos na legislatura, mais poder os experientes têm sobre o jogo orçamentário, o que aumenta sua capacidade de se reeleger, que aumenta conforme o número de mandatos, mas quanto maior o distrito eleitoral, mais fraco o dilema do incumbente (BUCHANAN, 2000).

O procedimento orçamentário acontece em três fases: (1) A formulação de uma proposta de orçamento pelo Poder Executivo; (2) A apresentação e aprovação dela no Poder Legislativo, o que exige a inclusão de emendas no projeto inicial; (3) A implementação do orçamento pela burocracia. (ALESINA; PEROTTI, 1999)

Em algum nível, pelo menos formalmente, burocratas estão submetidos a ministros e secretários. Enquanto chefes de burocracia, o orçamento de ministérios muitas vezes guarda correlação com o tamanho da influência do político que está no cargo ministerial.

A *constituency* de um legislador ou governador pode ser claramente identificada como seu eleitorado e os grupos de interesse que os apoiam, tal visão pode também ser transposta quando falamos do titular de um cargo que não é diretamente eletivo, mas indicado, como é o caso de um ministro. A *constituency* de um executivo “gastador” é a área que ele coordena e os grupos de interesse com que lida, enquanto a de de ministro de finanças é teoricamente todos os pagadores de impostos. Dentro do Poder Executivo, os ministros gastadores exercem pressão sobre os ministros de finanças para garantirem sua parte do orçamento. (ALESINA; PEROTTI, 1999)

Há evidência de que o número de ministros afeta os gastos do governo, principalmente em período de choques macroeconômicos (VELASCO, 1999), dessa forma, podemos afirmar que existe pressão fiscalmente expansionista tanto do número de partidos na coalizão quanto pelo número de pastas. Programas de governo tendem a concentrar recursos geograficamente ou setorialmente, de forma a haver um viés de interesses que pode comprometer a disciplina fiscal (STEIN; TALVI, 1999), isso porque governos de coalizão formados por partidos que geralmente representam grupos de interesse geograficamente/setorialmente

localizados gastam mais com seus próprios grupos, ainda mais se a oposição for fraca (PERSSON; ROLAND; TABELLINI, 2007). Governos não são monolíticos, a sua divisão de forças interna e o sistema partidários impacta em como acontece a alocação de recursos (ROUBINI; SACHS, 1989).

Capítulo 2 - Sistema Partidário e Governos Estaduais

Sistema Partidário na Quarta República

Em 1945, após 9 anos da ditadura unitarista e personalista do Estado Novo, o processo de transição de regime reconfigurou o sistema político brasileiro como uma democracia presidencialista multipartidária e federalista.

O Código Eleitoral de 1932, criado para a breve tentativa democrática de 1934-1937, estabeleceu o sufrágio a todos os adultos alfabetizados e o voto proporcional de lista aberta na eleição de representantes na Câmara Baixa do Congresso Nacional, os Legislativos estaduais e municipais. (BRASIL, 1932)

Entre as medidas de transição de regime, o Ministro da Justiça Agamenon Magalhães publicou em maio de 1945 o Decreto-Lei nº 7.586, no qual estabeleceu normas para a fundação de partidos, registro de eleitores e outras medidas. (BRASIL, 1945)

No plano federal, o sistema partidário da Quarta República teve três partidos dominantes, o PSD, PTB e UDN. No entanto, a complexidade do Brasil e a própria falta de costume com partidos nacionais fazia com que o sistema tomasse características próprias conforme cada localidade. O sistema partidário paulista evoluiu de um sistema com um partido dominante (PSP) para um multipartidarismo moderado ao longo do vintênio (PERES; CONCEIÇÃO, 2017).

O Estado Novo incentivou a profissionalização da política ao empoderar burocracias, criar novos espaços institucionais e legitimação de novos recursos políticos, assim como os processos de urbanização e industrialização levou a classe política a incluir grupos políticos antes excluídos dela (CODATO, 2008). A entrada de novos atores no jogo representativo levou as disputas do conflito distributivo à discussão política (CODATO, 2008). No entanto, a recepção de ideias econômicas

não era simples, a ciência econômica crescia em importância no debate, mas os técnicos com o recente ofício de economista ainda eram pouco ouvidos dentro dos partidos, estando sujeitos a disputas nas quais tinham pouco poder e limitados na capacidade de transformar suas ideias em políticas públicas (CHALOUB, 2017).

No processo de democratização, Vargas apelou ao operariado para a formação do PTB e, para garantir seu poder pós-ditadura, promulgou uma lei eleitoral que favorecia o voto urbano, em confronto com as remanescentes oligarquias rurais que contavam com seus “currais eleitorais” no interior do país (FRENCH, 1988). Essa característica da lei eleitoral favoreceu a São Paulo, então estado mais urbanizado, apesar de contar com apenas 30% da população total do Brasil, os paulistas foram 44% e 48% dos eleitores em 1945 e 1947 (FRENCH, 1988). Por volta de metade dos novos eleitores urbanos da democratização tiveram registro de eleitor *ex-officio*, feito pela empresa que trabalhavam em um cartório eleitoral, o que aliviava a questão de impedimento de voto a analfabetos para trabalhadores formais (FRENCH, 1988).

Coppedge (1998) demonstra que nem personalismo quanto clientelismo são necessariamente excludentes com ideologia. A sofisticação ideológica dos líderes partidários é menos relevante do que a clareza da ideia que o partido passa para os eleitores. Estratégias eleitorais e dinâmicas intrapartidárias podem levar a adoção de clientelismo, apesar da ideologia (COPPEDGE, 1998), quando consideramos que candidatos estão interessados tanto em ganhar quanto em poderem implementar políticas públicas (WITTMAN, 1983).

O Brasil combina sistema de voto proporcional, multipartidarismo e presidencialismo forte, organizando o Executivo com base em grandes coalizões. É um sistema caracterizado pela instabilidade, se sustentando no desempenho corrente do governo e na sua disposição de respeitar pontos inegociáveis que nem sempre são explicitamente fixados na formação da coalizão. (ABRANCHES, 1988)

Sistemas de voto proporcional incentivam o multipartidarismo, permitindo maior representação de minorias e geralmente levando a necessidade de maiorias

legislativas serem formados a partir da alianças de partidos. Abranches (1988) destaca que o federalismo e heterogeneidade social e regional da sociedade brasileira tornam a necessidade de formação de coalizões inevitável.

O governo controla a produção legislativa a partir do seu poder de agenda e do apoio da maioria, reunida numa coalizão partidária. Dado o custo de negociar com cada legislador, os acordos são preferencialmente forjados entre governos e lideranças partidárias (LAVÉR; SCHOFIELD, 1998). O sucesso do governo na arena legislativa se dá por meio dos partidos da coalizão seguindo as instruções do líder do governo na legislatura, cargo geralmente apontado pela própria articulação política do gabinete (LIMONGI, 2006).

O Poder Executivo brasileiro é poderoso do ponto de vista legislativo porque tem prerrogativa constitucional exclusiva de iniciar legislação para tributação, orçamento e fixação de quadros do funcionalismo. Assim, alguns referenciais do parlamentarismo podem ser aplicados, o processo decisório favorece o Executivo e sua estruturação de base de apoio (LIMONGI, 2006).

A lógica de formação de coalizões tem um eixo partidário e regional. A estruturação de redes burocrático-clientelísticas leva à "colonização" de determinados agrupamentos em dadas pastas, o que muito influencia em quem são os grupos que ocupam determinadas posições (ABRANCHES, 1988). A distribuição de pastas, ao acomodar interesses intra e interpartidários conflitantes, fortalece a organização dos partidos ao potencializar suas capacidades de representação e incrementar recursos organizacionais (FERNANDES, 2016).

Partidos e Coalizões

Nas páginas a seguir, pretendemos tratar de alguns pontos acerca dos partidos efetivos¹³ que existiram durante a Quarta República no estado de São Paulo. Mas antes de observarmos cada partido, convém que falemos do que foram as principais coalizões entre eles.

A principal coalizão do Brasil no século XX foi a getulista, construída a partir da base de sustentação do regime anterior na transição democrática. No tempo em que existiu ela teve fluidez, com integrações e dissidências de grupos políticos. Quando a ditadura do Estado Novo acabou, em 1945, os seus dois principais componentes eram o PTB e PSD (HIPÓLITO, 1985). Na primeira metade do regime, divergências que surgiam faziam com as duas agremiações estivessem ora mais próximas, ora mais distantes, com suas alas internas construindo relações interpartidárias próprias. Após o suicídio de Getúlio Vargas, a relação se tornou mais próxima, com os partidos atuando juntos na esfera federal. A aliança chega ao fim em 1964, quando elementos do PSD participam do Golpe Civil-Militar contra um Presidente da República petebista (FERREIRA, 2011a; HIPÓLITO, 2011).

No estado de São Paulo, a coalizão de maior força política foi a que chamaremos de ademarista, construída desde o momento em que Ademar de Barros foi convocado para ser Interventor Federal em 1938. Esta coalizão conta como partido principal o PSP e em torno dele se formaram alianças com alas do PTB, do PSD e do PCB. Apesar de momentos de maior fragilidade, esse arco de alianças existiu durante toda a Quarta República e com reminiscência depois do AI-2¹⁴ (FARIA, 1975; MANFFRÉ, 2014). A coalizão esteve no governo estadual em dois momentos diferentes. No primeiro (entre 1947 e 1955) a sua saída do poder foi marcada por uma dissidência após rompimento político entre Ademar de Barros e seu sucessor Lucas Garcez em 1954 (CORREIO PAULISTANO, 1953; MAYER,

¹³ Partidos efetivos são os que contam com algum nível mínimo de efetividade eleitoral-parlamentar, calculado conforme a fórmula: $ENS=1/\{\text{soma de [número de partidos com assento/número de assentos]}^2\}$ (MUELLER, 2005)

¹⁴ Manffré (2014) demonstra como a filiação ao ademarismo continuou a ter importância mesmo após a imposição do bipartidarismo e influenciou a política estadual paulista durante a ditadura civil-militar de 1964

2011a). No segundo momento (entre 1963 e 1966), saiu do poder em função da cassação do mandato de Barros pelo regime que ele ajudou a instaurar (MAYER, 2011b).

Em oposição ao grupo que governou o estado durante a maior parte da Quarta República, temos o que chamaremos agrupadamente de coalizões anti-ademaristas, menos consistentes do que os agrupamentos anteriores. Na primeira metade do regime, a oposição é composta principalmente por dois grupos diferentes, de um lado, pela UDN, PR e a ala mais conservadora do PSD sem uma liderança muito bem definida (CARDOSO, 1975), do outro o PTN, PRT e uma ala do PTB liderados pelo empresário Hugo Borghi (que em certos momentos aderiu a governos ademaristas) (MAYER; COSTA, 2011). O primeiro grupo se tornou a base de sustentação do governo Garcez após o rompimento com Barros (MAYER, 2011a).

Na segunda metade do regime, o professor Jânio Quadros começou a formar em torno de si uma coligação quando foi eleito prefeito da capital, em 1953. A coalizão janista tinha como núcleo principal a aliança entre PDC, PTN, UDN, PSB e PR, com apoio de alas do PSD e PTB (CHAIA, 1992; MAYER; XAVIER, 2011). Era uma coalizão heterogênea e fragmentada, mas que foi a base de sustentação de dois governos estaduais (entre 1955 e 1963) (MAYER, 2011c).

Na eleição de 1962, a questão em torno de qual deveria ser a candidatura ao governo estadual rachou a coalizão janista. De um lado, os elementos mais leais a figura de Jânio Quadros, com o PTN e o recém-criado MTR (dissidência do PTB) (CHAIA, 1992; MAYER, 2011d; MAYER; XAVIER, 2011). De outro, o restante do que fora a coalizão, contando ainda com apoio do PCB, grupo a que chamaremos de coligação carvalhista.

Desde 1943 o Estado Novo mostrava sinais de esgotamento e o que viria depois dele começou a ser planejado, Getúlio uniu os interventores Benedito Valadares (MG), Ernâni Amaral Peixoto (RJ), Fernando Costa (SP) e Agamenon Magalhães (PE) para planejarem um partido nascido da máquina da ditadura e esboços da lei eleitoral a reger as futuras eleições (HIPÓLITO, 2011).

O Partido Social Democrático (PSD) foi organizado pelos interventores federais nos estados, reunindo em torno de si seus prefeitos nomeados, membros da burocracia e grupos de interesse apoiadores do regime. Nacionalmente a adesão de elites locais ao PSD dependeu da relação que mantinham com os interventores, com desavenças que podiam remeter a Primeira República (1889-1930). No contexto paulista, a maior parte da tradicional elite cafeeira, que estava na direção do Partido Republicano Paulista na época da sua extinção, aderiu ao PSD, mas outras alas do antigo partido optaram por outras agremiações.

Na convenção nacional de 17 de julho de 1945, o partido elegeu a Getúlio Vargas como presidente da organização¹⁵, Benedito Valadares como primeiro-vice-presidente e o interventor paulista Fernando Costa como segundo-vice-presidente, enquanto lançou a candidatura presidencial do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (HIPÓLITO, 2011).

Na eleição legislativa de 1945 o PSD foi o único que pode contar com a estrutura das interventorias para já nascer nacionalizado e a fórmula de distribuição de cadeiras o beneficiou, de forma que com 42,4% dos votos obteve 52,8% das cadeiras (NICOLAU, 2004). Todos os políticos pessedistas paulistas na Constituinte Federal trabalharam no Estado Novo, em departamentos como o Daesp, conselhos ou sindicatos (CODATO, 2008).

O interventor pernambucano Agamenon Magalhães foi o principal autor das proposições do manifesto de fundação do partido com pautas como serviço militar obrigatório, descentralização administrativa, ensino primário gratuito obrigatório, extensão da justiça do trabalho a todos os grandes centros de produção, desenvolvimento da organização sindical, garantia do salário mínimo, extensão do seguro social a todos os cidadãos e dever do Estado na redução da desigualdade social (HIPÓLITO, 2011) (PSD, 1945b). No capítulo de política econômica propõe que a ação do Estado no setor econômico deve ser para orientar e estimular a iniciativa privada, organização das indústrias básicas e estimular a produtividade.

¹⁵ Getúlio Vargas recusou ao posto, preferindo se envolver mais ativamente no PTB. Assumiu no lugar o seu irmão, Protásio Vargas. (PSD, 1945a)

Política aduaneira tarifária para proteção da indústria nacional, estímulo à formação de capitais nacionais, segurança aos capitais estrangeiros e subsídio creditício com “juros módicos” e prazos longos. (PSD, 1945b).

Apesar de nascer do poder estabelecido, a trajetória eleitoral do PSD não foi tão bem sucedida quanto em outros estados, o que Cardoso (1975) atribui a dificuldade da agremiação de se firmar como um partido de massas e a menor importância da máquina burocrática federal em São Paulo, dado o fato do estado já contar com uma larga burocracia estadual, na qual o PSP foi melhor sucedido em penetrar. O partido ademarista nasceu como predominantemente urbano e se interiorizou ao longo do tempo (LAMOUNIER, 1975), o que causou uma progressiva perda de eleitorado pelo PSD.

A questão em torno de aliança com os pessepistas sempre dividiu o partido. Na fundação do diretório regional participaram políticos perrepistas que foram adversários de Ademar de Barros durante o Estado Novo e pressionaram por sua demissão da Interventoria (PANTOJA, 2011), de forma que a gestão de Fernando Costa foi marcada por retorno de altos quadros perrepistas ao governo estadual (PANTOJA, 2011). Lideranças partidárias mais próximas às raízes perrepistas do PSD, como Rodrigues Alves Filho e Cyrillo Júnior se tornaram lideranças anti-ademaristas dentro do partido, no entanto, desde a primeira vitória eleitoral do PSP se formou uma ala que via com maior simpatia o líder progressista, o que foi facilitado pelos momentos de aliança de Barros ao getulismo no campo federal, principalmente por parte de quadros mais próximos de grupos de interesse do mercado interno, favoráveis a agenda econômica nacionalista. O baixo desempenho eleitoral em 1958 na política estadual favoreceu à ala ademarista e empurrou o PSD a torna-se de vez aliado de Ademar de Barros na década de 1960.

Partidos geralmente não estão em contato direto constante com os eleitores, eles ouvem aos grupos de interesse quando votam políticas públicas, por isso a interação entre eles é fundamental para entender a representação (OTJES; RASMUSSEN, 2017). A estruturação partidária originária a partir dos gabinetes das interventorias federais, portanto, em delegações do poder federal getulista dentro

das governanças estaduais, permitiu aos pessedistas estruturarem rapidamente uma rede de patronagem por meio das conexões dentro da máquina burocrática federal, assumindo o lugar de grande partido clientelista nacionalmente. (CARDOSO, 1975). Apesar de não tão influente na máquina pública quanto em outros estados, a relação do partido com o funcionalismo tinha peso político e lhe permitia ter uma base social urbana influente, com infiltração no Poder Judiciário e nas coletorias fiscais. Por ter nascido a partir do poder estabelecido, o partido nasceu privilegiado na sua relação com grupos de interesse que compunham as coalizões de poder no campo nacional e local. No contexto paulista, a aderência de lideranças do antigo Partido Republicano ao Estado Novo e sua participação na gestão Fernando Costa transportou a integração de considerável parcela da elite agrária tradicional à agremiação na sua fundação, como os cafeicultores Rodrigues Alves Filho e Martins Filho, enquanto também garantiu boas relações com o capital financeiro, como os banqueiros Gastão Vidigal ou JJ Abdalla (CARDOSO, 1975; HIPÓLITO, 1985).

Mas o grupo de interesse mais relevante associado ao PSD era o capital industrial, que ganhou importância política durante a Era Vargas, e com o passar dos anos foi se tornando cada vez mais relevante no partido. Ao longo da Quarta República, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi presidida pelos pessedistas Roberto Simonsen (1945-1946), Armando de Arruda Pereira (1947-1948), Morvan Dias de Figueiredo (1949-1950) e Antônio Devisate (1953-1962). A proximidade dos industriais paulistas com o partido apesar do seu sucesso eleitoral modesto no estado pode ser explicada por duas questões pragmáticas: a conexão com o governo federal e o centrismo da legenda. O complexo industrial paulista organizado tinha interesses em estímulos relacionados a competências constitucionais do governo federal, como protecionismo tarifário e uma política cambial favorável, e para influenciar tais políticas públicas era mais interessante estar próximo de um partido com peso na política nacional. Outro motivo pragmático que explica essa relação está no próprio centrismo do partido, Otjes e Rasmussen (2017) explica como em regimes político-partidários com alternância parcial, grupos de interesse preferem se empenhar em proximidade com

partidos centristas capazes de participar de governos de diferentes lados políticos, o que era caso da agremiação tanto na esfera federal quanto estadual.

Em função da sua base social-eleitoral diversa, o PSD conciliava a defesa de políticas tidas como reformistas que beneficiavam a sua relação com seu eleitorado urbano ligado a industriais e funcionários públicos federais como o monopólio federal sobre petróleo enquanto assumia posições mais conservadoras como a oposição a extensão da legislação trabalhista ao campo para agradar a sua base eleitoral rural e tradicional. Mas partidos são montagens de diferentes interesses que concordam em se apoiar para construir um grupo ativista credível, o fato de terem divergências internas é evidência dessa parceria, moldam seu conjunto de políticas para atrair grupos fortes na eleição, equilibrando essa busca com medidas que terão algum apelo popular com o eleitorado. Os eleitores ao apoiarem suas políticas populares precisam tolerar também as impopulares que vem no mesmo pacote (BUTLER, 2015).

A relevância da Fiesp enquanto grupo de interesse dentro do PSD paulista permite que também se possa considerar que o pensamento econômico que circundava a organização influenciasse nas políticas partidárias. O maior prócer da doutrina e prática do empresariado industrial paulista foi Roberto Simonsen, fundador da Fiesp e eleito senador pelo PSD em 1947, com sua liderança a ideia de uma política de proteção à indústria nacional se tornou dominante na política brasileira na década de 1940 (COLISTETE, 2006).

O pensamento econômico nacional-desenvolvimentista de Simonsen guardava semelhanças com o desenvolvido na Escola Cepalina pouco depois da morte dele (em 1948), o que fez com a organização por ele fundada se tornasse patrocinadora de suas propostas em território nacional. Para a Cepal, o lugar do Estado na economia vem das condições históricas particulares da história econômica latino-americana, dado o capital e tecnologia no centro do sistema capitalista, cabendo ao governo ser responsável estratégico por um programa de metas que levassem à superação da condição periférica. O ideal para a coordenação da atividade estatal com o empresariado deveria ser evitando interferir diretamente,

mas oferecendo orientação e estímulo (COLISTETE, 2006), assim como proposto no Programa de Fundação do PSD. A adoção de conceitos da Cepal pela Fiesp variou por tema; na defesa da indústria e protecionismo, a identificação foi explícita; no assunto de distribuição de renda, a influência é mais dúbia; em intervenção estatal e planejamento, houve maior seletividade, mas combinada com pragmatismo; houve pequena ênfase em questões de eficiência produtiva e distribuição de renda (COLISTETE, 2006).

Neste trabalho, o objeto de estudo é o sistema partidário como se manifestava no estado de São Paulo, para isso consideramos conveniente que não seja avaliado apenas a história dos partidos nas eleições estaduais, mas que também se observe a como se comportaram em eleições nacionais no estado, dado o fato de que o cenário nacional não era determinista, mas tinha alguma influência em como as organizações se manifestavam em outras esferas federativas na formação de aliança e construção de narrativas.

O PSD apresentou candidato próprio à Presidência da República em todas as eleições no período em que existiu, com vitória em duas delas (1945 e 1955). No estado de São Paulo, o candidato pessedista à presidência foi o mais votado apenas na eleição de 1945, o General Eurico Gaspar Dutra, nos pleitos seguintes o partido foi o sempre o terceiro mais votado¹⁶.

Na eleição de 1950, o partido não esteve unificado sobre uma aliança à candidatura de Getúlio Vargas (PTB), levou o partido à única vez em que apresentou uma candidatura própria à Vice-Presidência, que foi a de Altino Arantes, que governou São Paulo de 1916 a 1920 pelo antigo Partido Republicano Paulista. Apesar do passado político no estado, o batataense foi o terceiro mais votado pelos

¹⁶ REPOSITÓRIO de Dados Eleitorais. [S. l.], 26 fev. 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 23 jun. 2020.

eleitores paulistas, assim como seu companheiro de chapa presidencial Cristiano Machado¹⁷.

Table 1: PSD - Eleições presidenciais em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1945	General Dutra (DF)	57,67%	Eleito
1950	Cristiano Machado (MG)	10,63%	Não Eleito
1955	Juscelino Kubitschek (MG)	12,72%	Eleito
1960	Marechal Lott (MG)	15,31%	Não Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições ao governo estadual, o PSD apresentou candidatura própria apenas na primeira eleição, em janeiro de 1947. O nome natural do partido para o cargo era de Fernando Costa, que foi o primeiro presidente do diretório regional e Interventor Federal de 1941 a 1945, no entanto ele morreu em um acidente automobilístico durante a campanha eleitoral (PANTOJA, 2011). A escolha de um novo candidato passou por uma prévia interna, na qual foi escolhido como substituto Mário Tavares, então presidente do Banespa, que terminou como terceiro colocado nessa eleição, com 25,93% dos votos válidos.

Por previsão da recém-promulgada Constituição de 1946, foi realizada outra eleição ainda em 1947, em novembro, para a eleição dos vice-governadores. A escolha do candidato pessedista ao cargo levou a acirrada disputa interna entre o deputado federal Cyrillo Júnior, antiga liderança perrepista e membro do CAESP¹⁸, e o deputado federal Novelli Júnior, genro do Presidente Dutra. O primeiro contava com apoio de lideranças partidárias e do Senador Getúlio Vargas, enquanto o segundo contava com apoio do Governador Ademar de Barros e o do seu sogro

¹⁷ O PSD não chegou unificado à eleição presidencial de 1950, com a maior parte das lideranças partidárias preferindo apoiar a candidatura de Getúlio Vargas e João Café Filho do que a própria chapa do partido de Cristiano Machado e Altino Arantes, prática esta que foi batizada de “cristianização” por causa do candidato mineiro à presidência

¹⁸ Os Conselhos de Administração foram órgãos colegiados que, durante o Estado Novo, cumpriam o papel de fiscalização ao Interventor Federal e aos prefeitos municipais (CODATO, 2011)

(MAYER, 2011e). A solução foi uma candidatura daquele pelo próprio PSD, enquanto este lançou candidatura pelo PSP, embora continuasse sendo um pessedista. Por fim, Cyrillo ficou em segundo lugar, com 35,91% dos votos, enquanto Novelli foi eleito com 48,38%.

Os conflitos de parte do PSD com o Ademar de Barros e a proximidade desenvolvida no plano federal com a UDN, que integrava a coligação do General Dutra na segunda metade do seu governo, fizeram o partido não aceitar integrar a coligação governista na eleição estadual de 1950 e preferir apoiar a candidatura do udenista Prestes Maia, tendo como seu parceiro de chapa o fazendeiro pessedista Martins Filho. Ambos ficaram em terceiro lugar.

Em 1954, o PSD repetiu a estratégia de apresentar um candidato a Vice-Governador na chapa de Prestes Maia e novamente ficou em terceiro lugar. Em 1958, o partido ficou novamente dividido entre uma candidatura própria com o deputado federal Ulisses Guimarães, uma candidatura a vice do ministro Horácio Lafer na chapa de Ademar de Barros ou apoiar a Carvalho Pinto, questão que não chegou a uma solução clara e fez o partido não ter candidaturas majoritárias nesse pleito¹⁹. Em 1962, a ala ademarista venceu a disputa interna e o partido apoiou a candidatura do ex-Governador.

Table 2: PSD - Eleições para Vice-Governador em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1947	Cyrillo Junior	35,91%	Não Eleito
1950	Martins Filho	23,40%	Não Eleito
1954	Cunha Bueno	29,33%	Não Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

¹⁹ A representação federal do partido preferia aderir ao ademarismo, enquanto no diretório estadual havia resistência (O ESTADO DE S. PAULO, 1958)

Nas disputas para o Senado Federal, apresentou seis candidaturas entre 1945 e 1962. Quatro delas foram de herdeiros de antigas famílias da aristocracia cafeeira e perderam a eleição, mas obtiveram vitória outras duas candidaturas que foram de empresários emergentes ligados a setores da economia interna, sendo eles o industrial ceramista Roberto Simonsen em 1947 e o pecuarista Auro Moura Andrade em 1962.

Table 3: PSD - Eleições para Senador em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1945	Cesar Vergueiro	13,58%	Não Eleito
1945	Rodrigues Alves Filho	12,86%	Não Eleito
1947	Roberto Simonsen	15,10%	Eleito
1947	Cesar Vergueiro	15,02%	Não Eleito
1950	Brasilio Machado	26,64%	Não Eleito
1962	Auro Moura Andrade	22,83%	Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Analisar resultados de eleições proporcionais da Quarta República carrega uma grande complicação, as candidaturas eram registradas só com a coligação, sem distinguir de qual partido era o candidato (NICOLAU, 2004). Dessa forma, ao olharmos para o desempenho eleitoral dos partidos teremos falta de precisão sobre qual foi exatamente o resultado deles per si nos anos em que estiveram em coligações proporcionais.

Nas disputas para deputado federal, o PSD concorreu sozinho apenas em 1945 e 1950. Nas eleições de 1947 e 1954 esteve coligado ao PR, que foi nacionalmente seu aliado mais próximo. Em 1958 esteve coligado com o PSP de Ademar de Barros e o PRT de Hugo Borghi, apesar de não ter participado de qualquer aliança na eleição majoritária. Como já falado antes, em 1962 esteve coligado ao PSP.

Seu melhor resultado foi na eleição de 1945, quando recebeu 36% dos votos válidos e teve 45,71% dos deputados federais eleitos pelo estado (16 dos 35)²⁰. Nicolau (2004) alerta que até 1950 vigorava um método de cálculo de distribuição de sobras posto na Lei Agamenon feito para beneficiar ao partido, superestimando seu número de cadeiras. A ascensão de Ademar de Barros e seu PSP fizeram o desempenho pessedista cair vertiginosamente a partir de 1947.

Table 4: PSD - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1945	PSD	36,01%	45,71%
1947	PSD/PR	14,77%	20,00%
1950	PSD	15,36%	17,50%
1954	PSD/PR	30,03%	29,55%
1958	PSD/PR/PRT	38,42%	40,91%
1962	PSD/PSP	29,31%	28,81%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições estaduais, o PSD concorreu sem coligação em todos os pleitos, com exceção de 1962.

Para deputado estadual, o melhor desempenho foi em 1947, quando ainda vigorava a cláusula da Lei Agamenon que beneficiava ao PSD a distribuição de cadeiras por meio das sobras. Resultado que também pode ser associado ao fato de ser a primeira eleição estadual, com a máquina pessedista beneficiada pela Interventoria e beneficiada pelo fato do partido ter absorvido a maior parte dos perrepistas (que eram mais conhecidos pelo eleitorado e contavam com suas próprias clientelas). Nas eleições seguintes, a porcentagem de deputados eleitos

²⁰ Consideramos que a porcentagem de candidatos eleitos ser mais conveniente do que o número bruto de legisladores eleitos para podermos estabelecer melhor comparações, porque o número de representantes paulistas a serem eleitos para a Câmara Federal variou ao longo dos anos (35 em 1945, 5 em 1947, 40 em 1950, 44 em 1954 e 1958 e 59 em 1962), assim como o número de assentos na Assembleia Legislativa mudou ao longo dos anos (75 de 1947 à 1954, 91 em 1958 e 115 em 1962)

pelo partido cai para menos de metade, o que pode ser relacionado a concorrência frente a construção de clientela e interiorização do PSD, de forma que o partido foi jogado na posição da aliança com a máquina ademarista se tornar sua possível salvação depois de conseguir eleger apenas 7,69% dos deputados estaduais em 1958.

Table 5: PSD - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1947	PSD	24,82%	34,67%
1950	PSD	11,87%	12,00%
1954	PSD	13,89%	14,67%
1958	PSD	7,37%	7,69%
1962	PSD/PSP	17,14%	16,52%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Dada a característica de partido centrista na política paulista, a relação com políticas clientelistas e o conflito político entre alas, o partido se fez presente no Poder Executivo estadual ao longo de quase todo o vintênio.

Nos dois governos eleitos de Ademar de Barros ocupou a Secretaria de Governo, de 1948 a 1950 e de 1963 a 1965. Na Secretaria da Fazenda nos anos eleitorais de 1950 e 1954. Na Secretaria de Educação apenas no último ano da gestão de Macedo Soares (1946). A Secretaria de Transporte, cisão da Secretaria de Obras em 1963, foi chefiada pelo pessedista Dagoberto Salles durante todo o terceiro governo Ademar de Barros.

Empresários industriais pessedistas estiveram à frente da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio em três anos de agitação no sindicalismo, 1948-1949 e 1953.

Comandou a Secretaria de Agricultura na primeira metade do governo Lucas Garcez (1951-1952) e durante o governo Jânio Quadros (1955-1958), em sintonia

com a base partidária rural, visto que o interior profundo do estado era disputado eleitoralmente pelo PSD com o PSP, do principal adversário de Quadros. A pasta que ocupou por mais tempo foi a de Justiça, sete anos, o que condiz com a base partidária no funcionalismo público do Judiciário de que fala Cardoso (1975).

Paradoxalmente adversário e aliado do PSD, o Partido Social Progressista (PSP) nasceu em junho de 1946, a partir da fusão de três partidos que tiveram mau desempenho nas eleições federais de 1945. Essas legendas eram o Partido Popular Sindicalista (PPS), Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Republicano Progressista (PRP) (FARIA, 2011a).

O PPS teve a fundação liderada pelos advogados Marrey Júnior e Miguel Reale, duas pessoas de origens distintas. O primeiro foi filiado ao Partido Democrático (PD), articulador da Aliança Liberal e expulso da agremiação por considerar a Revolução Constitucionalista de 1932 uma “aventura irresponsável” (MAYER, 2011f). O segundo foi uma das lideranças da Ação Integralista Brasileira (AIB). Ambos pertenceram ao Conselho de Administração do Estado de São Paulo. O partido não elegeu nenhum parlamentar no estado na eleição de 1945. (FARIA, 2011b)

O PAN teve sua fundação capitaneada pelo cafeicultor Mário Rollim Telles para sua candidatura presidencial em 1945 e não elegeu nenhum congressista (FARIA, 2011c). Já o Partido Republicano Progressista foi fundado pelo ex-Interventor Ademar de Barros que elegeu apenas dois deputados federais em todo o Brasil, Café Filho no Rio Grande do Norte e Campos Vergal em São Paulo (FARIA, 2011d). Neste mesmo estado, foi candidato ao Senado Caio Simões, tendo apenas 0,08% dos votos.

Ademar de Barros nasceu de família pertencente à oligarquia cafeeira de São Manuel, na região de Botucatu, estudou medicina na Universidade do Rio de Janeiro e depois na Universidade Popular de Berlim. Voltou para São Paulo para participar da Revolução Constitucionalista de 1932, quando serviu como médico-capitão na região de Lorena e Aparecida. Depois do conflito, se exilou no Paraguai e Argentina, mas voltou ao Brasil para, em 1934, ser candidato para a Assembléia Constituinte

do estado de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista, com apoio da Congregação Mariana de Botucatu. (MAYER, 2011b)

Apesar dos eventos de 1930 e 1932, no momento do Auto-Golpe de 1937, o Partido Republicano Paulista está na oposição ao governo estadual do Partido Constitucionalista, cujo líder é o principal nome de oposição a Getúlio numa hipotética eleição presidencial em 1938, de forma que PRP se aliou ao Presidente da República e apoiou a instauração do Estado Novo, exigindo que fosse indicado um perrepista como Interventor (RAMOS, 2011a). O ditador abraça essa aliança, mas nomeia para a Interventoria alguém fora da direção partidária com objetivo de neutralizar o poder da elite paulista e ter mais controle sobre o estado, sendo escolhido o então deputado estadual Ademar de Barros (MAYER, 2011b). O novo Interventor passou a indicar nomes fora da política tradicional perrepista para cargos-chave na máquina estadual e para serem prefeitos, começando a estruturar a sua própria rede de influência (FARIA, 2011a; SAMPAIO, 1984). Após três anos, sob protestos do antigo *establishment* perrepista, Getúlio substituiu Ademar de Barros pelo então Ministro da Agricultura, Fernando Costa (PANTOJA, 2011).

Quando o Estado Novo chegava ao ocaso, Ademar de Barros tentou se aproximar da fundação do PSD e da UDN, não sendo bem recebido em ambos os partidos, o que o fez tomar a decisão de fundar o Partido Republicano Progressista, nome que foi escolhido para que a sigla PRP aproveitasse o *recall* do eleitorado com o partido extinto oito anos antes (FARIA, 2011d).

Cardoso (1975) afirma que, tal qual o PSD, o PSP nasceu de dentro do aparelho de Estado. Na fundação da legenda, Barros pôde contar com o apoio de parte dos laços que formou quando foi interventor, mas foi apenas após ser eleito Governador em 1947 que ele conseguiu aprofundar as bases do partido no interior do estado. Isso fica claro no período entre a posse e as eleições municipais²¹, onde foi capaz de nomear prefeitos da sua rede de influência e contar com eles para estruturarem diretórios municipais do PSP por todo o estado (CARDOSO, 1975).

²¹ As eleições municipais ocorreram em novembro de 1947, mas municípios considerados estratégicos, como a capital e Santos, ficaram privados de eleger prefeito até 1953

O enraizamento do PSP no interior pode ser sentido pela diferença do desempenho eleitoral do partido depois de assumir o poder. Na eleição de novembro de 1947, o PSP elegeu sozinho 27% dos prefeitos, enquanto o PSD a 11%. Já na eleição de 1951, para o mesmo grupo de municípios, o PSP venceu em 45,5% deles, enquanto o PSD em apenas 2,4% (FARIA, 2011a).

Ao término de sua segunda vez à frente do governo estadual, Ademar de Barros conseguiu eleger como seu sucessor o então Secretário de Obras, Lucas Nogueira Garcez, em 1950. Atritos entre o líder do PSP e seu apadrinhado começaram a surgir nas eleições municipais de 1951, com o ex-Governador defendendo que a máquina pública estadual deveria priorizar apenas ao seu partido, em detrimento das agremiações que integravam a coalizão de governo (MAYER, 2011a). O rompimento definitivo entre os dois foi em 1954. Neste momento, uma parte dos pessepistas seguiu com Garcez e participaram da construção de uma coligação de oposição à candidatura à reeleição de Ademar de Barros. Nenhum dos dois obteve sucesso e foi eleito ao cargo um adversário de ambos, Jânio Quadros (PTN).

O PSP ficou fora do poder por oito anos e liderou a oposição aos governos de Jânio Quadros (PTN) e Carvalho Pinto (PDC). Mesmo com a importância do uso da máquina pública estadual na organização do partido, ele soube manter forte desempenho eleitoral, elegendo as maiores bancadas da Assembleia Legislativa em todos esses anos. Essa sobrevivência do partido quando fora do poder pode ser explicada por: (1) a eficiência da máquina pessepista, com seus laços clientelísticos e da máquina assistencialista estruturada por Leonor Barros; (2) nunca se baseou em sindicatos como PTB ou confundiu-se com setores do aparelho estatal como o PSD, se organizou utilizando o estado, mas dele se diferenciando (CARDOSO, 1975); (3) a preservação da imagem pessoal de Ademar e sua imagem como antagonista de Jânio Quadros, o que o levou inclusive a se candidatar à presidência em 1960 (MAYER, 2011b).

O retorno do PSP ao poder, em 1962, foi marcada pela polarização do país em torno da presidência João Goulart. O partido optou por fazer uma guinada

conservadora, se aliou nacionalmente a UDN, ala conservadora do PSD e o PRP; no cenário local, pode contar com aliança com o PSD e o Senador Auro Moura Andrade. O discurso de Ademar de Barros nesse momento se deslocou de um populismo assistencialista e com retórica de voz das massas para uma defesa da ordem e família cristã (MAYER, 2011b). O que culminou na organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade por Leonor Barros e a participação do Governador paulista no Golpe Civil-Militar de 1964.

Após o AI-2, Ademar tentou organizar o diretório paulista do ARENA a partir de aliança sua com lideranças locais que também apoiaram o Golpe de Estado, como Abreu Sodré (UDN) e Carvalho Pinto (PDC), operação que não foi bem sucedida. Os ex-pessepistas eram o grupo mais bem sucedido eleitoralmente dentro da nova legenda, mas não gozavam da confiança do Marechal Castello Branco, alinhado à oposição anti-ademarista conservadora, o que gerou conflitos que atravessaram a trajetória da agremiação de apoio à ditadura no estado. (MANFFRÉ, 2014).

As interpretações sobre o funcionamento do PSP precisam focar em quatro características: (1) interação entre ademarismo e pessepismo; (2) a base social do partido; (3) a identificação do populismo enquanto ideologia partidária e (4) o clientelismo. Questões sintetizadas por Regina Sampaio (1984):

O ademarismo englobaria e extrapolaria o pessepismo, ao mesmo tempo em que seria limitado por este. Daí a ambigüidade do discurso populista de Ademar, refletindo uma estratégia que visava atingir as massas trabalhadoras, sem uma definição que pudesse contrariar as bases partidárias, de caráter mais conservador, e a hipótese aqui subjacente é a de que o PSP se apoiava basicamente nas classes médias rurais e nas camadas mais baixas das classes médias urbanas... Assim, considerando-se que as bases eleitorais do interior sempre revelaram uma importância bastante grande no conjunto da votação de Ademar e do PSP, é compreensível que o chefe pessepista não tivesse interesse em uma definição ideológica que pudesse ameaçar seus alicerces organizacionais.

A interação entre pessepismo e o ademarismo, portanto, é um conflito entre a organização interna do partido e sua base social mais fiel em contraste com o discurso de seu líder. Posições medianas num partido geralmente são diferentes em algum grau nas posições medianas do eleitorado e cabe às lideranças trabalharem para buscar um ponto ótimo entre elas para assegurar os votos ao grupo (DOWNS,

1999; MUELLER, 2003). Considerando a importância numérica do operariado urbano, Ademar posicionava sua retórica de maneira mais alinhada ao discurso nacionalista e trabalhistas sem, no entanto, se comprometer completamente com eles (SAMPAIO, 1984), porque conforme os anos passavam mais expressiva era a presença das classes médias rurais no eleitorado e seus interesses que por vezes podiam ser conflitantes, de forma a tornar algum nível de ambiguidade necessário.

O PSP serviu como um canal de relacionamento para setores sociais em ascensão, tendo na base médio-empresários que enriqueceram durante a Segunda Guerra Mundial, muitos deles descendentes ou eles próprios imigrantes, o que rendeu à legenda o apelido pejorativo de "partido dos turcos" (CARDOSO, 1975). Assim como foi bem sucedido em fazer a ligação entre camadas populares ou pequeno-burguesas que não eram captadas pelo trabalhismo (CARDOSO, 1975).

Como dito acima, o PSP nasceu com voto concentrado na capital em 1947, mas tão logo assumiu o poder já se utilizou da máquina pública para, a partir das prefeituras, se enraizar no interior do estado em detrimento do PSD. A partir de 1950, esse ciclo de expansão apenas pela estruturação estava esgotado e os ganhos eleitorais passariam a depender da manutenção de posições conquistadas, processo que foi mais eficaz em zonas menos urbanizadas, na qual o clientelismo era mais predominante (PERES; CONCEIÇÃO, 2017; SOARES, 1973). O desafio ao partido passou a ser então como conquistar o voto do operariado urbano, concorrendo, mas também se aliando, a forças trabalhistas (SOARES, 1973).

A competição com trabalhistas e janistas dentro do operariado diversas vezes empurrou o PCB a se aliar a Ademar, a quem considerava um representante da pequena-burguesia progressista e nacionalista, o auxiliando a ter *brokers* sindicais nessa parte do eleitorado (FARIA, 2011a; FRENCH, 1988; WEFFORT, 1964).

A sofisticação ideológica de lideranças partidárias é menos relevante do que a ideia que o partido passa para um dado eleitor, o que importa na relação partido-eleitor é o senso de proximidade com posições relativas no espectro partidário (COPPEDGE, 1998). Ademar e o PSP souberam se aproveitar de uma retórica populista, sem os comprometimentos do clássico populismo

latino-americano (KAUFMAN; STALLINGS, 1991), no qual ele podia manter seu eleitorado fiel rural ou semi-rural, enquanto também apelava para massas urbanas, com apelos diferentes, mas permitindo que eles tivessem um senso de proximidade com suas posições.

Como falado acima, o populismo tem como traço principal o discurso plebicitário, afirmando que o líder em questão teria uma conexão direta com o povo e seria seu verdadeiro representante (BARR, 2009). Essa característica, no entanto, não é incomum de ser combinada a construção de máquinas clientelísticas por esses líderes depois de chegarem ao poder (BARR, 2009), operação na qual se favorece uma reinstitucionalização que provenha conexão mais verticalizada entre o líder e seus seguidores (BARR, 2009), o que explica a diretriz partidária de se estruturar em campanhas legislativas como se houvesse voto distrital puro, delimitando regiões do estado que clientelisticamente pertenciam a cada liderança partidária (CARDOSO, 1975), facilitando o controle da distribuição de recursos por Ademar.

A patronagem pode se desenvolver para existir em dois níveis: (1) entre os políticos e suas clientelas; (2) dos políticos agindo como clientela do líder partidário (PAPPAS, 2009). Controlando o processo de seleção de candidato, o líder partidário pode controlar toda a rede de patronagem, nesse sentido, ao invés de causar descentralização e disputas intrapartidárias, o clientelismo aparece como uma forma de centralização partidária (PAPPAS, 2009).

Dos três partidos que deram origem ao PSP, só o PAN apresentou candidatura presidencial em 1945, a do cafeicultor Mário Rollim Telles, que ficou em último lugar. Na eleição seguinte, o partido se coligou ao candidato petebista Getúlio Vargas e apresentou seu candidato à vice-presidência, o potiguar João Café Filho, que foi eleito, este em São Paulo foi o candidato mais votado. Na eleição seguinte, o ex-Ministro do Trabalho e petebista histórico Danton Coelho concorreu à vice-presidência pelo PSP e foi derrotado por outro ex-Ministro do Trabalho e petebista histórico, João Goulart.

Nas eleições de 1955 e 1960, Ademar de Barros foi candidato à presidência, sendo respectivamente o primeiro e o segundo mais votado no seu estado natal, mas sendo nacionalmente o terceiro colocado em ambos os pleitos. Na primeira tentativa, obteve 45,79% dos votos paulistas, enquanto nacionalmente teve apenas 25,77% do eleitorado, diferença que foi menor na segunda tentativa, quando obteve apoio de 29,63% dos paulistas e 18,79% nacionalmente.

O PSP venceu três dos cinco pleitos ao Executivo estadual. Com exceção de 1950, quando era constitucionalmente impedido por já ser governador, Ademar de Barros foi o candidato pessepista ao governo estadual em todas as eleições. A vitória mais expressiva do partido, no entanto, foi com a candidatura do engenheiro Lucas Garcez, com 47,11% dos votos válidos, o que se devia ao sucesso do governo ademarista, mas possivelmente por ele ser uma figura menos polarizadora do que seu padrinho político.

As vitórias pessepistas para Governador não foram sempre coincidentes com as para Vice-Governador. Em 1958, uma disputa interna no PTB e a aliança do partido ao PSP fizeram com que a candidatura à reeleição do então Vice-Governador Porfírio da Paz, que fora eleito na chapa janista, fosse lançada pelo PSP. Outro caso foi a eleição de 1962, na qual o candidato ademarista Teotônio de Barros ficou em terceiro lugar e perdeu para o candidato do PR, Laudo Natel.

Table 6: PSP - Eleições para Governador em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1947	Ademar de Barros	35,24%	Eleito
1950	Lucas Garcez	47,11%	Eleito
1954	Ademar de Barros	34,25%	Não Eleito
1958	Ademar de Barros	42,71%	Não Eleito
1962	Ademar de Barros	39,87%	Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Table 7: PSP - Eleições para Vice-Governador em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1947	Novelli Junior	48,38%	Eleito
1950	Erlindo Salzano	48,19%	Eleito
1954	Erlindo Salzano	34,44%	Não Eleito
1958	Porfírio da Paz	37,60%	Eleito
1962	Teotônio de Barros	19,79%	Não Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições para o Senado Federal, o PSP elegeu diretamente seus candidatos ou algum aliado coligado em todos pleitos do período, com exceção de 1958, quando apoiou o petebista Frota Moreira que perdeu para o udenista Padre Calazans.

Table 8: PSP - Eleições para Senador em SP

Situação	1945	1947	1950	1954	1962
Eleito	-	15,61%	49,56%	21,42%	-
Não Eleito	0,08%	14,91%	22,63%	19,94%	12,28%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Após o fracasso dos três partidos que deram origem ao PSP, que não elegeram nenhum deputado federal, a unificação das legendas pode utilizar o sucesso eleitoral de Ademar de Barros e já surgir com força nas eleições proporcionais federais. Força esta que foi razoavelmente mantida ao longo das eleições seguintes.

Table 9: PSP - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1945	PAN	0,35%	0,00%
1945	PPS	1,93%	0,00%
1945	PRP	3,23%	0,00%
1947	PSP/PTN	50,53%	60,00%
1950	PSP	29,26%	32,50%
1954	PSP	25,13%	25,00%
1958	PSP/PSD/PRT	38,42%	40,91%
1962	PSD/PSP	29,31%	28,81%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Embora seja um partido com força eleitoral principalmente no estado, a porcentagem de votos nas eleições proporcionais estaduais foi sempre menor do que nas federais. O pior desempenho eleitoral do partido nas eleições proporcionais foi de 12% dos eleitos em 1947, mas esse foi o mesmo pleito no qual teve seu melhor desempenho proporcional federal (60%).

Há também desalinhamento com o desempenho do partido em eleição majoritária. A segunda maior bancada do partido na Alesp, na eleição de 1954, coincide com o pior desempenho que o partido teve numa eleição para Governador, o que, no entanto, é o contrário do que ocorreu quatro anos antes, no qual o partido elegeu sua maior bancada de deputados estaduais e teve sua maior vitória para o Executivo paulista.

Após o primeiro retorno de Ademar de Barros ao poder, em 1947, a parcela de votos recebida pelo partido dobrou na eleição seguinte, o que pode se dever tanto a popularidade da gestão quanto a construção de uma rede clientelista. Os dois melhores desempenhos eleitorais foram em anos nos quais o PSP já estava no poder, 1950 e 1954, mesmo considerando o ano no qual o líder do partido foi derrotado nas urnas, o que evidencia a importância da máquina clientelística ademarista.

Table 10: PSP - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1947	PSP	12,72%	12,00%
1950	PSP	23,71%	25,33%
1954	PSP	21,28%	22,67%
1958	PSP	16,67%	17,58%
1962	PSD/PSP	17,14%	17,39%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Diferente do PSD, ao ser uma legenda que buscava assumir a chefia do Poder Executivo, o PSP não participava de governos que não comandava e assumia a liderança da oposição nesse caso.

Estiveram à frente da Secretaria da Fazenda políticos que disputaram eleição pelo PSP nos anos de 1947 a 1949 e 1951 a 1952. Em 1953 e no terceiro governo Barros, estiveram no lugar lideranças do setor bancário que eram próximas de Ademar, mas não temos como afirmar se eram pessepistas.

Nas gestões do partido, a Secretaria de Viação e Obras Públicas era ocupada exclusivamente por seus membros, mas na terceira vez, a pasta foi repartida na Secretaria de Transporte, entregue para comando por membro do PSD. Algo semelhante ocorreu com a Secretaria de Educação, mas a chefia desta no terceiro governo foi indicada no primeiro ano ao Padre Januário Baleeiro (próximo de Ademar, mas que não identificamos filiação) e depois a Ataliba Nogueira que participou de eleições pelo PRT.

A Secretaria de Justiça foi chefiada por pessepistas apenas no primeiro ano dos dois governos de Ademar de Barros. Apesar da ligação do partido às forças policiais, a Segurança Pública foi chefiada por um político que disputou eleições pelo PSP apenas nos dois últimos anos de existência do partido. Em quatro anos comandou Agricultura. Na de Saúde, nos primeiros oito anos também manteve monopólio, mas teve que entregar a partido aliado no segundo momento.

Um histórico de alianças e rompimentos com PSP também aconteceu na legenda que era a outra metade da coalizão getulista. Criado para abrigar setores trabalhistas que não teriam espaço no PSD e para afastá-los do PCB, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi concebido dentro do Ministério do Trabalho, cujo titular era o paulista Marcondes Filho. Se incorporou ao grupo sindical-ministerial uma corrente mais doutrinária, com inspiração no trabalhismo britânico, liderada pelo gaúcho Alberto Pasqualini. (FERREIRA, 2011a)

O grupo a se tornar hegemônico foi um terceiro, de aliados próximos e familiares de Getúlio Vargas. Este foi presidente de honra do partido e por ele eleito Presidente da República em 1950. De 1952 até o Golpe Civil-Militar de 1964, o presidente nacional do PTB foi aquele que Vargas considerava como seu sucessor, o futuro Presidente João Goulart²² (FERREIRA, 2011b), que levou à presidência do diretório paulista a sobrinha do ex-ditador, Ivete Vargas, em 1957.

O PTB paulista foi abatido por intensa disputa intrapartidária que muitas vezes levou à intervenção pelo diretório nacional (PERES; CONCEIÇÃO, 2017). O controle nacional de Getúlio Vargas e João Goulart sobre o partido exigia que ele fosse frágil no estado mais industrializado da federação (CARDOSO, 1975), o que além da questão da disputa hegemônica interna também poderia atrapalhar a aliança partidária com a “conciliação conservadora” mineira no plano federal (BENEVIDES, 1989).

Havia baixa fidelidade à legenda, grandes lideranças saíram do partido ao longo dos anos, como o agroindustrialista Hugo Borghi, o prefeito da capital Toledo Piza e o vice-governador Porfírio da Paz (BENEVIDES, 1989). Esses políticos embora deixassem a agremiação permaneciam conectados a base trabalhista, o que gerou o fenômeno de fragmentação do trabalhismo em múltiplas legendas num momento em que o operariado industrial (seu natural *constituency* social) estava em

²² Depois de diversos conflitos internos na direção nacional do PTB, João Goulart foi eleito com unanimidade como presidente do partido, por contar com apoio de Getúlio. (O ESTADO DE S. PAULO, 1952)

expansão (PERES; CONCEIÇÃO, 2017). Dessa forma, o trabalhismo como movimento político crescia, só que não através da principal agremiação dessa corrente política, mas com o crescimento de partidos como o PTN, PRT e PST (CARDOSO, 1975).

Em outros estados, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a identificação do PTB com a crescente massa de operariado urbano e com a tradição getulista era facilitada por uma competição mais restrita dentro da corrente ideológica, mas em São Paulo o partido não conseguiu se arvorar como “dono” do trabalhismo e tampouco firmar monopólio do controle sobre ação sindical (BENEVIDES, 1989).

Nos primeiros anos após a democratização, o voto do operariado paulista se dividia entre o PTB e PCB (SIMÃO, 1956), o que progressivamente muda com a fragmentação do trabalhismo e com a ascensão política de Jânio Quadros (WEFFORT, 1964), que com aliados de diferentes contornos ideológicos se tornou influente em diversos sindicatos (BENEVIDES, 1989).

As fragilidades organizacionais do partido eram compensadas com o acesso privilegiado que ele contava junto ao Ministério do Trabalho. A burocracia ministerial controlava chapas sindicais para selecionar candidatos preferidos das lideranças petebistas, frequentemente acusados de serem “pelegos” e em conflitos de interesse nas relações que mantinham com o patronato (BENEVIDES, 1989).

Mecanismo clientelista, na segunda metade do regime a legenda foi concentrando o controle da distribuição de recursos em Ivete Vargas (CARDOSO, 1975), seguindo o mecanismo descrito por Pappas (2009), no qual a aderência ao clientelismo pode levar partidos a centralização de comando nas lideranças partidárias.

Embora estivesse à esquerda no espectro político do momento, a fragmentação interna, seu funcionamento clientelista e até a necessidade de apoio petebista para governabilidade o levaram a assumir uma posição de “partido

central”²³ na política paulista, assumindo uma posição mediana na alternância política e ocupando cargos em todos os governos estaduais do vintênio.

A polarização em torno da figura de Getúlio Vargas em São Paulo forçou que tanto Ademar de Barros quanto Jânio Quadros mantivessem alguma ambiguidade sobre o ex-ditador, embora o primeiro tenha sido um importante aliado na eleição presidencial de 1950. O apelo eleitoral do getulismo no operariado não era suficiente para que o trabalhismo elege um governador, mas garantia poder de veto (BENEVIDES, 1989).

O PTB lançou candidato próprio à presidência da República em apenas uma eleição, a de 1950, com o ex-ditador Getúlio Vargas, que recebeu em São Paulo 64,29% dos votos, enquanto nacionalmente recebeu apenas 48,73%, contava, portanto, com popularidade muito acima da média nacional no estado.

Nas eleições seguintes, o PTB apoiou as candidaturas presidenciais do PSD e elegeu por duas vezes o gaúcho João Goulart como Vice-Presidente. Nessas duas ocasiões se inverteu a popularidade petebista em São Paulo e o candidato do partido foi o terceiro mais votado no estado, com 22,35% e 34,71%.

O PTB não costumava apresentar formalmente candidaturas próprias ao governo estadual, nem mesmo a vice. A única tentativa formal de chefiar ao Executivo paulista foi em 1954, com Wladimir de Toledo Piza, este ficou em último lugar e recebeu apenas 4,26% dos votos.

Houve, no entanto, em todas as eleições do período trabalhistas que foram candidatos a Governador ou Vice-Governador com candidatura formalizada por outros partidos, que aconteciam em função dos constantes conflitos internos no PTB. As figuras principais a usarem desse esquema foram o agroindustrial Hugo Borghi e o militar Porfírio da Paz. O primeiro foi duas vezes o segundo colocado

²³ “Partido Central” é definido por Van Roozendaal (1993) como uma agremiação que não necessariamente é centrista, mas costuma participar de governos de diferentes lados políticos num regime de alternância parcial (VAN ROOZENDAAL, 1993)

para a chefia do Executivo paulista, com candidatura apresentada pelo PTN em 1947 e pelo PRT em 1950. O segundo foi duas vezes vitorioso na eleição para Vice-Governador, com candidatura registrada pelo PTN em 1954 e pelo PSP em 1958.

Na disputa por vagas no Senado Federal, o PTB obteve vitória apenas em 1945, com as candidaturas de Getúlio Vargas e do ex-Ministro do Trabalho Marcondes Filho, sendo que o primeiro foi também eleito ao cargo pelo estado do Rio Grande do Sul e preferiu assumir o mandato pelo seu estado natal, o que tornou a posição vaga até 1947.

Depois dessa vitória eleitoral, nenhum outro petebista foi eleito Senador por São Paulo. O que chegou mais próximo foi Frota Moreira, deputado federal e ex-procurador da Justiça do Trabalho (MAYER, 2011g), que recebeu 38,2% dos votos, no entanto, esta foi uma eleição na qual havia apenas uma vaga para o Senado Federal e a disputa foi polarizada entre o candidato apoiado pelo então prefeito da capital Ademar de Barros (Frota Moreira) e o vencedor udenista Padre Calazans, apoiado pelo pedecista Carvalho Pinto.

Table 11: PTB - Eleições para Senador em SP

Situação	1945	1947	1954	1958	1962
Eleito	30,86%	-	-	-	-
Não Eleito	-	23,33%	6,49%	38,20%	3,72%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições para deputado federal, a bancada federal atingiu seu ápice junto a eleição de Getúlio Vargas para a presidência em 1950 e a partir de então passou a encolher, o que talvez possa ser associado à menor popularidade das novas lideranças partidárias, à fragmentação do trabalhismo paulista e a uma perda de popularidade que atingiu a legenda ao longo da década de 1950 (NICOLAU, 2004).

Table 12: PTB - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1945	PTB	17,92%	17,14%
1947	PTB	34,70%	20,00%
1950	PTB	20,83%	22,50%
1954	PTB	17,64%	18,18%
1958	PTB	10,73%	11,36%
1962	PTB/PSB	10,91%	15,25%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

O retorno de Getúlio Vargas à presidência não teve tanto impacto na bancada estadual do partido, sendo que o pico de popularidade dela foi na eleição anterior. A decadência da legenda ao longo da década de 1950, no entanto, se manifestou também nas eleições para a Assembleia Legislativa. Ainda sim, com exceção da legislatura 1959-1963, o PTB conseguiu se manter a terceira maior força no Legislativo paulista (PERES; CONCEIÇÃO, 2017).

Diferente do cenário nacional, no qual após 1950 se formou uma aliança entre PSD e PTB que durou até governo Goulart (1961-1964), na política paulista os dois partidos não construíram a mesma relação de proximidade. Observa-se que em nenhuma das eleições houve uma coligação, seja majoritária ou proporcional, com ambos. As duas legendas tiveram seus momentos de maior e menor proximidade com o PSP, mas que não foram coincidentes em períodos eleitorais, a coabitação de pessedistas e petebistas paulistas aconteceu apenas nos gabinetes dos quais participaram.

Table 13: PTB - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1947	PTB	20,27%	18,67%
1950	PTB	16,03%	16,00%
1954	PTB	10,35%	10,67%
1958	PTB	6,71%	6,59%
1962	PTB	8,52%	10,43%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Assim como o PSD, o PTB assumia o papel de partido adesista nos governos estaduais paulistas e participou de quase todos os gabinetes.

A Secretaria que o partido chefiou por mais tempo foi a do Trabalho, por 11 anos. Em paralelo ao mesmo papel que cumpria no governo federal e em diálogo com os sindicatos, sua principal base eleitoral. Nas pastas de Governo e Agricultura, chefiou por três anos.

Na campanha eleitoral para a eleição presidencial de 1938, interrompida pelo Auto-Golpe que instaurou o Estado Novo, forças eleitorais opositoras de Getúlio Vargas se reuniram na aliança que foi batizada de União Democrática Brasileira (RAMOS, 2011b). Oito anos depois, durante a transição democrática, essa frente se reorganizou, abrigoando também antigos adversários que romperam com o regime ao longo da ditadura, agora com o nome União Democrática Nacional (UDN).

Na fundação do partido é possível destacar a presença de cinco correntes principais: as oligarquias tradicionais que perderam poder após 1930, como ex-presidenciável perrepista Júlio Prestes; antigos aliados de Getúlio Vargas que romperam com ele durante o governo provisório (1930-1934) ou por causa do Auto-Golpe de 1937, muitos deles egressos do Partido Constitucionalista como Armando de Salles Oliveira; políticos que trabalharam no Estado Novo, mas que decidiram aderir à oposição no momento da transição, como Ademar de Barros; acadêmicos liberais; socialistas não-comunistas ou descontentes com a aliança do Partido Comunista ao getulismo. (BENEVIDES, 2011)

Ainda antes de ser realizada a eleição de 1945 parte do primeiro grupo se afastou e fundou o Partido Republicano, mais próximo do PSD; O último grupo formou uma ala interna chamada Esquerda Democrática, que depois se tornou o Partido Socialista Brasileiro. A direção paulista do partido, formada principalmente por egressos do Partido Constitucionalista, se esforçou para marginalizar os ademaristas, forçando a saída do ex-Interventor para fundar o Partido Republicano Progressista (posteriormente Partido Social Progressista). (BENEVIDES, 2011; FARIA, 2011d)

A UDN expressava o ponto de vista de uma elite ilustrada, de tendência liberal-democrática, mas favorável a uma “democratização restrita”, a qual seus eleitores típicos pertenciam à chamada classe média tradicional, principalmente urbana, geralmente mais educada do que a média, enquanto no interior do estado seu eleitorado estava no “patriciado tradicional” semi-urbano e não nas classes economicamente dominantes (CARDOSO, 1975).

Chaloub (2017) examinou o que seria o pensamento econômico udenista, com foco no grupo dos bacharéis da Câmara Federal, levando a separação de dois grupos principais, o do liberalismo conservador e o do liberalismo modernizante.

Os primeiros não viam o indivíduo auto-interessado como base da organização social, mas uma sociedade de ordem harmônica amparada em valores superiores. O Estado seria o estruturador da organização social tendo o direito como instrumento de tornar vícios privados em virtudes públicas, que dependem das qualidades pessoais dos estadistas. Não eram contra o mercado e defendiam a atração de capital estrangeiro, mas consideravam necessário que ele fosse limitado pelos imperativos da Razão de Estado. Exponentes dessa linha seriam os mineiros Afonso Arinos e Milton Campos. (CHALOUB, 2017)

O segundo grupo adotava a mesma visão de papel do Estado no mercado, rejeitando *laissez faire*, mas se diferenciava ao preferir a modernização de instituições e da capacidade estatal ao invés de depender das virtudes de estadistas. Exponentes desse grupo seriam o baiano Aliomar Baleeiro e o mineiro Bilac Pinto. Há considerável convergência desse grupo com o grupo de economistas

identificado por Bielschowsky (2004) de “desenvolvimentistas não-nacionalistas” ou “liberal-desenvolvimentistas”, do qual o maior nome é o de Roberto Campos.

Um terceiro grupo, que teria menos influência interna no partido nacionalmente, seria o de liberais econômicos, menos simpáticos ao papel do Estado na economia e modernização do país, preferindo uma abertura econômica. Exponentes desse grupo incluíam o baiano Clemente Mariani e o mineiro Magalhães Pinto. Já esta ala pode ser mais identificada com uma categoria de economistas que Bielschowsky (2004) chamou de “neoliberais”, entre os quais se destaca Eugênio Gudin.

O pensamento econômico que circulava na ala dos liberais modernizantes guardava algumas agendas em comum com a agenda cepalino-pessedista. Mas existiam divergências importantes, como a discussão de como lidar com o capital estrangeiro. Outro ponto importante é que em todos os seus programas partidários, a UDN manifestou preferência por diminuição do peso dos impostos indiretos na carga tributária brasileira (BENEVIDES, 2011), algo que era rejeitado pelos industriais ligados ao PSD.

A aderência de Getúlio Vargas, principalmente no governo de 1951-1954, a uma agenda econômica alinhada mais ao desenvolvimentismo nacionalista, na qual a industrialização por substituição de importações era financiada por renda extraída do setor agro-exportador, fez com que grupos de interesse ligados a essa atividade fossem progressivamente se aproximando da UDN ao longo do seu governo, aproximação esta que continuou mesmo que desaceleradamente durante o governo de Juscelino Kubitschek. Dinâmica que se repetiu em outros países vizinhos, no qual o populismo latino-americano clássico do pós-Guerra teve entre os principais grupos de interesses na oposição os agro-exportadores tradicionais (KAUFMAN; STALLINGS, 1991).

O eleitorado ligado a agro-exportação que se converteu em udenista ao longo da década de 1950 se juntou ao grupo de oligarquias agro-exportadoras, tirado do poder por Getúlio Vargas décadas antes, que existia dentro da UDN desde sua fundação, de forma a tomar força no partido uma defesa de mudar o mecanismo de

financiamento da industrialização brasileira e auxiliava numa estratégia de interiorização do voto. Dessas conexões, podemos observar o papel de Clemente Mariani, deputado federal e banqueiro próximo do complexo cacauzeiro baiano que foi presidente do Banco do Brasil durante o período de Eugênio Gudin a frente do Ministério da Fazenda (1953) e depois foi ele próprio nomeado para a pasta por Jânio Quadros (1961), também pode-se apontar o fato de que a Sociedade Rural Brasileira, com sede em São Paulo e especialmente ligado ao complexo cafeeiro, foi presidida por udenistas por quase toda a Quarta República²⁴.

No plano federal, a UDN integrou coalizão liderada pelo PSD no governo Dutra (1945-1951), depois participou do governo Café Filho do PSP (1954-1955) e de Jânio Quadros do PTN (1961). A oposição ao getulismo fazia com que geralmente tivesse pouca afinidade o PTB, o que a partir de 1951 passou a ser estendido também ao PSD.

No plano estadual paulista, a aversão anti-getulista também deu forma ao anti-ademarismo. Mesmo após 1950, o partido continuou a formar alianças regionais com o PSD por causa de sua ala anti-ademarista (MAYER; CARDOSO, 2011; PERES; CONCEIÇÃO, 2017). Na troca de poder estadual que ocorreu em 1954, a UDN passou a integrar a coalizão janista, o que serviu na projeção de Jânio Quadros como candidato não-getulista para a eleição presidencial de 1960 (BENEVIDES, 2011).

Na gestão Jânio Quadros (1955-1959), o partido ocupou a Secretaria de Educação com Vicente de Paula Lima de 1955 a 1958. Na gestão Carvalho Pinto (1959-1963), ocupou a Secretaria da Agricultura com José Bonifácio Coutinho de 1959 a 1962 e a Secretaria de Obras com Machado Campos de 1961 a 1963.

A UDN abriu mão de apresentar candidato próprio à presidência da República apenas em 1960, quando apoiou a Jânio Quadros, enquanto teve candidatos próprios à vice-presidências em todos os pleitos.

²⁴ Os presidentes Antônio de Queiroz Telles (1945-1947), Raul da Rocha Medeiros (1947-1949), Luiz de Toledo Piza Sobrinho (1953-1957), Renato da Costa Lima (1957-1963)

Na eleição de 1945 o Brigadeiro Eduardo Gomes teve em São Paulo menos de metade dos votos que foram oferecidos ao General Dutra, cinco anos depois o mesmo teve no estado quase um terço do que levou Getúlio Vargas, mesma proporção da diferença entre o candidato udenista e o getulista à vice-presidência.

Essa impopularidade udenista em São Paulo começou a se inverter após a troca de poder de 1954, dado a posição-chave do partido na coalizão janista. Em 1955, Ademar de Barros foi o candidato presidencial mais bem votado no estado (com 45,79%, o dobro da proporção nacional), mas em segundo lugar ficou o udenista cearense Juarez Távora (com 33,09%, próximo dos 30,27% que recebeu nacionalmente), que foi apoiado pelo Governador Jânio Quadros.

O crescimento udenista paulista pode ser mais claramente verificado nas eleições à vice-presidência, dado que em 1950 Odilon Braga recebeu em São Paulo apenas 19,17% dos votos frente a 33,26% nacionalmente, mas em 1955 e 1960 o candidato mais votado no estado foi o udenista mineiro Milton Campos, que recebeu respectivamente 42,25% e 48,51% dos votos paulistas enquanto teve 41,7% e 33,7% nacionalmente.

Table 14: UDN - Eleições para Presidente em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1945	Brigadeiro Gomes (RJ)	27,90%	Não Eleito
1950	Brigadeiro Gomes (RJ)	24,83%	Não Eleito
1955	Juarez Távora (CE)	33,09%	Não Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Table 15: UDN - Eleições para Vice-Presidente em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1950	Odilon Braga (MG)	19,17%	Não Eleito
1955	Milton Campos (MG)	42,25%	Não Eleito
1960	Milton Campos (MG)	48,51%	Não Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Na eleição ao governo do estado, se absteve de apresentar candidatura própria apenas em 1958, quando apoiou o pedecista Carvalho Pinto. Em 1947 e 1950 o candidato udenista ficou em último lugar, em 1954 e 1962, em terceiro.

Nos pleitos de 1947, seu candidato a Governador foi o reitor da USP Antônio Almeida Prado e a Vice-Governador foi Plínio Barreto, jornalista do jornal O Estado de S. Paulo, ambos quadros intelectuais sem experiência política prévia e que ficaram em último lugar em votos (MAYER, 2011h), com 8,34% e 15,71%. Já nos pleitos de 1950 e 1954, o candidato ao governo foi o arquiteto e ex-prefeito da capital Prestes Maia, que na segunda tentativa conseguiu formar em torno de si uma ampla aliança anti-ademarista composta por UDN, PSD, PR, PDC e PRT, além de apoio do ex-ademarista Governador Lucas Garcez, mas perdeu para o outro candidato anti-ademarista, o então prefeito da capital Jânio Quadros. A última candidatura udenista, em 1962, foi a do então Secretário de Agricultura José Bonifácio, que promoveu um programa de ampla modernização da agropecuária durante o governo de Carvalho Pinto e era apoiado por este, que construiu uma ampla coligação que contava com apoio do PCB ao PRP, no entanto, se repetiu o quadro de 1954, com Ademar de Barros e Jânio Quadros a frente.

Após o fim do sistema partidário existente entre 1945 e 1965, com a instituição do AI-2, dois políticos que foram lideranças udenistas chegaram ao governo estadual como membros do ARENA, Abreu Sodré e Paulo Egydio.

Table 16: UDN - Eleições para Governador em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1947	Almeida Prado	8,34%	Não Eleito
1950	Prestes Maia	24,56%	Não Eleito
1954	Prestes Maia	26,27%	Não Eleito
1962	José Bonifácio	23,07%	Não Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições ao Senado Federal, a UDN paulista também apresentou uma história de fracasso na sua primeira década de existência, com algum sucesso na segunda. Em 1945, seus candidatos ficaram em 4º e 6º lugar na disputa, dois anos depois foram os dois últimos colocados (7º e 8º). Em 1954, foi eleito pelo PTN o ex-udenista Auro Moura Andrade, enquanto o Padre Calazans foi o 4º mais votado dos seis que estavam na disputa, este, no entanto, conseguiu ser eleito em 1958, numa disputa polarizada com o petebista Frota Moreira. Em 1962, o ex-presidente da Assembleia Legislativa Abreu Sodré ficou em quarto lugar entre os oito postulantes, numa eleição em que os senadores eleitos em 1954 foram reeleitos.

Table 17: UDN - Eleições para Senador em SP

Situação	1945	1947	1954	1958	1962
Eleito	-	-	-	44,92%	-
Não Eleito	25,70%	16,02%	16,69%	-	13,09%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Diferente do que ocorre nas eleições majoritárias, nas eleições proporcionais federais não há uma melhora no desempenho eleitoral na segunda década do partido, mas uma decadência que se torna estagnação, o que pode ser relacionada a divisão do eleitorado janista no crescimento de outros partidos da coalizão.

Em 1962, há uma inversão, a UDN forma uma bem sucedida coligação proporcional com o PDC do Governador Carvalho Pinto e o PRT do seu ex-adversário Hugo Borghi que elege um terço da bancada federal paulista.

Table 18: UDN - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1945	UDN	21,53%	20,00%
1950	UDN	13,20%	15,00%
1954	UDN	8,83%	9,09%
1958	UDN	9,81%	9,09%
1962	PDC/PRT/UDN	15,76%	32,20%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições à Assembleia Legislativa, o partido concorre sozinho em todas as eleições, com a tendência vista nas eleições proporcionais federais se repetindo, mas sem a inversão de 1962, o que sugere que a força da coligação federal pode ter se devido mais à ascensão do PDC.

É possível verificar como o desempenho na eleição estadual proporcional é pouco relacionado à majoritária nesse partido. Sua segunda maior bancada coincide com seu pior resultado para o governo estadual em 1947, enquanto a pior votação para deputado estadual aconteceu junto a maior votação obtida por um udenista concorrendo ao Palácio dos Campos Elísios em 1954.

Table 19: UDN - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1947	UDN	12,87%	12,00%
1950	UDN	13,30%	13,33%
1954	UDN	8,70%	9,33%
1958	UDN	9,73%	9,89%
1962	UDN	9,95%	9,57%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

A UDN não alcançou a chefia do Poder Executivo em nenhuma eleição, mas sua orientação anti-ademarista levava a direção partidária a zelar para que seus membros não servissem em administrações pessepistas, com expulsões aos que

descumpriram essa ordem, como Marcello Ulysses Rodrigues que assumiu a Secretaria de Fazenda em 1947.

A pasta que o partido ocupou por mais tempo foi a de Viação e Obras Públicas por sete anos, primeiro com o militar da Aeronáutica José Vicente Faria Lima (1956-1960) e depois com o engenheiro Francisco de Paula Machado (1961-1962). A segunda foi a da Agricultura, com Christiano Altenfelder em 1945 e José Bonifácio Coutinho ao longo do governo Carvalho Pinto. A terceira foi a de Educação, com Almeida Júnior no primeiro ano de Macedo Soares e Vicente de Paula Lima nos três primeiros anos de Jânio Quadros. Alocações de poder coerentes com a percepção de Cardoso (1975) sobre a classe média alta educada do interior do estado constituir sua principal base eleitoral.

Apesar das derrotas para eleger um filiado como governador, a UDN ter comandado as secretarias com os maiores orçamentos do governo estadual demonstra o papel central do partido na coalizão anti-ademarista.

O Partido Trabalhista Nacional (PTN) foi fundado por burocratas ligados ao Ministério do Trabalho que divergiam da direção ministerial que criou o PTB sobre a adesão à candidatura de Eurico Gaspar Dutra, embora o partido de Getúlio Vargas tenha depois aderido à campanha do general. A oficialização da legenda não saiu a tempo para a eleição de 1945, o que levou seus proponentes a se abrigarem eleitoralmente no Partido Republicano Progressista de Ademar de Barros no primeiro ano. (FERREIRA, 2011c)

Após entrar em conflito com a direção nacional do PTB e sentir sua candidatura ao governo paulista desprestigiada, o empresário Hugo Borghi lançou sua candidatura estadual pelo PTN em 1947. Após a eleição o campinense tentou retornar a atividade no partido do qual fora fundador e chegou a ser eleito presidente do diretório estadual, mas foi expulso pelo diretório nacional, de modo a ter que oficializar sua relação com o PTN a partir de então. Borghi assumiu a presidência do diretório paulista e, em 1949, conseguiu colocar na presidência nacional o seu aliado Emílio Carlos (MAYER; COSTA, 2011).

Para a eleição de 1950, Borghi propôs fusão do PTN com o PTB, sem obter apoio de Emílio Carlos (FERREIRA, 2011c). O agroindustrial então novamente concorreu ao governo paulista e foi derrotado pelo engenheiro Lucas Nogueira Garcez, que contava com apoio do PTB. No ano seguinte o campinense tentou novamente voltar ao partido de Getúlio Vargas, outra vez impedido pelo diretório nacional, migrando depois para o Partido Republicano Trabalhista (MAYER; COSTA, 2011).

Downs (1999) afirma que é preciso mudar de lideranças para que os partidos mudem, tal processo aconteceu de forma drástica com a saída de Borghi do PTN, o que fez a agremiação deixar de ser satélite do PTB e com alguma proximidade do ademarismo para se tornar um dos eixos da coalizão anti-ademarista e o partido que elegeu o único Presidente da República não-getulista na Quarta República.

Na campanha para a eleição de 1954, o pedecista Jânio Quadros, então prefeito da capital, discordou do seu partido em torno da escolha do candidato a vice da chapa, sendo abrigado por Emílio Carlos no PTN (CHAIA, 1992). No mesmo ano, se filiou Auro Moura Andrade, deputado federal com passagem pela UDN e PTB (MAYER, 2011i). Quadros foi eleito Governador, Andrade foi eleito Senador e Carlos foi o deputado federal mais votado.

A partir dessa virada, o PTN passou a ser componente-chave da coalizão anti-ademarista com UDN e PDC, que esteve à frente do estado nos governos de Jânio Quadros e Carvalho Pinto.

Dos três partidos que lideravam a coalizão anti-ademarista, o PTN era com menor conteúdo ideológico no discurso, mas também o que melhor atingia às camadas populares, conseguindo estabelecer relação com o público de trabalhadores informais e migrantes de outros estados nas periferias (CARDOSO, 1975), um eleitorado que se via prejudicado pelo acesso privilegiado do antigo operariado ademarista a serviços públicos e queria um Estado mais impessoal e eficiente (BENEVIDES, 1989; CARDOSO, 1975). Coppedge (1998) afirma que a sofisticação ideológica é menos relevante do que a clareza da ideia que o partido passa para os eleitores e que na relação partido-eleitores o que importa é o senso

de proximidade com posições relativas dos partidos no espectro ideológico (COPPEDGE, 1998). Na aliança que formou com partidos de classe média, o PTN defendeu conjuntamente maior eficiência estatal, mas com discurso de forma diferente e voltado a outro público.

Em 1955, o partido tentou emplacar candidatura de Auro Moura Andrade na vice-presidência na chapa de Juscelino Kubitschek (PSD), mas foi preterido ao presidente nacional do PTB, ainda sim, o PTN integrou a coligação do mineiro, mesmo com Jânio Quadros tendo apoiado a candidatura rival de Juarez Távora (UDN).

Em 1960, o PTN pela primeira vez lançou candidatura presidencial própria, com o ex-Governador Jânio Quadros, que saiu vitorioso. Sua coligação contou formalmente com a UDN, PDC, PR e PL, mas também contou com apoio informal de lideranças do PSD e PTB. Nacionalmente o candidato recebeu 48,26% dos votos, mas em São Paulo teve 55,06% do eleitorado.

No contexto estadual paulista, o partido participou de três das cinco eleições à chefia do Poder Executivo.

Em 1947, Hugo Borghi lançou a sua candidatura pelo PTN e ficou em segundo lugar contra Ademar de Barros. Na eleição seguinte, o candidato apoiado pelo partido foi o mesmo, mas sua relação já estremecida com Emílio Carlos o levou a apresentar a candidatura pelo PRT (MAYER; COSTA, 2011).

Na eleição de 1954, como já falamos acima, o PTN chegou ao governo estadual por meio da candidatura do então prefeito da capital Jânio Quadros, que formalmente estava coligado apenas ao PSB. O vice-prefeito de Quadros, o militar Porfírio da Paz, era filiado ao PTB, mas não conseguiu fazer seu partido aderir à coligação, de forma que lançou sua candidatura a Vice-Governador pelo PTN também.

Na eleição para a sucessão de Quadros, em 1958, o PTN se resignou em relação a candidaturas majoritárias e apoiou os candidatos da coalizão

anti-ademarista de outros partidos. As candidaturas da aliança foram de Carvalho Pinto (PDC) para Governador e Padre Calazans (UDN) para o Senado. Porfírio da Paz registrou sua candidatura à reeleição no principal partido adversário, o PSP.

Em 1962, o desejo de retorno político de Jânio Quadros após a sua renúncia da presidência da República o levou a rachar o que chamamos de coalizão anti-ademarista (MAYER; XAVIER, 2011). Uma candidatura encabeçada pelo ex-Presidente foi lançada em coligação apenas ao recém-criado MTR. A divisão de votos entre janistas e carvalhistas levou ao retorno político de Ademar de Barros, eleito para ocupar a chefia do Poder Executivo paulista pela terceira vez.

Table 20: PTN - Eleições para Governador em SP

Ano	Candidato	Resultado	Situação
1947	Hugo Borghi	30,49%	Não Eleito
1954	Jânio Quadros	35,22%	Eleito
1962	Jânio Quadros	35,93%	Não Eleito

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições ao Senado federal, o partido saiu vitorioso por duas vezes. Na primeira, no mesmo ano em que o partido elegeu Governador, foi eleito o pecuarista ex-udenista Auro Moura Andrade, que pouco depois de tomar posse brigou com Jânio Quadros e migrou para o PSD. Na outra oportunidade, o partido elegeu o ex-pessepista Lino de Mattos, que havia sido eleito ao cargo 8 anos antes pelo partido adversário, mas no meio de seu mandato aderiu à coalizão janista (MARCUCCI, 1987; MAYER, 2011j).

Table 21: PTN - Eleições para Senador em SP

Situação	1954	1958	1962
Eleito	19,99%	-	20,80%
Não Eleito	-	11,24%	-

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições proporcionais federais, o partido concorreu sozinho em 1950 e 1954, estando em coligação com o PSB em 1958 e com o MTR em 1962.

Em 1950, sua representação federal foi de apenas 5 deputados, a menor daquela eleição, quatro anos depois elegeu o mesmo número de deputados, mas em 1958 elegeu 11 deputados, sendo a 2^a colocada (atrás da coligação de PSP e PSD).

Table 22: PTN - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1950	PTN	12,32%	12,50%
1954	PTN	10,95%	11,36%
1958	PSB/PTN	17,67%	25,00%
1962	PTN/MTR	14,77%	15,25%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Na eleição proporcional estadual, o partido só concorreu em uma coligação em 1962, com o MTR. O partido tinha dificuldade de transferir seu sucesso majoritário para o pleito proporcional, o que fica demonstrado na votação irrisória de 1947, quando seu candidato a Governador ficou em 2^o lugar, ou mesmo na diminuição da bancada entre 1950 e 1954, quando conseguiu eleger o chefe do Executivo estadual. As lideranças personalistas do partido não construíram em torno de si em máquinas eleitorais capazes de eleger seus aliados, o oposto do que aconteceu com Ademar de Barros e seu PSP, que teve sucessos legislativos mesmo quando seu líder esteve fora do poder. Consideramos que, principalmente a partir de 1954, com

as lideranças petenistas contarem com agir em cooperação com os outros partidos da coalizão janista e de também haver transferência de votos dos candidatos majoritários anti-ademaristas a essas outras legendas, a aliança em bloco cresce ao longo dos anos. Em 1962, quando o PTN racha a coalizão, o desempenho eleitoral do partido foi diferente dos anos anteriores, elegendo uma bancada de 19 deputados estaduais, quase tão grande quanto a de 20 legisladores da coligação PSP-PSD.

Table 23: PTN - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1947	PTN	0,77%	00,00%
1950	PTN	11,58%	12,00%
1954	PTN	9,22%	9,33%
1958	PTN	11,22%	10,99%
1962	PTN/MTR	16,44%	16,52%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Como partido que estava no núcleo da coalizão anti-ademarista, o PTN esteve presente na secretaria dos dois governos eleitos liderados pelo grupo.

A pasta que o partido ocupou por mais tempo foi a de Saúde com Fauze Carlos, irmão de Emílio Carlos, responsável pela primeira campanha de vacinação contra poliomielite no estado (RIBEIRO, 2012). As secretarias de Justiça e do Trabalho foram ocupadas em duas ocasiões, a primeira com o outrora pessedista Marrey Júnior em 1955 e a segunda com o advogado Chaves Amarante entre 1955 e 1957.

Outra legenda na aliança anti-ademarista, o Partido Democrata Cristão (PDC) teve seu registro oficializado em 1947, tendo como principal fundador e primeiro presidente o professor de direito da USP Cesário Júnior (FERREIRA; FLAKSMAN, 2011; PDC, 1946). Assim como PSB, nasceu mais como um movimento de intelectuais do que como um partido de massas (CARDOSO, 1975).

O partido esperava, mas não conseguiu, apoio do Cardeal Carvalho Motta ou de personalidades católicas como interventor paulista Macedo Soares, de forma que não conseguiu ter a sustentação política da Igreja Católica como tiveram suas contrapartes na Itália, Alemanha ou Chile na mesma época. A partir de 1949 militantes da Ação Católica, entre os quais se destacavam os advogados André Franco Montoro e Antônio Queiroz Filho, passaram a ocupar as fileiras do partido, mas isso não significou apoio unificado da estrutura hierárquica da Igreja à legenda (BUSETTO, 2001).

No programa de fundação do partido, escrito principalmente pelo intelectual Alceu Amoroso Lima, sobre o processo de transição democrática são propostas medidas como a suspensão do DIP²⁵ e a descentralização administrativa. No plano econômico, é defendida a adoção de uma “economia social-democrática baseada na liberdade individual pelo bem comum”, no qual o papel do Estado seria o de coordenação sem intervenção direta e uma legislação social distribuidora de renda, com superação de “capitalismo individualista” para a “democracia econômica”, o que passaria por participação dos empregados na administração e distribuição de lucros, assim como é sugerido que os municípios promovam distribuição equitativa da propriedade, facilitando a aquisição da pequena propriedade agrícola, industrial e comercial (BUSETTO, 2001).

Desde a fundação, a ideologia partidária era influenciada principalmente pela Doutrina Social da Igreja Católica. A tomada de poder interna de militantes da Ação Católica em 1949 consolidou essa inspiração e também trouxe influência das ideias de outros pensadores católicos como Jacques Maritain e o Padre Louis-Joseph Lebret (BUSETTO, 2001).

O partido disputava com a UDN o apoio da classe média alta tradicional (CARDOSO, 1975), o que lhe permitia ser mais ideológico e intelectualizado. Por disposição ideológica, seguindo a diretriz católica de penetração no operariado, o que a Ação Católica fazia por meio da Juventude Operária Católica (JOC), cujos

²⁵ Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão de propaganda oficial e censura do governo federal durante o Estado Novo

ativistas buscavam puxar o partido mais para a esquerda (BUSETTO, 2001). Cardoso (1975) diferencia o partido afirmando que a democracia cristã não conseguiu ter um apoio de massas, principalmente informais, como o janismo, enquanto a classe média alta que lhe apoiava era menos tradicional e mais de formação técnica, emergente.

Quando foi Ministro do Trabalho, Franco Montoro defendeu uma política externa independente e apontou a reforma agrária “como o passo inicial e precípuo para a integração do homem ao campo” (MAYER; MONTEIRO; ALDÉ, 2011). Na década de 1960, a ala à esquerda do partido, liderada por Plínio de Arruda Sampaio, defendia medidas como a estatização da rede elétrica e proibição de bancos brasileiros emprestarem a empresas estrangeiras, propostas estas rejeitadas por outros membros mais conservadores do partido (BUSETTO, 2001).

A agremiação mantinha suas ligações ideológicas, mas progressivamente se tornou mais rachado internamente, de forma que na ocasião do Golpe Civil-Militar se dividiu sobre o que faria. Lideranças à esquerda, como os deputados Plínio de Arruda Sampaio e João Doria, tiveram seus direitos políticos cassados pelo AI-1. Lideranças centristas, como Franco Montoro e o paranaense José Richa, mantiveram seus direitos políticos, mas passaram a liderar a oposição ao regime instaurado no MDB. Enquanto lideranças à direita no partido, como o ex-Governador Carvalho Pinto e o deputado federal Roberto Cardoso Alves, ingressaram no ARENA, na base de apoio aos militares.

Durante a primeira metade da Quarta República, quando ainda estava em formação, o janismo teve o PDC como sua principal legenda. Após não conseguir ser candidato a vereador pela UDN em 1947, Jânio Quadros se filiou ao PDC para concorrer neste pleito. Por esse mesmo partido que ele foi eleito prefeito da capital em 1953, na primeira direta ao cargo em 25 anos, mas do qual saiu no ano seguinte após discordância sobre quem deveria ser o candidato da sua chapa ao cargo de Vice-Governador (CHAIA, 1992). Apesar desse atrito, os democratas cristãos integraram a coalizão liderada por seu ex-filiado desde o primeiro momento.

No governo Quadros, a principal pasta ocupada pelo partido foi na Secretaria de Fazenda com Carvalho Pinto, que havia sido Secretário de Finanças na gestão municipal dele, tanto no município quanto no estado foi promovido um ajuste fiscal. Nesse meio tempo, o advogado Antônio Queiroz Filho ocupou por um ano a Secretaria de Justiça na segunda metade do mandato. No governo seguinte, com o pedecista Carvalho Pinto no Palácio dos Campos Elísios, o partido ocupou mais pastas, além de continuar a controlar a Secretaria de Fazenda, durante todo o mandato teve também as Secretarias de Educação e Justiça.

Table 24: PDC - Eleições Majoritárias em SP

Cargo	1958	1960	1962
Vice-Presidente	-	16,78%	-
Governador	50,70%	-	-
Vice-Governador	19,07%	-	-
Senador	-	-	14,61%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Em eleições majoritárias federais, o PDC sempre esteve nas coligações presidenciais de oposição ao getulismo, em 1950 e 1955 com o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e em 1960 com seu ex-filiado Jânio Quadros (PTN). No última eleição democrática, o partido abrigou a candidatura a Vice-Presidente do dissidente petebista gaúcho Fernando Ferrari, dado o fato que o registro de seu partido MTR ainda não havia sido oficializado pelo TSE (LEMOS, 2011).

Por causa das coligações a que integrou, o PDC só pode apresentar candidatura própria ao Senado Federal em 1962, quando o advogado Antônio Queiroz Filho ficou em terceiro lugar.

Em 1958, o partido lançou a candidatura do então Secretário da Fazenda Carvalho Pinto como o candidato da coalizão janista, em uma eleição polarizada com Ademar de Barros. O resultado foi a maior vitória de candidatura para Governador de São Paulo na Quarta República em São Paulo. Nesse mesmo pleito, na disputa para Vice-Governador, a coalizão rachou, apresentando mais de um candidato, o advogado Antônio Queiroz Filho que ficou em terceiro lugar.

Table 25: PDC - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1945	PDC	4,83%	2,86%
1950	PDC	2,67%	0,00%
1954	PDC	2,59%	2,27%
1958	PDC	8,22%	9,09%
1962	PDC/PRT/UDN	19,58%	32,20%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Na representação federal, o partido foi pequeno durante a maior parte da sua existência. Nas eleições de 1945 e 1954 só elegeu um deputado federal, em 1950 não elegeu nenhum. Isso começa a mudar em 1958, quando o partido estava na coalizão no poder estadual e elegeu um filiado para Executivo, nesta feita a bancada pedecista passa a ser do mesmo tamanho que a da UDN paulista (quatro deputados), na eleição seguinte os dois partidos se coligam e elegem a maior representação paulista daquela eleição.

Table 25: PDC - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1945	PDC	4,83%	2,86%
1950	PDC	2,67%	0,00%
1954	PDC	2,59%	2,27%
1958	PDC	8,22%	9,09%
1962	PDC/PRT/UDN	19,58%	32,20%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Na disputa pela Assembleia Legislativa, o partido também cresceu só a partir de 1958. Na eleição de 1954, inclusive, sua bancada diminuiu de cinco para quatro deputados estaduais. Já em 1958, não só elegeu bancada maior do que sua aliada UDN, como também elegeu a segunda maior bancada da legislatura.

Na eleição proporcional de 1962, a coligação PDC-UDN-PRT conseguiu unida ser a mais votada do pleito, com um terço da representação federal paulista, mas

esses partidos concorreram sozinhos na eleição estadual, permitindo vislumbrar o que pode ter sido a contribuição de cada partido nesse resultado, embora essa não seja uma comparação exata, dado fato que o eleitor pode ter motivações diferentes em como voto na sua representação federal e na estadual²⁶. Dessa forma, podemos notar que a contribuição de sucesso da coligação se deveu principalmente ao PDC, que recebeu 11,15% dos votos para deputado estadual, enquanto a UDN recebeu 9,95% e o PRT 7,98%.

Table 26: PDC - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1947	PDC	3,33%	2,67%
1950	PDC	6,29%	6,67%
1954	PDC	5,66%	5,33%
1958	PDC	12,39%	12,09%
1962	PDC	11,15%	10,43%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

O PDC comandou a Secretaria de Fazenda durante os dois mandatos eleitos anti-ademaristas. Carvalho Pinto chefiou a pasta durante todo o governo de Jânio Quadros, a quem sucedeu. Quando saiu do cargo para concorrer na eleição de 1958, passou o cargo para Francisco de Paula Vicente de Azevedo, também ligado à elite cafeeira do Vale do Paraíba, e este permaneceu no cargo até 1961.

As outras secretarias a serem por mais tempo chefiadas por pedecistas foram as de Educação e de Justiça por quatro anos cada. No caso da primeira, esse período foi apenas no governo de Carvalho Pinto, enquanto no da segunda um desses anos foi na administração Jânio Quadros.

²⁶ Como falamos acima, o registro de candidaturas no TSE durante a Quarta República contava apenas com o registro da coligação. Poderíamos segregar os deputados federais eleitos por partido, mas isso desconsideraria o impacto eleitoral dos suplentes de cada partido na nominata

O Partido Republicano (PR) foi fundado nacionalmente em 1945 por lideranças mais conservadoras dos antigos partidos republicanos estaduais que existiram até o Auto-Golpe de 1937 em união capitaneada pelo ex-Presidente da República Arthur Bernardes (1922-1926) (LEAL, 2011a).

Em São Paulo, lideranças do Partido Republicano Paulista se distribuíram principalmente entre o PSD e PSP, na fundação do diretório paulista do PR participaram figuras associadas ao ex-presidenciável Júlio Prestes (BENEVIDES, 2011; PR, 1945a).

No programa de fundação, o partido não nega mudanças executadas desde o fim da Primeira República, defende o sistema eleitoral constituído. Afirma que, sob inspiração dos princípios de fraternidade e solidariedade, seria preciso assegurar a harmonia de interesses das classes e indivíduos, ao Estado caberia amparar a iniciativa privada, evitando abusos, e incentivar a descentralização do parque industrial. (PR, 1945b)

Ao longo da sua existência, o partido firmou proximidade com o PSD, tanto nacionalmente quanto no contexto estadual (LEAL, 2011a), convindo com as raízes comuns de ambos no *establishment* do Partido Republicano Paulista.

Na primeira metade da Quarta República, o partido se mantém pequeno no estado, operando na oposição ao ademarismo. Na segunda metade, passa a integrar o governo Garcez após o rompimento deste com Ademar de Barros, começa a crescer no seu número de parlamentares e integra os governos da coalizão janista, ocupando a Secretaria de Governo.

Em 1962, Ademar de Barros foi eleito para estar pela terceira vez a frente do governo estadual, mas não conseguiu eleger o seu candidato a Vice-Governador, Teotônio de Barros (PSP), sendo no lugar eleito a única candidatura majoritária do PR no estado, do bancário Laudo Natel, na coligação carvalhista. Após a posse, o PR rompeu com a sua história de anti-ademarismo e aderiu ao governo eleito, ocupando a Secretaria de Saúde (1963) (CORREIO PAULISTANO, 1963).

Após o AI-2, a maior parte dos filiados ao partido aderiu à ARENA. Quando Ademar de Barros teve o mandato cassado pelos militares, coube a Natel terminar o seu mandato, governando o estado por um ano. O republicano voltou ao governo quatro anos depois, administrando o estado entre 1971 e 1975, depois tentou ser o candidato arenista ao cargo em 1978 e 1982 (MAYER; DEZOUZART, 2011).

O partido não teve candidatos próprios na maior parte das eleições majoritárias, sendo exceção a estadual de 1962.

Nas eleições presidenciais, apoiou as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes (UND) em 1945, de Cristiano Machado (PSD) em 1950, de Juscelino Kubitschek (PSD) em 1955 e Jânio Quadros (PTN) em 1960. Enquanto para vice-presidência apoiou Altino Arantes (PSD) em 1950, João Goulart (PTB) em 1955 e Milton Campos (UDN) em 1960. Apesar de ser um partido conservador, era pouco previsível de qual lado estaria numa eleição no campo nacional, no entanto, participou de todos os governos eleitos.

Já no campo estadual paulista, o partido tinha um alinhamento mais claro, estando sempre em lado contrário ao de Ademar de Barros e geralmente em aliança com o PSD. Nas eleições para o governo do estado apoiou Mário Tavares (PSD) em 1947, Prestes Maia (UDN) em 1950 e 1954, Carvalho Pinto (PDC) em 1958 e José Bonifácio (UDN) em 1962.

O partido tentou por três vezes concorrer sem coligação na eleição proporcional federal e teve baixo desempenho. Em 1950 não cumpriu o quociente eleitoral, em 1958 e 1962 elegeu respectivamente 1 e 2 deputados federais, não seria arriscado afirmar, portanto, que o sucesso da coligação PSD-PR em 1954 se deveu aos pessedistas.

Table 27: PR - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1950	PR	2,30%	0,00%
1954	PSD/PR	11,19%	29,55%
1958	PR	2,70%	2,27%
1962	PR	4,44%	3,39%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Já no campo estadual, o desempenho do PR foi diferente, o partido elegeu três deputados estaduais em 1947 e 1950 e 7 parlamentares em 1954 e 1958, saindo de um partido pequeno para médio na legislatura, com bancada de tamanho similar a da UDN e PTB.

Na eleição de 1962, o partido aumentou consideravelmente a sua expressão eleitoral e elegeu a terceira maior bancada da Assembleia Legislativa.

Table 28: PR - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1947	PR	5,52%	4,00%
1950	PR	4,42%	4,00%
1954	PR	9,76%	9,33%
1958	PR	7,60%	7,69%
1962	PR	11,46%	11,30%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

O Partido de Representação Popular (PRP) era herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido anterior a 1937 de viés reacionário e fascista clerical. Ao longo da sua existência, apresentou consistência no número de votos que obtinha, o que custou suavização da sua tendência ideológica e integração no sistema clientelístico liderado por PSD e PSP (CARDOSO, 1975), mas continuou a afirmar herança da organização existente na década de 1930 (PRP, 1945).

Com lema de “Deus, Pátria, Família”, o programa de fundação do partido é centrado em políticas que fortalecessem a instituição familiar²⁷. É proposto que se adote o método eleitoral de voto familiar, utilizado na ditadura salazarista de Portugal. No campo econômico, a instituição familiar deveria ser subsidiada, o que se daria por meio de educação gratuita e serviço de “orientação domiciliar”, enquanto deveriam ser suprimidos impostos sobre trabalho e capital, por estancarem as “fontes de riqueza nacional”. (PRP, 1945)

Nas eleições presidenciais, o PRP apoiou as duas candidaturas presidenciais do Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) em 1945 e 1950, mas apresentou candidatura própria, de Plínio Salgado, em 1955, que ficou em último lugar, mas ainda obteve nacionalmente 8,28% dos votos. No campo estadual não lançou candidaturas próprias e costumava participar oficialmente de coligações. Na eleição de 1962, o partido participou da coligação carvalhista no apoio à candidatura a Governador de José Bonifácio (UDN), mas na disputa pela vaga no Senado apoiou os candidatos do lado oposto da disputa, Mário Beni (PSP) e Auro Moura Andrade (PSD).

O partido só teve um cargo de destaque num gabinete de governo estadual por dois anos, quando José Loureiro Júnior, genro de Plínio Salgado, chefiou a Secretaria de Justiça na primeira metade do governo Garcez. Nesse período, reformulou o Serviço Estadual de Amparo aos Menores Abandonados (MAYER, 2011k).

Nas eleições proporcionais federais, o PRP elegeu apenas um deputado federal em 1962, o próprio Plínio Salgado. Nas estaduais, o partido apresentou um certo crescimento ao longo dos anos, mas continuou sempre um dos menores partidos da legislatura, no seu ápice de sete deputados em 1962 só foi maior do que o PSB (que elegeu só dois).

²⁷ A formatação ideal da família no integralismo deve ser levada em consideração quando falamos da defesa que fazem dessa instituição, baseada em forte patriarcalismo e hierarquizações (PINTO, 2016)

Table 29: PRP - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Votos	Eleitos
1947	2,35%	1,33%
1950	2,59%	2,67%
1954	4,94%	4,00%
1958	5,69%	5,49%
1962	6,55%	6,09%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

A Esquerda Democrática foi formada em 1945, inicialmente como uma ala interna na fundação da UDN, por intelectuais socialistas, alguns de formação social-democrata e outros dissidentes do PCB (FERREIRA, 2011d; PSB, 1945a). Um ano após o surgimento, se formalizou como um partido próprio com o nome de Partido Socialista Brasileiro (PSB).

No programa de fundação, defendia a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, autonomia sindical e direitos a assistência médica e educacional gratuitas aos trabalhadores (PSB, 1945b). Apesar do constante desejo de ser um partido de bases operárias, Cardoso (1975) afirma que o partido tinha maior base numa classe média intelectualizada. Diferente dos seus adversários do PCB, não conseguiram construir sólidas bases sindicais que pudessem concorrer com o sindicalismo oficial controlado pelo PTB, de forma que eram muitas vezes acusados por comunistas de ser uma agremiação “pequeno-burguesa” (MILÉO, 2017).

A história do PSB pode ser dividida em três partes: Entre 1945 e 1950, o partido procurou se firmar no cenário político na rejeição ao getulismo, comunismo e liberalismo (MILÉO, 2017, pg 61), o que se encerrou nas desastrosas candidaturas próprias a cargos majoritários nas eleições de 1950, quando ficaram em último lugar na disputa pela Presidência e Vice-Presidência da República, além das disputas pelo cargo de Vice-Governador de São Paulo e representante do estado no Senado, ficando sempre com menos de 1% dos votos. Na década seguinte, o partido passou

a ter uma postura mais pragmática, marcada pela sua proximidade a figura de Jânio Quadros. A última fase do partido foi de radicalização.

Desde quando Jânio Quadros era ainda vereador, começou uma aproximação com o PSB (MILÉO, 2017, pg. 81). Foi a única legenda a integrar coligação nas duas primeiras disputas eleitorais majoritárias dele, tanto na sua candidatura à prefeitura da capital (pelo PDC) em 1953 quanto ao governo estadual (pelo PTN) em 1954. Dos governos da coalizão janista, participou de maneira mais ativa do governo do próprio Jânio Quadros, quando o engenheiro Caetano Álvares chefiou a Secretaria de Obras no primeiro ano do governo e o ex-reitor da USP Alípio Corrêa Neto na Secretaria de Educação no último ano. Em 1958, o deputado socialista Cid Franco foi um dos candidatos da Vice-Governador e ficou em segundo lugar contra o então Vice-Governador, que conseguiu se reeleger.

Após 1960, o partido passou a fazer uma guinada à esquerda. Na eleição presidencial daquele ano, o diretório nacional decidiu por integrar a coligação do pessedista General Lott ao invés do seu antigo aliado, decisão que não foi acompanhada pelos diretórios estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (MILÉO, 2017). Depois disso, o partido lançou candidaturas majoritárias próprias, como fez no plano estadual em 1962, ou em aliança com o PTB, que via crescer a influência do gaúcho Leonel Brizola.

Table 30: PSB - Eleições Majoritárias em SP

Cargo	1950	1958	1962
Presidente	0,25%	-	-
Vice-Presidente	0,52%	-	-
Governador	-	-	1,14%
Vice-Governador	0,49%	24,48%	2,07%
Senador	1,16%	-	1,08%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições proporcionais federais, o PSB tentou nas duas primeiras apresentar nominatas independentes, que tiveram baixo desempenho, em 1950 não elegeu a ninguém e em 1954 a dois deputados federais. Reconhecendo a sua baixa capilaridade, o partido concorreu nas eleições seguintes apenas em coligações, em 1958 com o PTN e em 1962 com o PTB.

Table 31: PSB - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1950	PSB	1,84%	0,00%
1954	PSB	4,82%	4,55%
1958	PSB/PTN	12,72%	25,00%
1962	PTB/PSB	4,98%	15,25%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições legislativas estaduais, o PSB era também um partido pequeno, mas com menos dificuldade de eleger seus representantes e pode insistir em se manter fora de coligações. De forma parecida com o que ocorreu na representação federal, mas em anos diferentes, o partido não elegeu ninguém em 1947, enquanto elegeu dois deputados em 1950. Nos anos em que esteve mais próximo do jacobinismo atingiu seus dois maiores resultados eleitorais, com quatro parlamentares eleitos em 1954 e seis em 1958, com queda na popularidade nos seu período de radicalização, elegendo apenas 2 deputados estaduais em 1962.

Table 32: PSB - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1947	PSB	1,30%	0,00%
1950	PSB	2,47%	2,67%
1954	PSB	5,90%	5,33%
1958	PSB	6,88%	6,59%
1962	PSB	1,86%	1,74%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Assim como PTN, o Partido Proletário do Brasil foi fundado em 1946 por uma dissidência petebista por causa de divergências na estruturação do PTB (CARDOSO, 1975; FERREIRA, 2011e). No ano seguinte, com a entrada do político maranhense Vitorino Freire, o nome da legenda muda para Partido Social Trabalhista (PST) (FERREIRA, 2011f).

Em São Paulo, o PST, assim como PSP e PRT, foi utilizado como legenda para lançamento da candidatura de militantes comunistas (BAUAB, 2012). Na sua primeira década de existência, o partido serviu também de domicílio eleitoral para pessedistas que entravam em conflito com os diretórios locais do PSD (FERREIRA, 2011f). Em 1958, a presidência do partido foi assumida pelo industrial paulista Ortiz Monteiro, que desejava estruturar o partido em torno uma agenda populista mais estruturada (ibidem).

A única tentativa de eleição majoritária do PST foi com a candidatura do maranhense Vitorino Freire em 1950, na qual ele foi o penúltimo colocado. Na eleição de 1958, o Senador pessedista Auro Moura Andrade apresentou sua candidatura ao governo estadual paulista pelo PST e foi o último colocado.

Table 33: PST - Eleições Majoritárias em SP

Cargo	1950	1958
Vice-Presidente	13,86%	-
Governador	-	6,59%
Vice-Governador	-	16,84%
Senador	-	5,65%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições para a Câmara Federal, o partido só conseguiu eleger parlamentar em 1958 e 1962. Na primeira, o industrial tabaqueiro Ortiz Monteiro, na segunda, o pastor evangélico Adrião Bernardes e o advogado Mário Covas.

Table 34: PST - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1950	PST	0,75%	0,00%
1958	PST	4,02%	2,27%
1962	PST	3,52%	3,39%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Já nas eleições ao Legislativo estadual, o partido apresentou melhor desempenho, com um aumento progressivo de votos que o fizeram sair de apenas um deputado estadual em 1950 para dez parlamentares em 1962.

Table 35: PST - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1950	PST	2,01%	1,33%
1954	PST	4,58%	4,00%
1958	PST	7,21%	6,59%
1962	PST	8,93%	8,70%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

O Partido Republicano Democrático foi fundado por grupos protestantes no Rio de Janeiro em 1945, na sua primeira década seus principais líderes foram os pastores metodista Guaracy Silveira e o batista José de Sousa Marques (MAYER, 2011; PRD, 1945). A legenda mudou o nome para Partido Republicano Trabalhista (PRT) após mau desempenho na eleição de 1947 (MAYER, 2011m).

Assim como PST e PSP, o partido esteve aberto para abrigar a candidaturas de militantes comunistas após a clandestinidade do PCB, sendo o maior exemplo o sindicalista Roberto Morena (ibidem). Em 1954, ingressou o agroindustrial Hugo Borghi, que logo se tornou o maior nome da agremiação e quatro anos depois mudou seu nome para Partido Rural Trabalhista (Ibidem).

Cardoso (1975) afirma que desde a Constituinte o PRT fora próximo do PSP, mantendo essa relação após a entrada de Borghi. No entanto, participou de coligações anti-ademaristas na eleição a Governador de 1954 e coligação proporcional federal de 1962, estando oficialmente em coligação com o ademarismo apenas em 1958.

No último ano do governo Jânio Quadros, a Secretaria de Justiça foi comandada pelo deputado Oscar Pedrosa Horta, enquanto o jurista Ataliba Nogueira foi Secretário de Educação em 1964 e 1965 no último governo de Ademar de Barros.

Como já falado antes, Hugo Borghi registrou sua candidatura a Governador em 1950 pelo PRT (MAYER; COSTA, 2011). Ficou em segundo lugar, como em 1947. O candidato perretista a Vice-Governador, o jurista Ataliba Nogueira, também ficou em segundo lugar na disputa. Depois de duas disputas mal-sucedidas ao governo estadual, Borghi em 1954 foi candidato a uma vaga no Senado e ficou em 5º lugar. A partir daí, a legenda deixou de ter candidatos majoritários.

Table 36: PRT - Eleições Majoritárias em SP

Cargo	1950	1954
Governador	28,34%	-
Vice-Governador	27,92%	-
Senador	-	15,46%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Tentando concorrer sem coligação, o PRT não conseguiu eleger nenhum deputado federal até 1954. Em 1958, integrou coligação com o PSP e PSD, o que levou Hugo Borghi à Câmara Federal. Em 1962, trocou de lado e teve como coligados PDC e UDN.

Table 37: PRT - Eleições para Deputado Federal em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1950	PRT	1,47%	0,00%
1958	PSP/PSD/PRT	10,81%	40,91%
1962	PDC/PRT/UDN	10,49%	32,20%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Nas eleições para a Assembleia Legislativa, o partido se manteve pequeno, mas teve contínuo crescimento. As votações obtidas por Borghi não se transferiam para seus correlegionários.

Table 38: PRT - Eleições para Deputado Estadual em SP

Ano	Coligação	Votos	Eleitos
1950	PRT	3,14%	2,67%
1954	PRT	4,14%	4,00%
1958	PRT	6,29%	6,59%
1962	PRT	7,98%	7,83%

^a Fonte: Repositório de Dados do TSE

Governos estaduais

Como já mencionado, no período sob vigência do sistema partidário de que tratamos tivemos no estado de São Paulo sete gestões a frente do Executivo estadual, sendo duas delas por interventores federais que governavam com a Assembleia Legislativa fechada²⁸.

Após o Golpe de 1937 que instaurou a ditadura do Estado Novo, consequentemente revogou eleições, extinguiu os partidos e fechou nacionalmente o Poder Legislativo. Para governar São Paulo, foi indicado como interventor o então deputado estadual Ademar de Barros do PRP, que nos seus quatro anos de gestão

²⁸ Convém lembrar que não tinha Alesp, mas tinha CAESP

se revelou um dissidente dos interesses dos dirigentes do seu extinto partido, atuando para construir sua máquina política pessoal. Após articulação política do outrora *establishment* perrepista, foi escolhido para sucessor de Ademar de Barros na interventoria outro ex-deputado egresso do PRP, o então Ministro da Agricultura, Fernando de Sousa Costa.

Interventoria Federal Fernando Costa (06/1941-10/1945)

Fernando Costa era agrônomo. Em Piraçununga construiu sua fazenda-modelo e na mesma cidade foi eleito em 1912 para prefeito, cargo que ocupou por 15 anos. Na gestão municipal, incentivou o ensino rural, investiu na rede de saneamento e usina hidrelétrica. Nesse mesmo período, como empresário, abriu na cidade uma indústria de tecelagem (PANTOJA, 2011). Entre 1919 e 1927, foi deputado estadual pelo PRP, tendo como pauta a defesa do pequeno agricultor, crédito agrícola e modernização do campo, o que o levou a ser presidente da Comissão de Obras Públicas da Alesp.

Em 1927, Fernando Costa foi convidado por Júlio Prestes a ser o primeiro Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio. Na pasta incentivou policultura, promoveu campanha dos cafés finos, aumentou atuação do Serviço Florestal, autorizou o estado a prestar auxílio na construção de hidrelétricas e exploração de adubos sintéticos (PANTOJA, 2011). Em 1937 ocupou a presidência do Departamento Nacional do Café. Com o apoio do PRP ao Golpe de 1937 e seu histórico político na modernização da lavoura, no mesmo ano foi nomeado Ministro da Agricultura. No Ministério, autorizou o Banco do Brasil a emitir hipotecas pela Carteira de Crédito Agrícola, criou o Parque Nacional de Iguaçu e participou da fundação, em São Paulo, da União dos Lavradores de Algodão (ULA).

Delimitou, no Butantã, área para construção da Cidade Universitária (PANTOJA, 2011). Iniciou, em 1942, construção da Escola Profissional Rural em Ribeirão Preto, mais tarde reproduzindo o modelo em Bauru, Guaratinguetá, São José do Rio Preto e Piraçununga com o dinheiro resultante da liquidação do Instituto do Café (PANTOJA, 2011). Inaugurou a rodovia Anhanguera, ligando a capital e

Campinas e criou a Bolsa de Café e Mercadorias de Santos em 1943 (PANTOJA, 2011).

Interventoria Federal Macedo Soares (11/1945-03/1947)

Com a exoneração de Fernando Costa, foi nomeado para Interventor Federal, a pedido do General Dutra, o empresário Macedo Soares (KELLER, 2011a).

José Carlos de Macedo Soares nasceu em São Paulo de família da aristocracia paulista-fluminense do Vale do Paraíba em 1883. Ao se casar, passou a administrar empresas da família de sua mulher, capitalistas de Itu, e entre 1923 e 1925 foi presidente da Associação Comercial de São Paulo (KELLER, 2011b). Um dos articuladores da Aliança Liberal em São Paulo, após o Golpe de Outubro de 1930 foi nomeado Secretário de Interior do estado. Na eleição para a Assembleia Constituinte de 1933 foi interlocutor entre a Chapa Única²⁹ e o presidente Getúlio Vargas, depois sendo fundador do Partido Constitucionalista Paulista e ocupando o Ministério do Itamaraty entre 1934 e 1936 e o Ministério da Justiça por seis meses em 1937 (KELLER, 2011b). Durante o Estado Novo ocupou a presidência do IBGE. Era uma liderança católica, mas se recusou a se afastar do PSD para auxiliar na fundação do PDC (BUSETTO, 2001).

Macedo Soares ocupou a interventoria por pouco mais de um ano. Nesse período, instalou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo e criou a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio a partir de cisão da Secretaria de Agricultura. Os meses em que esteve à frente do governo paulista foram de transição democrática, com progressiva retomada de liberdades abolidas desde 1937, com outorga da Constituição de 1946 e com duas eleições, uma federal em 1945 e uma estadual em 1947.

Como mencionado no capítulo que discute o sistema partidário, a Lei Eleitoral de 1945 criou mecanismos que beneficiavam a incorporação da população urbana

²⁹ Coligação do Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático para a eleição da Assembleia Constituinte de 1933 (RAMOS, 2011c)

ao eleitorado, dessa forma, metade dos votos na primeira eleição federal vieram dos seis maiores centros urbanos do estado (FRENCH, 1988) e 62,7% do eleitorado paulista era constituído por habitantes de zonas operárias (SIMÃO, 1956).

Nessa parcela proletária dos votantes, políticos à esquerda conseguiram melhor desempenho no pleito. A soma de votos de PCB e PTB foi 48,7% na eleição de 1945, sendo que 78,4% e 69,5% dos votos vieram de zonas operárias (SIMÃO, 1956). Enquanto o presidenciável comunista (Yedo Fiuza) teve mais votos do que o udenista Brigadeiro Eduardo Gomes em Santos, Sorocaba e região do ABC (FRENCH, 1988).

Na eleição para a Assembleia Constituinte de 1946 a elite política paulista começou uma progressiva mudança de ascensão de representantes vindos da classe média alta tradicional (profissionais liberais, professores universitários) combinada a profissionalização política na qual o tipo social do “bacharel” tomava postos legislativos antes ocupados por oligarcas rurais tradicionais. Profissionais liberais somavam 73% dos eleitos, sendo advogados 42% (CODATO, 2008). No entanto, a distribuição etária sugere experiência política prévia, praticamente 70% do bloco de 31 políticos do PSD + PTB + UDN foram recrutados nos partidos da oligarquia (CODATO, 2008). 50% dos pessedistas (9) e 28,6% dos petebistas (2) tinham sido do PRP; 22,2% dos pessedistas (4) e 100% dos udenistas (6) vieram do PD/PC; 11,1% dos pessedistas (2) e 28,6% dos petebistas (2) vieram da AIB (CODATO, 2008).

A maioria dos pessedistas desempenharam postos relacionados à intervenção federal no estado durante a ditadura ou em entidades sindicais, a maioria dos petebistas trabalharam com o governo federal e a maioria dos udenistas estava relacionada ao governo de Armando Salles (CODATO, 2008). Mais do que cooptação federal, a elite política do Estado Novo e que depois se constitui a classe política do novo regime foi produzida pelo regime para o regime, de forma a não se tratar apenas de transposição de membros da elite do campo oligárquico para o autoritário e depois para o democrático, mas de dominação e assimilação das antigas elites a fim de produzir uma nova classe dirigente (CODATO, 2008). Em

transições democráticas, em algum grau acontece uma captura do novo regime em que as elites constituídas são capazes de ter papel desproporcional, mesmo sob ambiente democrático, de moldar instituições políticas e econômicas conforme suas preferências (ACEMOGLU; ROBINSON, 2006).

Dois candidatos para cargos majoritários foram eleitos para o Senado Federal, ambos do PTB, sendo o Ministro do Trabalho Marcondes Filho (político egresso do PRP) e o ditador Getúlio Vargas (que não assumiu o mandato). Já no cenário da eleição proporcional, o PTB foi o terceiro melhor colocado com seis dos trinta e cinco parlamentares, enquanto o PSD elegeu dezesseis, a UDN sete e o PCB quatro.

A eleição estadual programada por Getúlio Vargas para acontecer em 1945 foi adiada por seu sucessor interino José Linhares para janeiro de 1947 (KELLER, 2011b) para que os interventores federais por ele nomeados pudessem estruturar suas bases eleitorais e terem como verificar o novo sistema partidário estabelecido a partir da primeira eleição do novo regime para reagir a ele.

Para a eleição estadual o PSD de Macedo Soares decidiu não negociar apoio com os comunistas, acreditando que poderia contar com ganho eleitoral a partir do apoio das oligarquias rurais e empresariado (FRENCH, 1988). A chapa situacionista teve como candidato o presidente do Banespa Mário Tavares em coligação do PSD e PR, os dois principais partidos de egressos do Partido Republicano Paulista.

A carestia de bens essenciais levava a revoltas populares contra prefeitos-nomeados do PSD nos grandes centros urbanos (principalmente ABC) (FRENCH, 1988). O udenista Almeida Prado atribuía o fracasso do seu partido com as massas em 1945 ao povo ver Eduardo Gomes como um plutocrata, de forma que seria preciso adotar uma forma de social-liberalismo que falasse com os trabalhadores no novo pleito (FRENCH, 1988).

O petebista Hugo Borghi, que desde o princípio fora um financiador importante do queremismo/petebismo, usava de suas conexões pessoais e estação de rádio

para propaganda, além de construir centros de distribuição de comida. Na iminência da eleição, o diretório paulista do PTB foi destituído e Borghi migrou para o PTN (FRENCH, 1988).

A campanha presidencial fracassada de Eduardo Gomes em 1945 ensinou Ademar de Barros sobre a importância de apelo a classe média baixa urbana, se posicionando como candidato de centro-esquerda se aproximou do PCB defendendo a continuidade de legalidade do partido (FRENCH, 1988). Diferente de Prado, se mostrava disposto a explorar os conflitos sociais causados pela urbanização com o apelo populista que fosse preciso para ganhar (FRENCH, 1988). Posições partidárias são feitas com um olho nas preferências dos apoiadores e outro no potencial de votos, isso pode empurrar as posições em direção ao ponto do espectro ideológico com maior apoio (não necessariamente centro) e tirar votos dos partidos que estão nesse “centro” (DOWNS, 1999; MCGANN, 2002), afinal, partidos e candidatos se diferenciam afirmando quais políticas/gastos ele priorizam (BRENDER; DRAZEN, 2009). O investimento no operariado fez com que o voto urbano em Ademar de Barros fosse o dobro do rural em 1947, o que foi fundamental naquele momento da transição democrática em que o eleitorado estava concentrado na população urbana, de forma que foi eleito com 35,24% dos votos, com o segundo lugar sendo de outro político com nicho urbano, Hugo Borghi (PTN) com 30,49%, enquanto Mário Tavares (PSD) recebeu 25,93%. (FRENCH, 1988)

Além do governador, houve eleição majoritária para dois representantes do estado no Senado Federal, sendo eleitos industrial de Santo André Roberto Simonsen (PSD) e o engenheiro de Campinas Euclides Vieira (PSP). Na eleição para a Assembleia Legislativa, foram eleitos cinco partidos efetivos: PSD, PTB, PCB, PSP e UDN. Os dois partidos da aliança vencedora para o Palácio dos Campos Elísios contavam com 26,67% da casa, de forma que o apoio do PTB (18,67%) e do PSD (34,67%) se tornaram fundamentais para governabilidade.

Governo Estadual Ademar de Barros II (03/1947-01/1951)

A partir do enquadramento do governo estadual na nova lógica constitucional democrática, os chefes do Poder Executivo paulista passam a ter que conviver com políticos em cargos que não mais passavam por sua nomeação, mas por eleição direta ou indireta pelo eleitorado³⁰. Oito meses após a posse de Ademar foi eleito seu vice-governador, o ituano Luiz Novelli Júnior, com mandato se encerrando no mesmo momento que o do governador.

A partir do momento que a Assembleia Legislativa retomou a funcionar, em março de 1947, passou a contar com presidentes com mandatos de até dois anos. Neste governo foram quatro, todos pertencentes ao PSD. O primeiro deles, Valentim Gentil (03/1947-03/1948), advogado do Banespa que havia sido prefeito de Itápolis e morreu no cargo. Seu sucessor, que também morreu no cargo, foi Francisco Florence, fora prefeito de Espírito Santo do Pinhal, e ocupou a cadeira até julho/1948, sendo sucedido por Lincoln Feliciano (08/1948-03/1949), egresso do PD, ex-prefeito de Santos e ex-membro do CAESP. Na segunda metade do mandato, o Legislativo estadual foi presidido por apenas um deputado, Brasília Machado Neto (03/1949-03/1951), político que fora presidente da ACSP, Facesp e CNC .

A vitória de Ademar fez trabalhistas e comunistas pensarem que teriam chegado ao poder. O poder de mediação trabalhista dado a secretaria estadual de trabalho pela nova constituição fazia os sindicalistas pensarem que não seriam mais perseguidos. Apelou a trabalhistas incorporando Hugo Borghi (que logo romperia) e nomeou o petebista Cássio Ciampolini para a Secretaria do Trabalho (FRENCH, 1988).

UDN e PSD se movimentaram para impedir judicialmente o governo, seja com sustentação de que o registro do PSP seria ilegal ou com processo por corrupção do tempo da interventoria (MAYER, 2011b). Conseguiu o apoio do PSD nomeando Luiz Gonzaga Novelli Júnior como Secretário da Educação, a UDN permaneceu na

³⁰ Até 1947, os cargos na administração pública local, do CAESP a prefeitos, dependiam todos de nomeação pessoal do interventor federal. Esse mecanismo existe formalmente, no entanto, não quer dizer que todos os postos eram literalmente ocupados apenas por indivíduos a serviço do interventor, mesmo nesse sistema havia uma jogu político intra-elite no qual o poder era distribuído entre setores da elite local

oposição, mas uma dissidência liderada por Paulo Nogueira Filho aderiu ao governo e se tornou pessepista (MAYER, 2011b). Alianças partidárias são mais facilmente formadas depois das eleições, porque o retorno delas se torna mais claro (BUTLER, 2015).

Ainda dispondo do poder de nomear prefeitos, Ademar colocou aliados seus em prefeituras pelo estado que utilizavam da estrutura municipal para organizar os diretórios locais do PSP. Esse processo passava por tirar poder de oligarquias tradicionais, geralmente filiadas ao PSD, que empurravam o partido de volta para a oposição (FRENCH, 1988), em bloco no qual atuavam com a UDN e o PTB borghista (MAYER, 2011b). A relação do governo Ademar com o PSD passou a ter intervenção do presidente General Dutra, que em troca garantiu apoio do PSP à cassação do PCB em maio/1947, numa traição que foi ambígua para evitar de o afastamento dos eleitores simpatizantes comunistas ao suporem que Ademar fora obrigado a tal ato (FRENCH, 1988). Dada a estrutura de governança de segurança pública, os governadores precisavam se posicionar pró ou anti sindicatos, a abordagem ademarista envolvia fazer isso caso-a-caso, dependendo do tamanho do movimento e do poder de influência do sindicato/industrialista, com o calendário eleitoral também tendo peso (FRENCH, 1988).

Para conseguir recuperar apoio do PSD, Ademar propôs apoio ao ituano Luiz Gonzaga Novelli Júnior para vice-governador na eleição de novembro de 1947, mas o diretório estadual preferia Carlos Cyrillo Júnior (que contava com apoio do PTB e PCB) (MAYER, 2011b). Novelli era genro de Dutra, contava então tanto com apoio do governador quanto do presidente (MAYER, 2011e). Apesar de pessedista sua candidatura foi lançada pelo PSP e foi eleito com 48,38% dos votos, enquanto Cyrillo teve 35,91%. Ademar também teve importante vitória nas eleições municipais no mesmo pleito, com o PSP elegendo 27% dos prefeitos, mais do que qualquer outro partido (FARIA, 2011a).

Em março de 1948, Hugo Borghi, enquanto Secretário da Agricultura, reuniu 1500 lavradores eleitos em todos os municípios para discutirem sindicalização rural, ideia repudiada por Novelli Júnior, que reunificou as duas alas do PSD e as aliou a

UDN, PTB, PR e PRP como bloco de oposição (MAYER; COSTA, 2011). A oposição tentou articular novamente intervenção federal no estado, mas Ademar conseguiu apoio de lideranças federais do PSD e UDN para impedir isso (MAYER, 2011b). Passada essa crise, a partir de julho de 1948, aproveitando a expulsão de Hugo Borghi do PTB e os conflitos internos do PSD, os partidos voltam à coalizão com entrega das Secretarias da Fazenda, Justiça e Trabalho (MAYER, 2011b).

O segundo governo Ademar de Barros se caracterizou pelas grandes obras como: Plano da Casa Própria Popular; Saneamento na capital e parte do interior; Construção do emissário de Tamanduateí; Conclusão do Hospital das Clínicas, da Via Anhanguera e da Rodovia Anchieta (MAYER, 2011b).

Na aprovação do primeiro orçamento estadual, para 1948, o gabinete contava apenas com políticos do PSP, o que fazia com que, do ponto de vista partidário, a coalizão contava solidamente apenas com 14,67% da legislatura, precisando contar com apoio individual de deputados estaduais de outros partidos. Por outro lado, o gabinete na aprovação do orçamento para o ano seguinte contava também com PSD e PTB, o que formalmente levava a coalizão governista a ter 76% dos deputados. No segundo biênio do mandato, os gabinetes contavam apenas com PSP e PSD, possivelmente por influência de Hugo Borghi no PTB paulista, mas por causa da cassação de mandato dos deputados estaduais comunistas, o governo continuou a contar com maioria no Legislativo.

Dada a baixa viabilidade eleitoral do Acordo Interpartidário que sustentava o governo Dutra (PSD, UDN e PR), Ademar de Barros se aproximou de Getúlio Vargas para apoiá-lo na eleição presidencial de 1950 (MAYER, 2011b). O acordo entre PSP e PTB, selado na fazenda de Getúlio em São Borja ficou conhecido como Protocolo dos Santos Reis, traçou que o PSP indicaria o vice-presidente e alguns ministros, além de possível apoio de Getúlio a candidatura presidencial de Ademar em 1955 (MAYER, 2011b). Em São Paulo, o acordo foi relativizado e getulistas apoiaram Hugo Borghi apesar do apoio formal do PTB a candidatura pessepista do então Secretário de Obras, Lucas Nogueira Garcez (MAYER, 2011b). Ademar apontou Garcez como seu sucessor porque sua característica de tecnocrata ao

invés de político facilitava unificar o partido e a falta de experiência política facilitaria que a continuar no comando da política paulista como uma eminência parda, além da projeção eleitoral pela Secretaria de Obras (MAYER, 2011b, 2011a).

Lucas Garcez (PSP) venceu para o governo estadual com 47,11% dos votos, seguido de Hugo Borghi (PRT) com 28,34% e Prestes Maia (UDN) com 24,55%.

O vice-governador passou a ser eleito no mesmo pleito, embora em cédula separada, sendo eleito nesse caso o também pessepista Erlindo Salzano. Também em eleição majoritária, foi eleito senador Cesar Lacerda Vergueiro, político oriundo da tradicional aristocracia cafeeira que trocou o PSD pelo PSP após ocupar a Secretaria de Justiça.

A Assembleia Legislativa passou a contar com sete partidos efetivos. O PSP passou a ser a maior bancada da casa, com 19 deputados estaduais (25,33%), enquanto o PSD foi rebaixada a quarta (12%). A formação de qualquer maioria precisaria de, no mínimo, três partidos.

Governo Estadual Lucas Garcez (01/1951-01/1955)

O governo estadual de Lucas Nogueira Garcez foi marcado politicamente por seu rompimento com Ademar de Barros em 1953. A construção de coalizão tentou manter uma relação mais estável com partidos aliados do que seu antecessor, vínculo do qual a gestão ficou ainda mais dependente depois da cisão com Barros.

A Assembleia Legislativa foi presidida por quatro deputados diferentes, cada um permaneceu no cargo por um ano. Entre março/1951 e março/1952, o ex-delegado Diógenes Lima (PSP). Entre março/1952 e março/1953 o ex-diretor do Banespa e ex-prefeito de Pirassununga Asdrúbal Euritysse (PSP). No ano seguinte por Victor Maida (PSP), político que anteriormente fora químico industrial na Usina Hidroelétrica estadual de Itaquerê e prefeito de Ibitinga. No ano final da gestão, dado rompimento com Ademar de Barros e reconfiguração da coalizão, o presidente do

Legislativo foi um deputado outrora de oposição, o ex-chefe do MPSP Vicente de Paula (UDN), no período de março/1954 a janeiro/1955.

Para compensar sua falta de experiência política, se dedicou a construir uma base ampla que incluísse todos os partidos, menos o PSB e parte da UDN. Entregou a Secretaria de Trabalho ao PTB, Agricultura ao PSD e Justiça ao PRP. Fazenda e Educação ficaram os pessepistas Mário Beni e Lino de Matos (MAYER, 2011a).

Na área administrativa, o governo criou o Departamento de Águas e Energia Elétrica, o Departamento de Águas e Esgotos, o Conselho Estadual de Higiene e Segurança do Trabalho, o Departamento de Assistência Médico-Hospitalar ao Servidor Público Estadual e a empresa de capital misto Usinas Hidrelétricas do Paranapanema. Obras das usinas hidroelétricas de Salto Grande, Limoeiro, Euclides da Cunha e Barra Bonita, também dos aeroportos de Congonhas e Viracopos.

Dada a preocupação de Garcez na construção do seu arco de alianças, contou com maioria legislativa durante todo o mandato, embora precisasse conciliar número maior de partidos do que seu antecessor. Na aprovação do primeiro orçamento do governo, a coalizão contava com membros do PSP, PTB, PSD e PTN, o que somava 65,33% da legislatura. Nos dois anos seguintes, o PTN foi substituído pelo PRP e PR. No ano final de governo, com Garcez e Ademar rompidos, o apoio do PSP ao governo esteve rachado e a oposição ao político são-manuelense fez a UDN e PDC aderirem ao governo.

Em 1951, Ademar de Barros pressionou, sem sucesso, para que Garcez se afastasse do cargo para que Salzano assumisse e coordenasse as candidaturas pessepistas nas eleições municipais, por ser um político conhecedor da máquina partidária, assim como também pressionava que rompesse com o PTB (MAYER, 2011a). Nessa eleição, o PSP elegeu 43,6% dos prefeitos como cabeça de chapa e outros 17% em aliança (FARIA, 2011a).

Na eleição para prefeito da capital em 1953, Ademar queria lançar seu filho como candidato do PSP, mas Garcez fez com que o candidato do partido fosse seu

Secretário de Saúde, articulando uma grande coligação em torno dele. Como retaliação, Ademar apoiou financeiramente o principal opositor, o deputado estadual Jânio Quadros do PDC (CHAIA, 1992; SAMPAIO, 1984).

Ademar de Barros à frente do PSP fazia naquele momento oposição à presidência de Getúlio Vargas e lançou sua própria candidatura a governador (MAYER, 2011b). Garcez saiu de vez do partido, acompanhado de deputados, e articulou uma grande coligação com PSD, PDC, PRP, PR e UDN em torno de seu ex-concorrente Prestes Maia (MAYER, 2011a).

Após a morte de Getúlio, o PTB se dividiu. Parte apoiou a candidatura própria de Toledo Piza, parte esteve na coligação de Prestes Maia e outra parte apoiou o prefeito da capital Jânio Quadros (que tinha só PTN e PSB), que foi eleito com 35,22% dos votos.

O campinense Euclides Vieira (PSP) não conseguiu se eleger para o Senado Federal, tendo 19,94% dos votos. Nesse pleito foram eleitos o ex-Secretário de Educação Lino de Matos (PSP) com 21,42% e o pecuarista Auro de Moura Andrade (PTN) com 19,99%.

Na eleição para a Assembleia Legislativa, a proximidade do PSB ao candidato vencedor ao Palácio dos Campos Elísios fez com que o partido elegeisse quatro deputados estaduais, o que levou o número de partidos efetivos na casa a oito. Apesar da derrota eleitoral de Ademar de Barros, o PSP continuou com a maior bancada, perdendo apenas duas cadeiras. Sem poder contar com apoio da agremiação ademarista, Jânio Quadros precisava que sua coalizão contasse com pelo menos cinco partidos para poder ter maioria no Legislativo, sendo inevitável precisar do apoio de parlamentares das siglas getulistas (PSD e PTB).

Governo Estadual Jânio Quadros (01/1955-01/1959)

Jânio Quadros (PTN) conseguiu eleger como vice-governador o petebista Porfírio da Paz, militar e dirigente esportivo que era seu vice-prefeito na capital. Ao

longo do governo, a Assembleia Legislativa foi presidida por dois deputados. No primeiro ano (março/1955 a março/1956), por Franco Montoro (PDC), ex-procurador de justiça e ativista da Ação Católica. Pelo restante da legislatura por Ruy de Almeida Barbosa (PTN), ex-delegado e ex-prefeito de Campinas.

No começo do governo, Quadros absorveu partidos e quadros da coligação situacionista de 1954, como o caso da nomeação do pessedista candidato a vice-governador Cunha Bueno para Secretaria de Governo, assim como trouxe nomes com que já trabalhava na prefeitura, como o Secretário da Fazenda Carlos Alberto Carvalho Pinto (CHAIA, 1992).

Logo após a posse no governo estadual, Jânio Quadros se anunciou candidato na eleição presidencial de 1955, posteriormente recuando dessa posição e apoiando Juarez Távora (UDN) após pacto com o então presidente Café Filho (PSP) no qual pode indicar Ministro da Fazenda, de Obras e o presidente do Banco do Brasil. Tentou também incluir indicação do então governador do Paraná Munhoz da Rocha (PR) como candidato a vice-presidência da chapa, mas essa parte do acordo não foi aprovada pela UDN (CHAIA, 1992; MAYER; XAVIER, 2011; PINHO NETO, 2014). A aproximação entre Jânio Quadros e Café Filho possibilitou renegociação da dívida pública paulista de Cr\$ 8 bilhões (40% da receita do estado), garantindo pagamento escalonado (KELLER, 2011a; MAYER; XAVIER, 2011; PINHO NETO, 2014).

Lino de Matos, então prefeito da capital, junto a deputados pessepistas tentaram articular afastamento de Jânio após ele ter apoiado a tentativa de golpe de Estado do presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz em 1955, mas não tiveram apoio militar (MAYER; XAVIER, 2011).

Apesar de São Paulo ser o principal beneficiário do aporte de capital estrangeiro industrial do Plano de Metas, Jânio se alinhou a oposição do presidente Juscelino Kubitschek, apoiando agro-exportadores contra a política de confisco cambial (MAYER; XAVIER, 2011).

Um partido ao assumir o governo não muda tudo, faz mudanças marginais na estrutura de padrões de comportamento governamental (DOWNS, 1999), dessa forma, em alguns aspectos o governo Jânio Quadros deu continuidade ou até intensificou políticas herdadas do governo Garcez. Tocou obras nas usinas hidroelétricas de Salto Grande, Limoeiro, Euclides da Cunha, Barra Bonita, Jurumim e Graminha, na expansão da rede de saneamento básica do estado e a rede de estradas pavimentadas aumentou 1775km (MAYER; XAVIER, 2011).

O Secretário da Fazenda Carvalho Pinto centralizou a administração, integrando planejamento e controle das contas das autarquias e empresas mistas, além de submeter rigor fiscal, inclusive com limitação de créditos adicionais e combate à sonegação. O déficit público não foi eliminado, mas contido, de forma que a cotação dos títulos da dívida estadual valorizaram, o Banespa elevou lucro líquido e CAGESP foi salva da falência.

Assim como o governo Garcez, o governo contou com maioria ao longo do mandato, mas mais apertada e contando com sete partidos numa coalizão mais heterodoxa. Na organização da aliança, foi mantido por anos seguidos um padrão de reserva de pastas para partidos, mesmo com troca de titulares, caso da Secretaria da Fazenda para o PDC, da Educação para UDN, do Trabalho para PTB, da Agricultura para PSD e Saúde para PTN.

Enquanto Jânio se preparava para ser candidato à presidência de 1960, lançou em 1958 como candidato a seu sucessor um dos principais atores do seu governo, o Secretário da Fazenda Carlos Alberto Carvalho Pinto (PDC), levando em consideração que o trabalho de ajuste fiscal e administrativo era uma das marcas do governo Quadros. A coligação governista contou com PDC, PTN, PSB, UDN e PR, além de apoio de dissidência petebista. O lema de campanha foi “mais administração, menos política” para ressaltar seu caráter técnico, visto como uma qualidade dentro do discurso janista. A eleição foi polarizada com Ademar de Barros, que recebeu apoio do PCB e parte do PTB, o discurso da oposição tratava do candidato situacionista como um aristocrata, o “candidato dos cartolas”.

A Assembleia Legislativa nesta eleição atingiu seu ápice de fragmentação, com 10 partidos efetivos. Assim como quatro anos antes, o PSP se manteve com a maior bancada, perdendo apenas uma cadeira. Sem a sigla ademarista, a formação de uma maioria exigiria um mínimo de seis legendas participantes.

Governo Estadual Carvalho Pinto (01/1959-01/1963)

Na eleição de 1958, Porfírio da Paz (PTB) foi reconduzido como vice-governador, embora não tenha apoiado a candidatura titular de Carvalho Pinto. Ao longo da legislatura, a Assembleia Legislativa foi presidida por dois deputados, no primeiro biênio por Ruy de Mello Junqueira (PDC), ex-diretor da ACSP e ex-diretor da Comgás, enquanto no segundo pelo fazendeiro e advogado Abreu Sodré (UDN).

Na cerimônia de posse foi anunciada a formação de uma equipe para montar um plano quadrienal de desenvolvimento, com advogados, arquitetos e economistas egressos da USP e PUC-SP, parte deles havia trabalhado com o padre dominicano Louis-Joseph Lebre³¹ (ANGELO, 2010).

Dando continuidade a política energética iniciada ainda no governo Garcez, recebeu recurso do BNDE para construir a usina hidroelétrica de Urubupungá, que naquele momento foi a maior do país. Também iniciou a construção das usinas de Limoeiro, Euclides da Cunha, Barra Bonita, Jurumirim, Bariri, Graminha e Xavantes. Enquanto continuou a construção das usinas de Promissão, Paraitinga-Paraibuna e Capivari.

Criou a Unicamp, fundo de construção da Cidade Universitária e FAPESP, além de outras faculdades do que depois viraria Unesp. Construiu salas de aula para 670 mil alunos com objetivo de zerar o déficit de vagas, mas apenas 52% delas foram preenchidas (PAGE, 1962). Além disso, construiu trinta e quatro escolas de ensino técnico profissionalizante pelo governo estadual (PAGE, 1959).

³¹ Conselheiro econômico do Papa Paulo VI

Descentralizou o aparato policial, com a construção de cadeias, delegacias, fóruns de justiça pelo interior e batalhões para proteção de menores. Na saúde pública, construiu unidades de saúde pelo interior e periferia da capital, subvencionou leitos de atendimento médico gratuito em hospitais particulares, fez campanha para erradicação da malária e expandiu a rede de saneamento básico para 84% na capital e 75% no interior (PAGE, 1962).

O governo considerava como fatores limitantes do processo de industrialização a política cambial de incentivo à importação de maquinário e falta de crédito de longo prazo que levava à dependência do BNDE (PAGE, 1959). A indústria paulista tivera reserva de mercado no processo de substituição de importações, mas a industrialização de outros estados e o desequilíbrio na balança de pagamentos exigiriam que a indústria nacional fosse menos dependente da importação de bens de capital (PAGE, 1962). Assim, foram criados fundos públicos estaduais para subsidiar o financiamento de indústrias de bens intermediários e produtoras de máquinas e equipamentos (SÃO PAULO, 1959).

O plano propôs investimento na superação de um modelo de agricultura extensiva, que teria levado a lavoura paulista à estagnação, por meio de redistribuição de terra³², assistência técnica-financeira a pequenos produtores e expansão da rede estadual de armazenagem (SÃO PAULO, 1959). Criou fundo de financiamento a médio e longo prazo, estímulo a reorientação do uso da terra e incentivo a criação de indústrias que usem matérias-primas vindas do campo.

Em 1950, o café representava 37,53% da produção agropecuária paulista. Em 1959, 20,23%, enquanto em 1962, apenas 9,64%, se tornando o segundo maior produto paulista. A cana-de-açúcar representava 6,76% da produção em 1959 e atinge 8,37% em 1962.(IPEA, 2020).

³² Em 1959, a “Revisão Agrária” foi iniciada por meio de medidas tributárias, com isenção de transações com pequenas propriedades e de imposto territorial para propriedades de até 20 alqueires. Em 1961, uma emenda na Constituição Federal fez com que a atribuição tributária coubesse apenas a municípios, em reação o governo estadual aprovou a Lei nº 6.808, que destinaria 1% da receita tributária estadual para fins de reforma agrária, principalmente subsídio no financiamento de pequenas propriedades (SÃO PAULO, 1962).

O Plano de Ação do Governo do Estado foi discutido integralmente para a Assembleia Legislativa nos primeiros meses de governo, estabelecendo inclusive sua previsão orçamentária, de forma que a maior parte dos gastos de investimento do quadriênio já estavam aprovadas ainda no primeiro semestre e a gestão do plano dependeu menos dos parlamentares nos anos seguintes, assim como foi feito acordo de componentes do plano serem atribuídos em corresponsabilidade a parlamentares na relação com comunidades locais, o que levou uma lógica diferente de relação com o Legislativo, com menor preocupação em alocar partidos no comando de secretarias para manutenção da coalizão e orçamento do governo.

Dessa forma, enquanto convivia com um Legislativo fragmentado em dez partidos efetivos, o gabinete teve alocação de secretarias para partidos que correspondessem a maioria parlamentar apenas no primeiro ano, governando com minoria decrescente nos anos seguintes.

A eleição de sucessão para Carvalho Pinto foi marcada por divisão do grupo anti-ademarista que levou à recondução de Ademar de Barros ao governo estadual.

Jânio Quadros queria retomar sua carreira política após sua renúncia presidencial e tentativa mal sucedida de golpe de Estado (MAYER; XAVIER, 2011). Dessa forma, houve a candidatura Jânio com PTN e MTR de um lado e a candidatura do udenista Secretário de Agricultura José Bonifácio Coutinho do outro, este apoiado por UDN, PTB, PR e PDC, que ficaram respectivamente em segundo e terceiro lugar (MAYER, 2011d, 2011c; MAYER; XAVIER, 2011). Cid Franco, pelo PSB, foi também candidato e ficou em quarto lugar.

Ademar nessa campanha deu uma virada ideológica e se colocou como candidato conservador, conseguindo aliança com o PSD e PRP (SAMPAIO, 1984). Foi eleito para governar São Paulo pela terceira vez. Segundo Weffort (1964), Ademar foi eleito pelo voto rural, sendo que Jânio ganhou na capital e foi bem votado nos grandes centros urbanos-industriais (WEFFORT, 1964).

Para o cargo de vice-governador foi eleito Laudo Natel, ex-diretor do Banco Bradesco e dirigente esportivo. O candidato de Jânio, o ex-udenista Brigadeiro Faria Lima (MTR), ficou em segundo lugar e o de Ademar, Teotônio de Barros (PSP), ficou em terceiro. Natel se colocava como candidato independente e foi lançado pelo PR sem coligação, mas na eleição para governador o partido estava na coligação do Coutinho.

Pela primeira vez, a fragmentação na Assembleia Legislativa diminuiu, passando para 9 partidos efetivos. Apesar da vitória de Ademar de Barros e do PSP concorrer em coligação com o PSD, essas duas siglas somadas encolheram, com a maior bancada passando a ser a do PTN de Jânio Quadros. Dada o tamanho que o núcleo duro da oposição ao ademarismo, agremiações que nunca o apoiariam (PTN, UDN e PDC), sendo de 37,39%, as legendas com posições intermediárias a serem disputadas estarem menores fez com que a formação de maioria se tornasse mais difícil.

Governo Estadual Ademar de Barros III (01/1963-06/1966)

O terceiro período de Ademar de Barros à frente do governo estadual paulista foi marcado por duas rupturas. Em 1964, o presidente da República João Goulart (PTB) foi deposto por um golpe civil-militar que contou com apoio do líder pessepista. Em junho de 1966, o mandato do governador foi cassado pelo governo militar instalado três meses antes da eleição indireta que elegeria seu sucessor.

A legislatura eleita em 1962 foi presidida no primeiro biênio pelo engenheiro agrônomo e ex-prefeito de Itapetininga Cyro Albuquerque (PSP), enquanto no segundo momento pelo pecuarista e ex-prefeito de Rancharia Francisco Franco (PR). O governo herdou da eleição sua aliança com o PSD e PRP, além do PST.

Preocupado em lançar seu nome nacionalmente para ser candidato a presidente em 1965, Ademar de Barros rompeu com o presidente João Goulart (PTB), passou a atacar o que chamava de “comunização do país”, enquanto defendia distribuição de renda e investimento no nordeste em nome da

“solidariedade cristã” (MAYER, 2011b). Políticos que esperam retaliação dos seus oponentes, tentam extrair o que puderem de renda para seus apoiadores, o que pode levar a recorrentes déficits, com consciência de que se tornará tributação futura (ALESINA; FAVERO; GIAVAZZI, 2019). Após os oito anos em que esteve fora do poder e teve seu poder minado pelo grupo político anti-ademarista, somada ao desejo de disputar a eleição presidencial e a crise econômica que passava o país, explicam um terceiro governo Ademar de Barros apostou em uma agressiva política deficitária e de endividamento.

O risco de desempenho macroeconômico ruim levar a polarização e ruptura institucional é maior em democracias recém-estabelecidas, que são caracterizadas por alto número de partidos e polarização (PELIZZO; BABONES, 2007). Alinhada aos interesses políticos do marido, Leonor de Barros organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em março de 1964, manifestação civil de apoio ao movimento golpista já em curso. Após o golpe, Ademar orientou o PSP a apoiar a ascensão de Castello Branco e apoiar ao governo, mas não conseguiu indicar nenhum nome no gabinete por causa da proximidade do marechal com a UDN (MANFFRÉ, 2014; MAYER, 2011b).

Conforme evolução do governo Castello Branco, a UDN trabalhava para isolar politicamente o governador (MANFFRÉ, 2014; MAYER, 2011b), elementos ligados ao governo foram indiciados em inquéritos policiais e Ademar se juntou ao ex-governador carioca Carlos Lacerda nas críticas ao PAEG (MAYER, 2011b). Após o AI-2³³, pessepistas aderiram ao ARENA, mas a composição da legenda em SP foi difícil, demandou intervenção de Castello Branco para balancear as forças internas (MANFFRÉ, 2014). Ademar não conseguiu apoio de outras lideranças que aderiram ao ARENA e continuaram suas adversárias, notadamente Carvalho Pinto e Faria Lima (naquele momento prefeito da capital) (MANFFRÉ, 2014). A questão da sucessão, na eleição de 1966, foi a gota d’água para Castello Branco cassar o

³³ Ato Institucional número 2, publicado em 27 de outubro de 1965, entre outras medidas cassou o registro dos partidos políticos existentes, mantendo em vigor uma lei sancionada no mesmo ano que dificultava a oficialização de legendas, o que na prática impôs bipartidarismo

mandato de Ademar, passando o governo para Laudo Natel, que atuou para que o ex-udenista Abreu Sodré fosse eleito (MANFFRÉ, 2014; MAYER, 2011b).

Como antes mencionado, Ademar nesse último governo encarou uma legislatura mais fragmentada e com oposição não-cooptável maior do que na sua passagem anterior no governo estadual, o que fez com que governasse sempre com minoria, embora com coalizão crescente. Compunham o governo o PSP, PSD e PR, com inclusão do PRT em 1964 e do PTB em 1965.

Após a concretização do bipartidarismo, dois meses antes da cassação de Ademar, ele teoricamente contava com maioria legislativa por aderir ao ARENA, no entanto, essa era formalidade, dado que adversários históricos do então governador também aderiram ao recém-fundado partido situacionista por causa da relação que mantinham com o governo federal golpista, de forma que estava politicamente enfraquecido quando seu mandato foi cassado em 1966.

Capítulo 3 - Pesquisa empírica

Nesta sessão pretendemos analisar de maneira mais quantitativa como foi a influência do sistema partidário no conflito distributivo paulista, utilizando dos resultados eleitorais, composições de gabinetes e leis orçamentárias.

Os valores das leis orçamentárias estão em cruzeiros e foram deflacionados com o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido pela Fundação Getúlio Vargas, para valores da data de promulgação da lei 9.078 de 11 de Novembro de 1965, orçamento aprovado em 1965 para o ano de 1966³⁴.

Para os gabinetes, consideramos os secretários signatários de cada lei orçamentária. A filiação partidária deles foi encontrada a partir das legendas pelas quais concorreram em eleições e em matérias jornalísticas.

³⁴ Base de dados está presente em anexo.

Ao analisarmos as escolhas políticas e sua relação de grupos políticos, utilizaremos principalmente as leis orçamentárias e, por isso, focaremos na alocação financeira de recursos. No entanto, salientamos que esse é um recorte possível pelo qual optamos, visto que as preferências dos partidos também se manifestam em decisões administrativas que não necessariamente podem ser visualizadas ao se olhar apenas para o dinheiro destinado a essa área.

Visto o aumento da arrecadação ao longo do vintênio proporcionada pelo crescimento econômico que não está diretamente relacionado ao sistema partidário e considerarmos a discussão sobre conflito distributivo mais sobre a distribuição do que sobre o crescimento em si da verba, nas análises a seguir levamos em conta não as alocações em valores brutos, mas a sua proporcionalidade no total de despesas planejadas para cada ano.

Déficit Fiscal

Table 39: Relação entre Partidos e Déficit Fiscal

	Déficit Fiscal			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	-0.115*** (0.038)			
Secretário correlegionário		-0.047 (0.048)		
Secretário Pessepista			-0.110** (0.048)	
Secretário Pedecista				0.112** (0.041)
Número de assentos da coalizão	0.202 (0.122)	0.137 (0.147)	0.219 (0.135)	0.167 (0.124)
Ano eleitoral	0.012 (0.042)	-0.003 (0.054)	-0.001 (0.046)	0.036 (0.045)
Constant	-0.064 (0.060)	-0.076 (0.077)	-0.106 (0.064)	-0.162** (0.065)
Observations	19	19	19	19

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Na tabela, vemos regressão da proporção do déficit público em relação à receita planejada no projeto orçamentário sancionado pelo governo estadual paulista.

Partindo dos pressupostos explicados no capítulo de Economia Política de que anos eleitorais são de maiores gastos por causa do ciclo eleitoral e que o tamanho da coalizão governista no legislativo impacta na capacidade de controle fiscal do

governo sobre o orçamento, utilizamos como variáveis de controle o tamanho proporcional da coalizão na Assembleia Legislativa (considerando como membros da coalizão os partidos com representação no gabinete) e uma variável dummy de ser ano eleitoral.

No primeiro modelo, testamos o impacto no déficit público do governo em questão ser ou não ademarista. No segundo modelo, colocamos a questão do Secretário da Fazenda ser do mesmo partido que o governador, pressupondo que isso implique em maior afinidade entre o chefe da pasta e o do Executivo para estabelecer um orçamento menos deficitário. No terceiro modelo, olharmos para possível impacto do chefe da pasta ser um político do PSP, o que ocorreu na assinatura de cinco leis orçamentárias. No quarto, testamos com filiação ao PDC, o que ocorreu sete vezes.

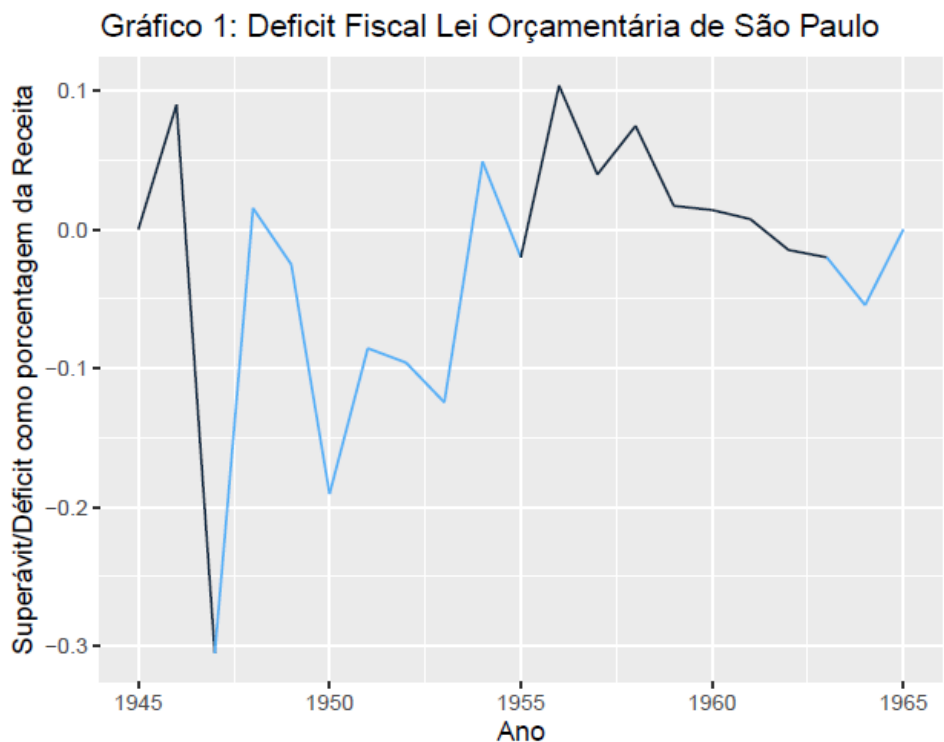
Obtivemos significância estatística de 95% para a primeira hipótese, que aponta um impacto de 11,5% de aumento no déficit público em função do governo da vez ser ademarista, o que confirma o discurso janista de associar seus adversários à contas públicas menos equilibradas.

Também obtivemos significância estatística em dois outros testes para afirmar correlação entre a filiação partidária do secretário e o tamanho do déficit orçamentário. Há um impacto de 11% de aumento no déficit público em função do secretário ser um político do PSP, o que demonstra coerência no ademarismo em torno de uma política fiscal expansionista.

Na mesma ordem de grandeza em sentido inverso, vemos quanto o Secretário de Fazenda ser um político do PDC está associado a uma política fiscal menos deficitária. Pedecistas que chefiaram as finanças paulistas assinaram todas as leis orçamentárias nos governos de Jânio Quadros e Carvalho Pinto, com exceção de 1961.

O partido sequer existia no governo estadual anti-ademarista anterior, o que nos permite considerar o quanto o fiscalismo não seria apenas uma política

defendida no PDC, mas também uma política pública em comum no campo anti-ademarista.

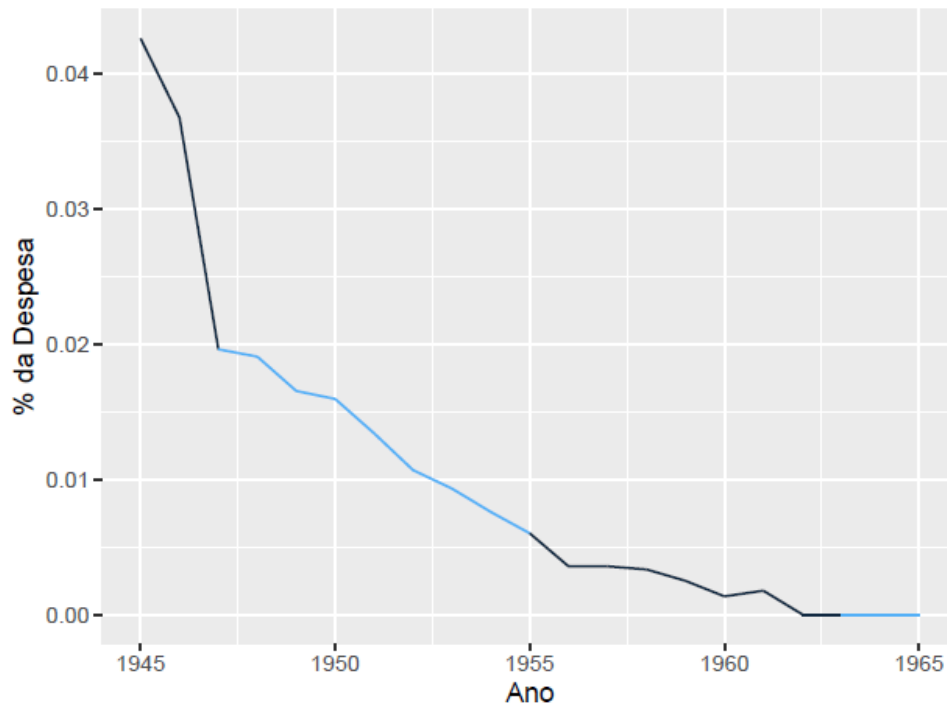


Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

No gráfico acima, vemos em cores mais claras os anos nos quais o governo era ademarista, em que podemos verificar visualmente a diferença entre o déficit orçamentário médio ademarista de 8,37% sobre a receita esperada, enquanto os anti-ademaristas apresentavam superávit médio de 3,11%.

Analisar a relação do pagamento da dívida pública e a inativos é mais complexo. O governo que apresentou cada orçamento não necessariamente é responsável pelo que despendido nessa verba, havendo possibilidade do que é empenhado ser responsabilidade de decisões políticas de governos anteriores, além da externalidade e complexidade das taxas de juros com que foram negociados os títulos e o quanto a dívida foi rolada.

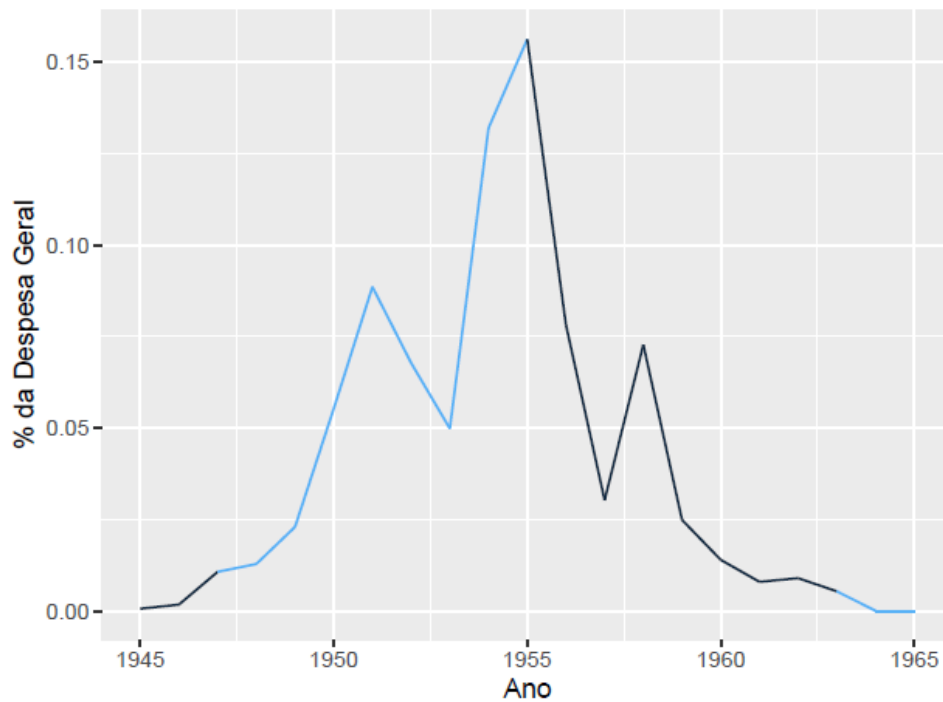
Gráfico 2: Despesa com Dívida Externa



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

A dívida externa decresceu ao longo de todo o vintênio até ser zerada em 1963. O principal fator da mudança não se deve a decisão política estadual, os estados foram privados de se endividar em moeda estrangeira depois da Revolução de 1930.

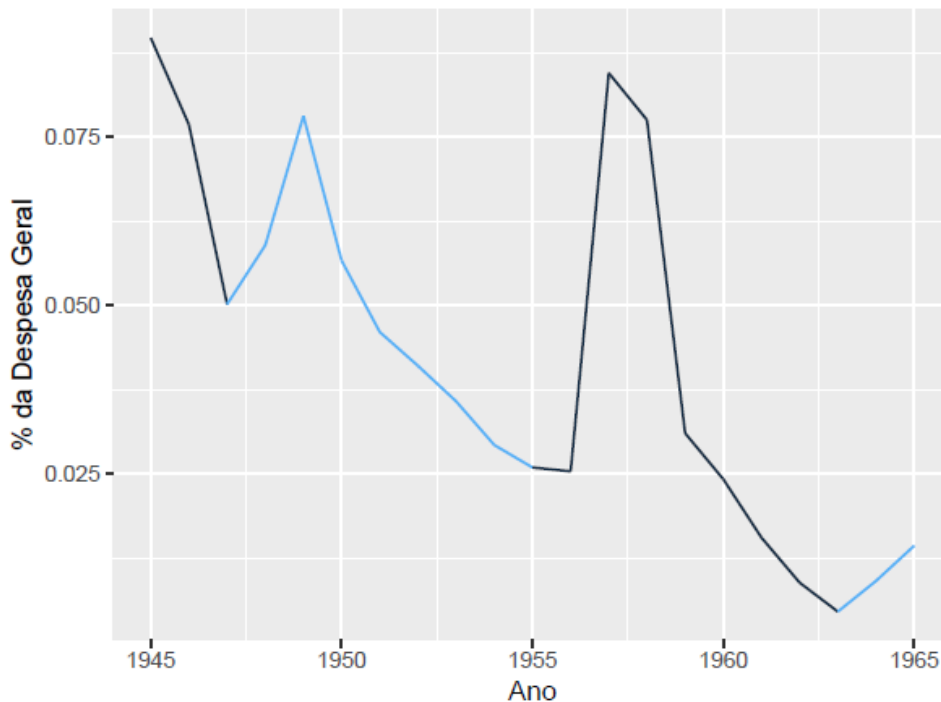
Gráfico 3: Despesa com Dívida Flutuante



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

O pagamento de dívida flutuante, que tem prazo menor, cresceu durante o primeiro período ademarista, atingiu seu pico no primeiro ano do governo Jânio Quadros e inverteu sua tendência, o que não mudou quando Ademar de Barros voltou ao poder.

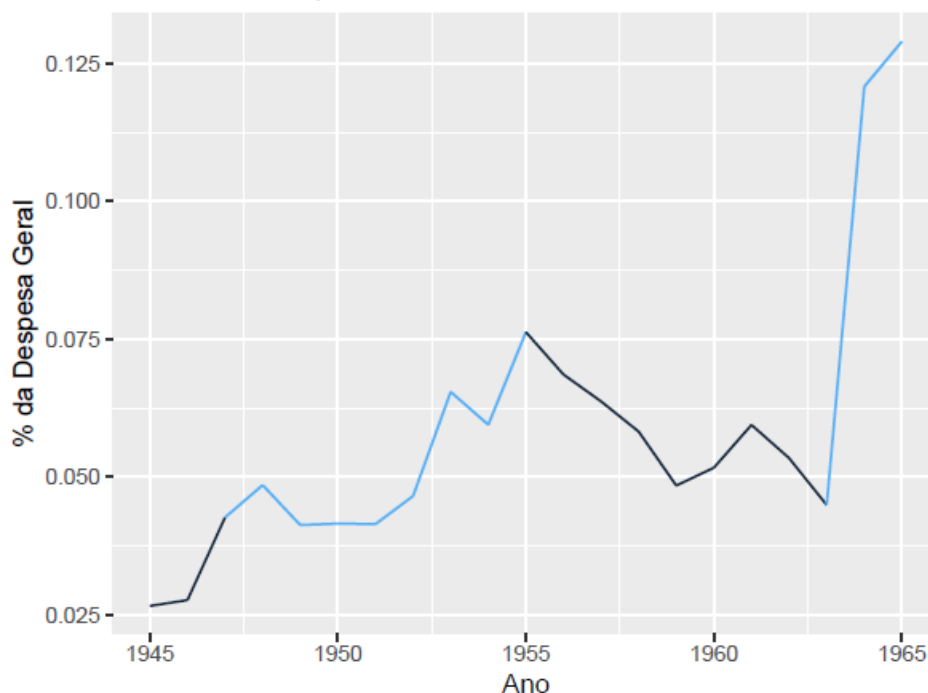
Gráfico 4: Despesa com Dívida Interna



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

No governo Quadros, o caráter da dívida foi mudado, podemos verificar como o então Secretário da Fazenda Carvalho Pinto se preocupou de minimizar o endividamento fluante, o interno de prazo mais alongado se tornou então o tipo de endividamento com predominância nos pagamentos. Em consonância com essa política fiscal esteve a inclusão de reescalonamento da dívida pública paulista no acordo político fechado entre Jânio Quadros e o Presidente Café Filho (PSP) sobre o apoio do Governador na eleição presidencial de 1955 (KELLER, 2011a).

Gráfico 5: Despesa com Inativos



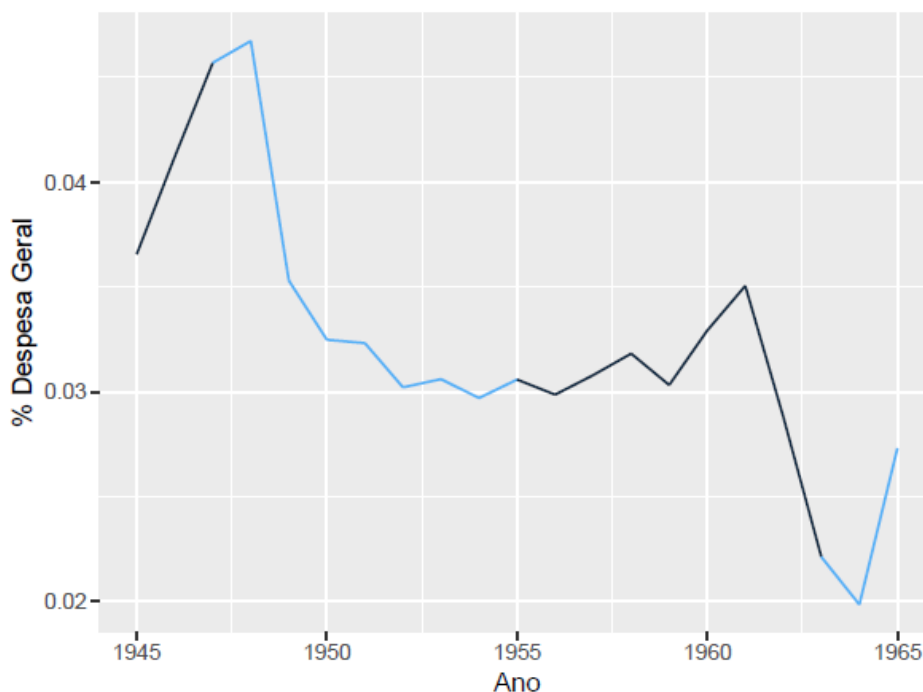
Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

O gasto com inativos foi uma verba que se tornou relevante no orçamento paulista ao longo do vintênio, saindo de 0,03% para 12,5% das despesas.

Porque consideramos que o montante do pagamento da dívida pública e a inativos são verbas sobre as quais as coalizões momentaneamente no poder têm pouco controle, decidimos por incluir na análise das secretarias “gastadoras” a proporção do valor planejado a ser empenhado nelas em relação ao total das despesas descontando o montante do pagamento da dívida pública e a inativos. Num período de vinte anos, os governos estiveram sujeitos a muitas pressões externas e consequências de gestões anteriores, por considerarmos que a análise deste trabalho é sobre a relação entre os partidos na mediação do conflito distributivo, o que passa principalmente por como elegem suas prioridades, então temos como útil para a análise a seguir utilizar a proporção alocada nas secretarias “gastadoras” proporcionalmente ao total de despesas descontado.

Secretaria de Justiça

Gráfico 6: Secretaria de Justiça



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

a

Nos primeiros anos do regime, a proporção do orçamento público alocado na Secretaria de Justiça atingiu um pico de 0,47% das despesas planejadas no ano de 1948, passou a ter tendência decrescente nos governos ademaristas, revertida no intervalo anti-ademarista e depois volta a decrescer no final do governo Carvalho Pinto.

O partido que ocupou por mais tempo o comando dessa pasta, em governos de diferentes correntes, foi o PSD, legenda que era próxima de setores do judiciário. O secretário de justiça na promulgação do orçamento era pessedista em sete dos vinte anos no qual essa era uma possibilidade. O segundo partido a mais tempo ocupar foi o PDC, por quatro anos, em função da tradição jurídica católica que era de importância ideológica para o partido.

Dessa forma, testamos três modelos sobre a proporção da despesa pública separada para a secretaria. No primeiro, trabalhamos apenas com a questão do

governador ser ou não ademarista; no segundo, testamos o impacto do secretário responsável pela pasta ser um pessedista; no terceiro, de ser pedecista.

Table 40: Secretaria de Justiça

	Despesa na Secretaria		
	(1)	(2)	(3)
Governo Ademarista	-0.001 (0.003)		
Secretário Pessedista		0.005* (0.003)	
Secretário Pedecista			-0.0002 (0.004)
Constant	0.033*** (0.002)	0.031*** (0.002)	0.032*** (0.002)
Observations	21	21	21

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Na tabela 40 acima, podemos ver o resultado da regressão para a despesa consolidada da Secretaria de Justiça nas Leis Orçamentárias e não é possível verificar significância estatística para nenhum dos modelos que testamos.

As despesas estaduais daquele período eram classificadas em três tipos básicos: despesas efetivas fixas ou variáveis e mutação patrimonial, o que equivale a separação gastos correntes e investimentos. O nível de discricionariedade para o governo da vez nas contas de uma secretaria, o quanto o serviço prestado por ela é trabalho-intensivo e escolhas políticas das coalizões fazem com que as decisões administrativas sobre despesas de um setor interajam de forma diferente nesses três tipos de contas.

Por isso, decidimos testar os mesmos modelos que utilizamos no gasto consolidado para a secretaria nessa segregação de tipos de gastos.

Table 41: Mutação Patrimonial da Secretaria de Justiça

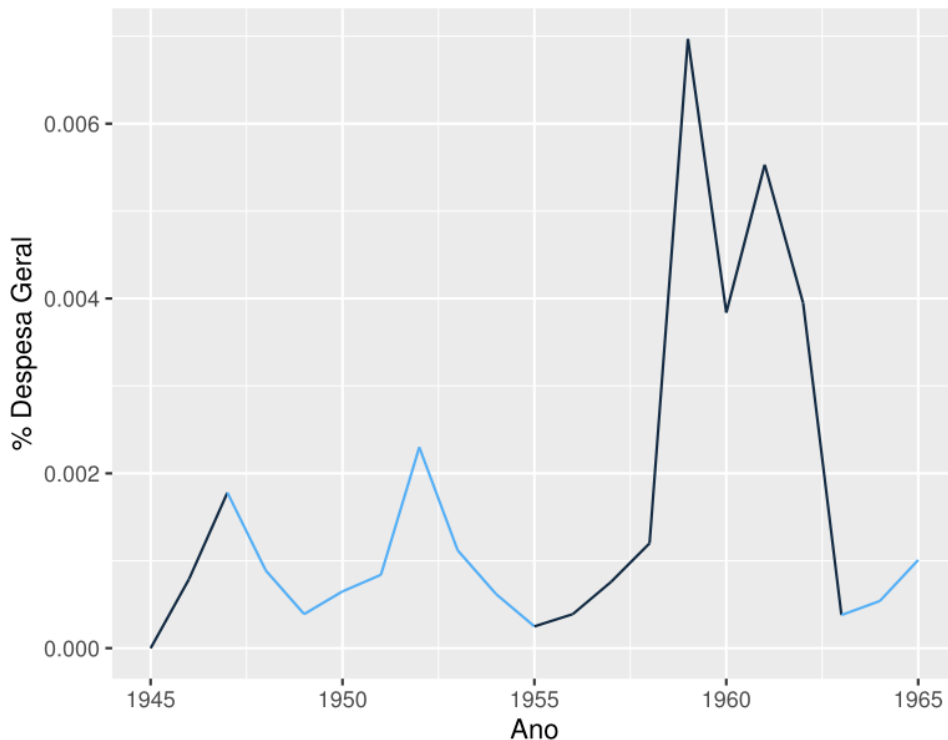
	Despesa com Mutação Patrimonial da Secretaria		
	(1)	(2)	(3)
Governo Ademarista	-0.001* (0.001)		
Secretário Pessedista		-0.002* (0.001)	
Secretário Pedecista			0.003*** (0.001)
Constant	0.002*** (0.001)	0.002*** (0.0005)	0.001*** (0.0003)
Observations	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Encontramos significância estatística quando olhamos para a mutação patrimonial da pasta, ou seja, investimento. Vemos correlação entre o secretário ser pedecista e um acréscimo de 0,3% na proporção do investimento em justiça na lei orçamentária. No entanto, não obtivemos resultado com significância estatística para poder afirmar sobre o impacto do secretário ser um pessedista ou do governo ser ademarista.

Mutação Patrimonial da Secretaria de Justiça



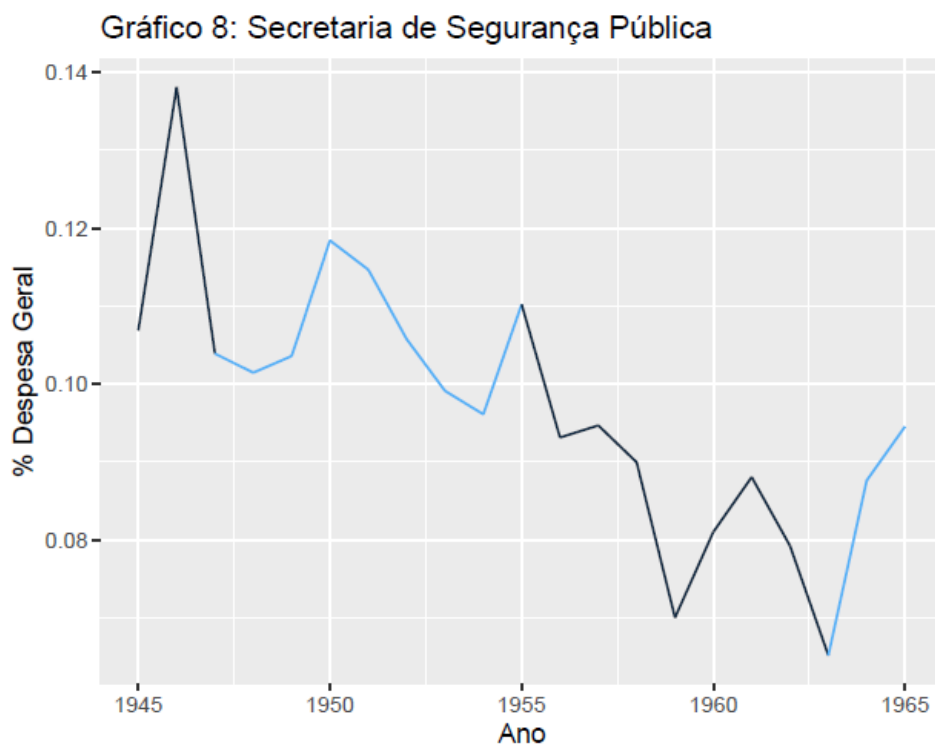
Ao olharmos graficamente, a relação entre coalizões e a mutação patrimonial da pasta demonstra a escolha política nos governos Jânio Quadros e Carvalho Pinto pelo aumento de investimento nessa área, o que nesta secretaria implica principalmente na construção de presídios e fóruns de justiça.

Secretaria de Segurança Pública

Table 42: Secretaria de Segurança de Segurança Pública

	Despesa na Secretaria
Governo Ademarista	0.004 (0.007)
Constant	0.095*** (0.005)
Observations	21
<i>Note:</i>	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Quando olhamos para a Secretaria de Segurança Pública, não há evidência estatística para afirmar sobre impacto do grupo político no poder ao orçamento da pasta. Secretários de Segurança Pública geralmente eram militares e não participavam de eleições, por isso podemos testar apenas a filiação partidária do governador.



Convém salientar que as duas últimas leis orçamentárias foram redigidas após o Golpe Civil-Militar de 1964, do qual Ademar de Barros foi apoiador, e que estruturou um aparelho de repressão a que as forças policiais estaduais estavam integradas, o que implicou na elevação orçamentária que pode ser vista no gráfico 8, embora tenha ainda continuado em patamar menor do que antes de 1956.

Secretaria de Educação

Quando olhamos para a política educacional, não podemos olhar apenas para o que está rubricado nas leis orçamentárias como Secretaria de Educação, isso porque as instituições de ensino superior respondiam diretamente ao governador e eram dispostas em separado da pasta de forma que mudou ao longo do vintênio. Por isso, o que analisaremos a seguir é tanto o orçamento da pasta e, em seguida, o destas autarquias.

Table 43: Secretaria de Educação

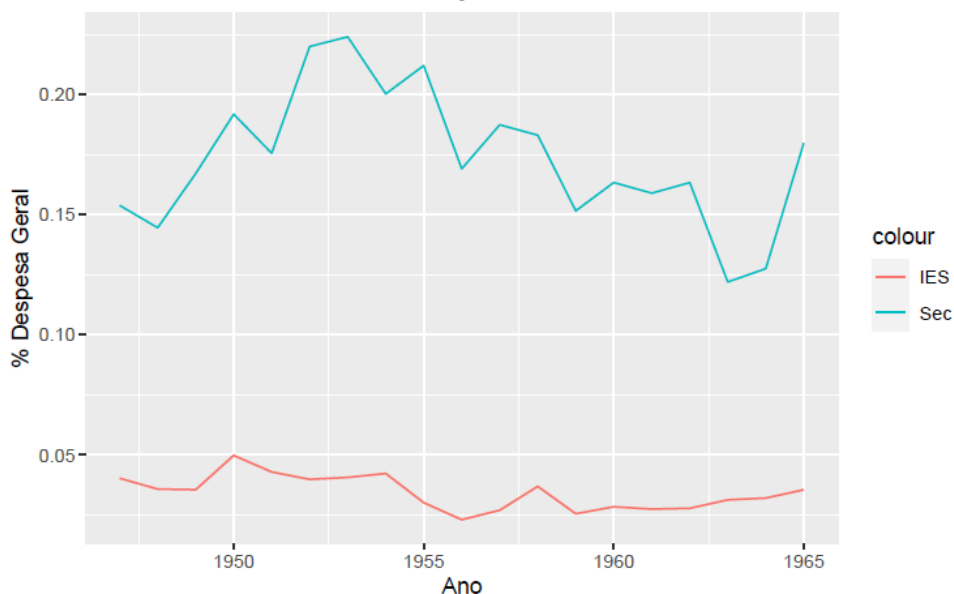
	Despesa na Secretaria			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	-0.009 (0.013)			
Secretário Pessepista		0.017 (0.014)		
Secretário Udenista			0.021 (0.016)	
Secretário Pedecista				-0.023 (0.016)
Constant	0.182*** (0.010)	0.172*** (0.008)	0.174*** (0.007)	0.182*** (0.007)
Observations	21	21	21	21

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Na tabela 43, vemos quatro modelos que testamos para a política educacional. Em todos eles consideramos pertinente utilizar como variável de controle se a lei orçamentária em questão servirá para um ano eleitoral, dada a possibilidade de uso eleitoral de obras na área. Em cada modelo testamos uma filiação partidária de tomador de decisão, sendo respectivamente: se a coalizão a que pertencia o governador era ademarista, se o secretário é do PSP, da UDN ou do PDC. Para os quais não encontramos significância estatística.

Dentro da coalizão ademarista, o PSP teve comando da secretaria durante quase todo o primeiro momento democrático no poder (entre 1948 e 1954), mas não no segundo momento. No grupo adversário, políticos udenistas estiveram na pasta tanto durante a intervenção federal quanto no governo de Jânio Quadros, mas a posição passou a ser do PDC no governo Carvalho Pinto.

Gráfico 9: Secretaria de Educação com IES



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

No gráfico 9 podemos visualizar em separado o gasto direcionado para a Secretaria e para as instituições de ensino superior, em que podemos perceber suave curva serpentina que chega no primeiro pico em 1953 e volta a crescer 11 anos depois.

Table 44: Despesa Efetiva Fixa da Secretaria de Educação

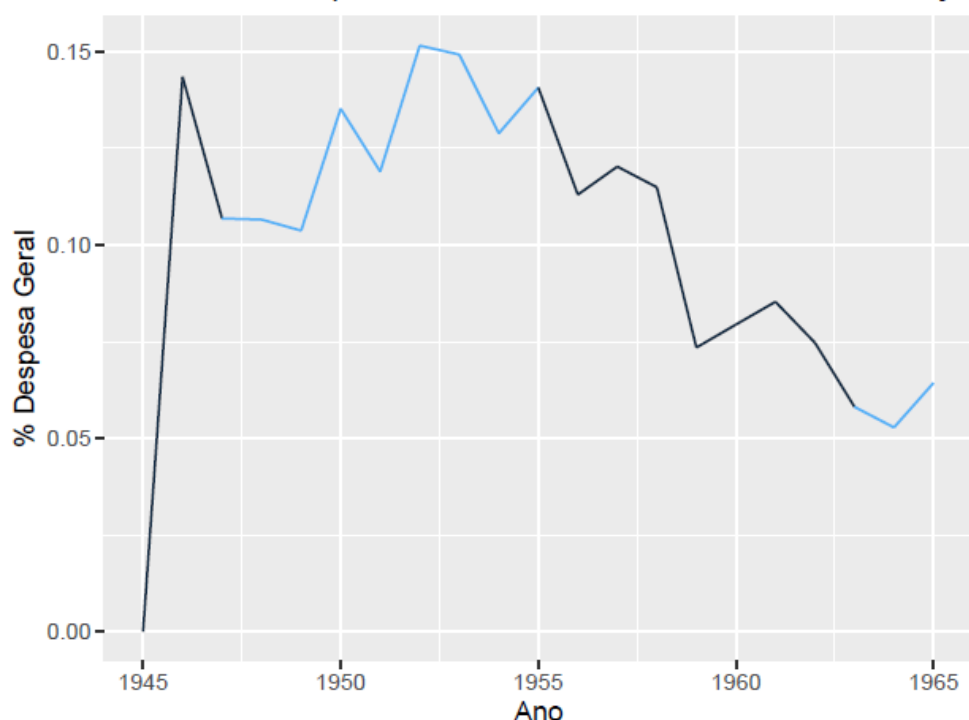
	Despesa Fixa na Secretaria			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	0.012 (0.017)			
Secretário Pessepista		0.040** (0.016)		
Secretário Udenista			-0.009 (0.022)	
Secretário Pedecista				-0.028 (0.021)
Constant	0.095*** (0.012)	0.088*** (0.009)	0.103*** (0.009)	0.106*** (0.009)
Observations	21	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Por isso, quando testamos para a despesa fixa na secretaria, encontramos correlação entre o secretário ser pessepista e elevação em 0,4% do destinado a despesa fixa da pasta.

Gráfico 10: Despesa Efetiva Fixa da Secretaria de Educação



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

No gráfico 10 podemos perceber que enquanto a coalizão ademarista mantém coerente tendência de crescimento da despesa fixa nos dois momentos que assumiu o governo, na anti-ademarista há distinção nas tendências entre a interventoria federal e a coalizão janista.

Table 45: Despesa Efetiva Variável da Secretaria de Educação

	Despesa Variável na Secretaria			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	-0.021 (0.015)			
Secretário Pessepista		-0.015 (0.016)		
Secretário Udenista			0.041** (0.017)	
Secretário Pedecista				-0.008 (0.020)
Constant	0.077*** (0.011)	0.072*** (0.009)	0.059*** (0.008)	0.068*** (0.009)
Observations	21	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Na despesa variável da pasta, o secretário ser udenista está associado em 4,1% com elevação na proporção desse gasto.

Table 46: Mutação Patrimonial da Secretaria de Educa o

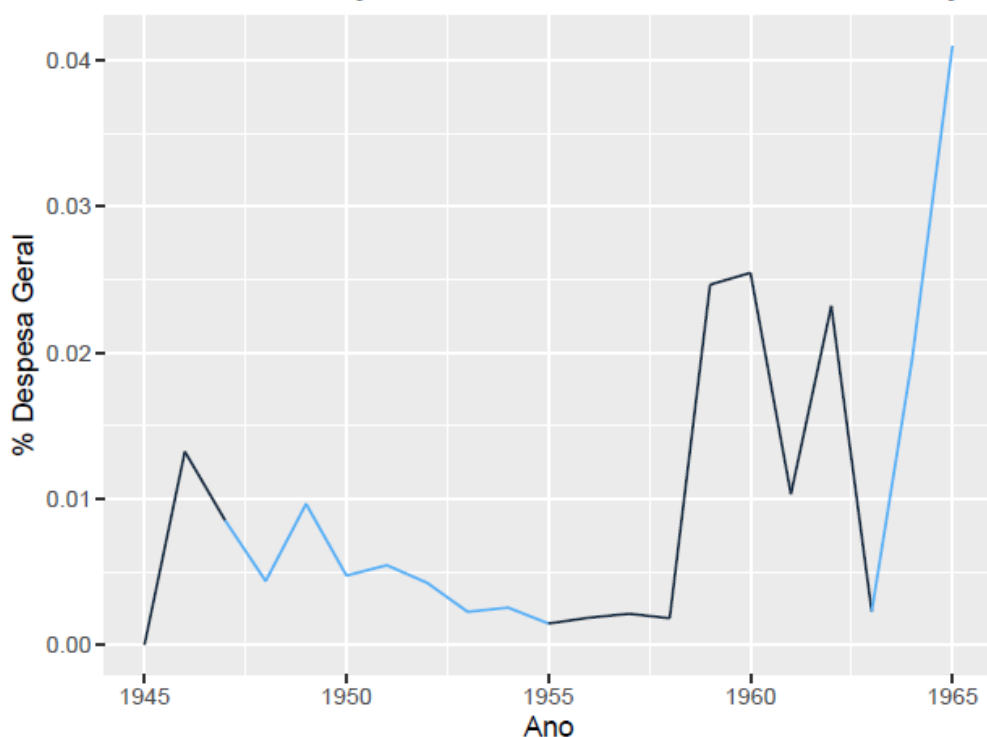
	Muta�o Patrimonial da Secretaria			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	-0.001 (0.005)			
Secretário Pessepista		-0.008 (0.005)		
Secretário Udenista			-0.011* (0.006)	
Secretário Pedecista				0.014** (0.005)
Constant	0.010*** (0.004)	0.013*** (0.003)	0.012*** (0.002)	0.007*** (0.002)
Observations	21	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Quando testamos com o investimento da política educacional, percebemos ênfase de secretários pedecistas, associados a eleva o em 1,4%, financiamento da política de constru o de escolas do governo Carvalho Pinto.

Gráfico 11: Muta o Patrimonial da Secretaria de Educa o

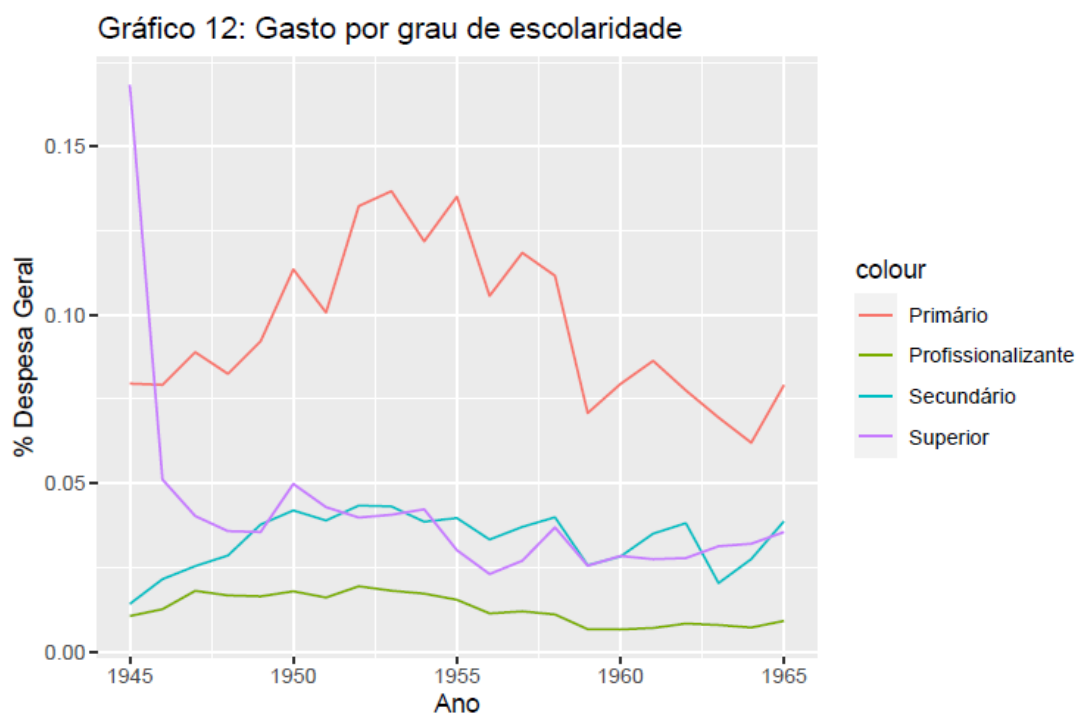


Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

No gráfico 11, podemos visualizar o tamanho da eleva o no investimento da secretaria durante o governo Carvalho Pinto e a reintensifica o nos dois anos finais

do terceiro governo de Ademar de Barros, quando a pasta foi assumida por Ataliba Nogueira.

Considerando o tamanho e importância da política educacional, segunda maior orçamento do governo estadual, abrimos a despesa em quatro departamentos: despesa com ensino primário, secundário, profissionalizante e superior.



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

No gráfico 12 podemos observar como o ensino superior saiu de um nível muito alto em relação aos demais (16,31%) para uma média de 3,39% das despesas ao longo da democratização. O gasto com ensino primário teve curva convexa, com pico em 1953.

Para analisarmos a despesa por grau educacional, mantemos as mesmas variáveis que nos modelos utilizados para olhar o agregado.

Table 47: Ensino Primário

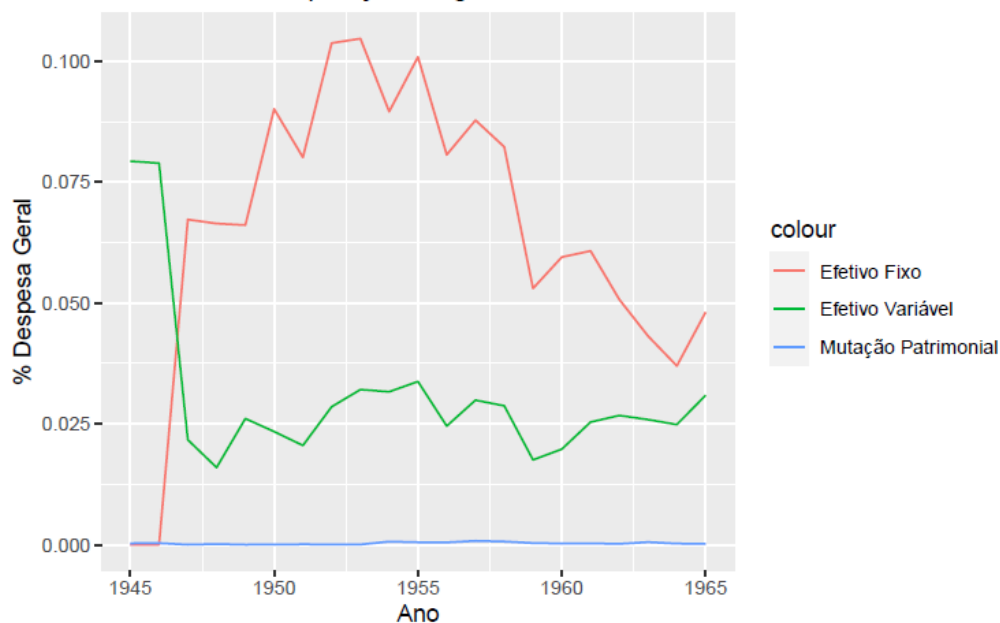
	Despesa em Ensino Primário			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	0.004 (0.010)			
Secretário Pessepista		0.023** (0.010)		
Secretário Udenista			0.016 (0.013)	
Secretário Pedecista				-0.022* (0.012)
Constant	0.094*** (0.007)	0.089*** (0.006)	0.093*** (0.005)	0.101*** (0.005)
Observations	21	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Na alocação de recursos para o ensino primário encontramos correlação positiva em 2,3% para secretários pessepistas.

Gráfico 13: Composição de gastos com Ensino Primário



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

A principal destinação em ensino primário por tipo de despesa é com folha de pagamento, tanto entre despesas efetivas fixas quanto em variáveis. A mutação patrimonial, que consiste principalmente em construção de escolas, em nenhum ano chegou a mais do que 0,1% do total das despesas.

Table 48: Despesa Efetiva Fixa com Ensino Primário

	Despesa Fixa em Ensino Primário			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	0.015 (0.013)			
Secretário Pessepista		0.031** (0.012)		
Secretário Udenista			0.002 (0.017)	
Secretário Pedecista				-0.012 (0.017)
Constant	0.058*** (0.009)	0.055*** (0.007)	0.065*** (0.007)	0.068*** (0.007)
Observations	21	21	21	21

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

O chefia da pasta por um pessepista está associada com elevação em 3,1% na despesa fixa com ensino primário.

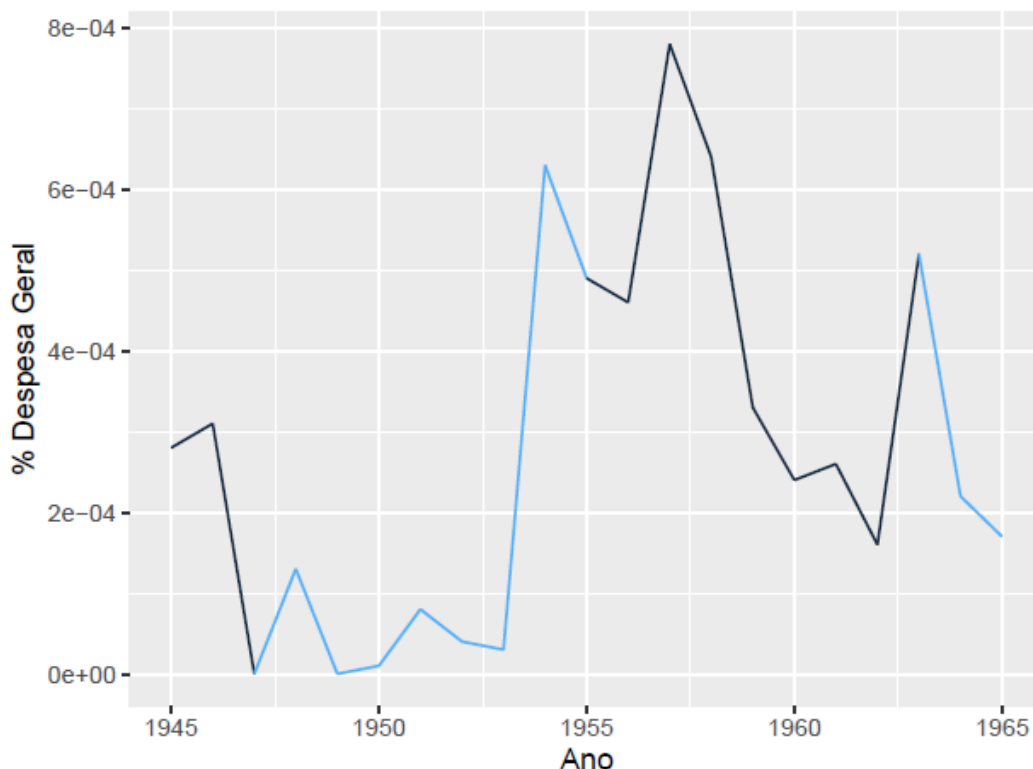
Table 49: Mutação Patrimonial com Ensino Primário

	Mutação Patrimonial em Ensino Primário			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	-0.0002** (0.0001)			
Secretário Pessepista		-0.0002** (0.0001)		
Secretário Udenista			0.0003** (0.0001)	
Secretário Pedecista				-0.00003 (0.0001)
Constant	0.0004*** (0.0001)	0.0003*** (0.0001)	0.0002*** (0.0001)	0.0003*** (0.0001)
Observations	21	21	21	21

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Ao testarmos a mutação patrimonial, verifica-se correlação negativa de 0,02% quando estava no governo a coalizão ademarista e o secretário ser pessepista, contraposta a elevação em 0,03% quando o secretário era udenista.

Gráfico 15: Mutação Patrimonial com Ensino Primário



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

No gráfico 15 visualizamos duas incoerências na proporção de gastos, em 1954 no governo Garcez e em 1952 no governo Quadros, duas mudanç as que ocorreram sem que houvesse troca de secretário.

Table 50: Despesa com Ensino Secundário

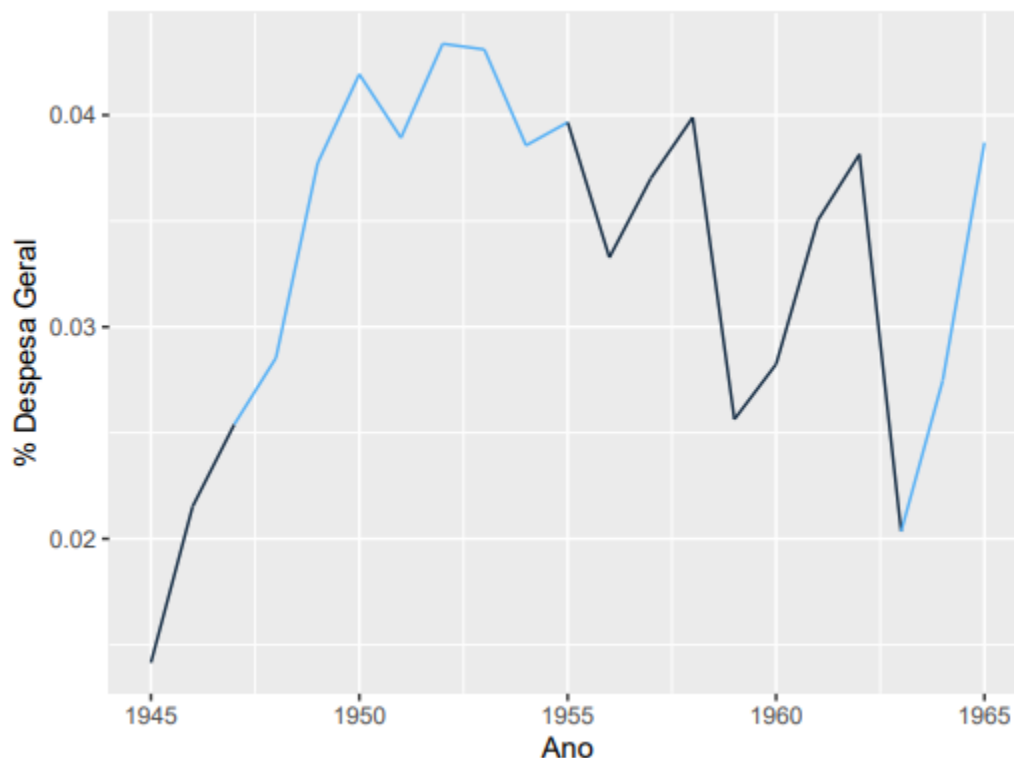
	Despesa em Ensino Secundário			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	0.004 (0.004)			
Secretário Pessepista		0.009** (0.003)		
Secretário Udenista			−0.003 (0.005)	
Secretário Pedecista				−0.002 (0.005)
Constant	0.031*** (0.003)	0.030*** (0.002)	0.034*** (0.002)	0.034*** (0.002)
Observations	21	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Assim como no ensino primário, verificamos correla o positiva entre o destino ao ensino secundário com o chefe da pasta ser pessepista, na ordem de 0,9%.

Gráfico 16: Despesa com Ensino Secundário



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

A despesa proporcional com ensino secundário cresceu consistentemente no primeiro terço do vintênio, com estabilidade relativa em seguida.

Table 51: Mutação Patrimonial com Ensino Secundário

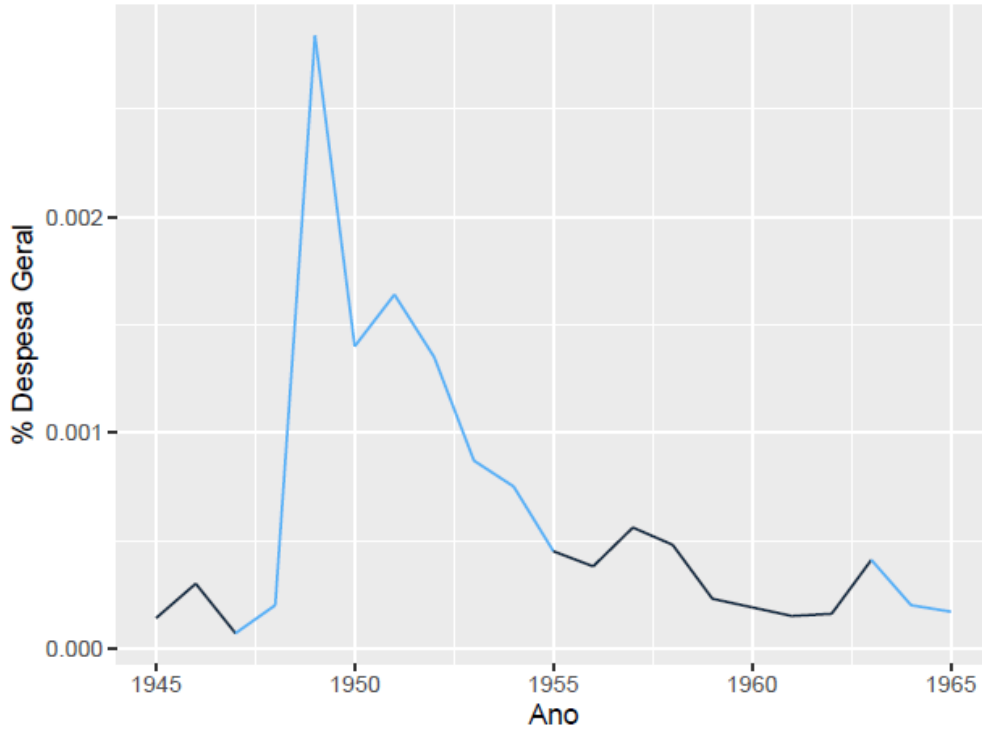
	Mutação Patrimonial em Ensino Secundário			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	0.001** (0.0003)			
Secretário Pessepista		0.001*** (0.0002)		
Secretário Udenista			-0.0003 (0.0004)	
Secretário Pedecista				-0.001 (0.0004)
Constant	0.0003 (0.0002)	0.0003** (0.0001)	0.001*** (0.0002)	0.001*** (0.0002)
Observations	21	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Quando testamos a rela o para o investimento em ensino secundário, vemos correla o positiva de 0,1% de gasto em governos ademaristas ou com o secretário ser pessepista.

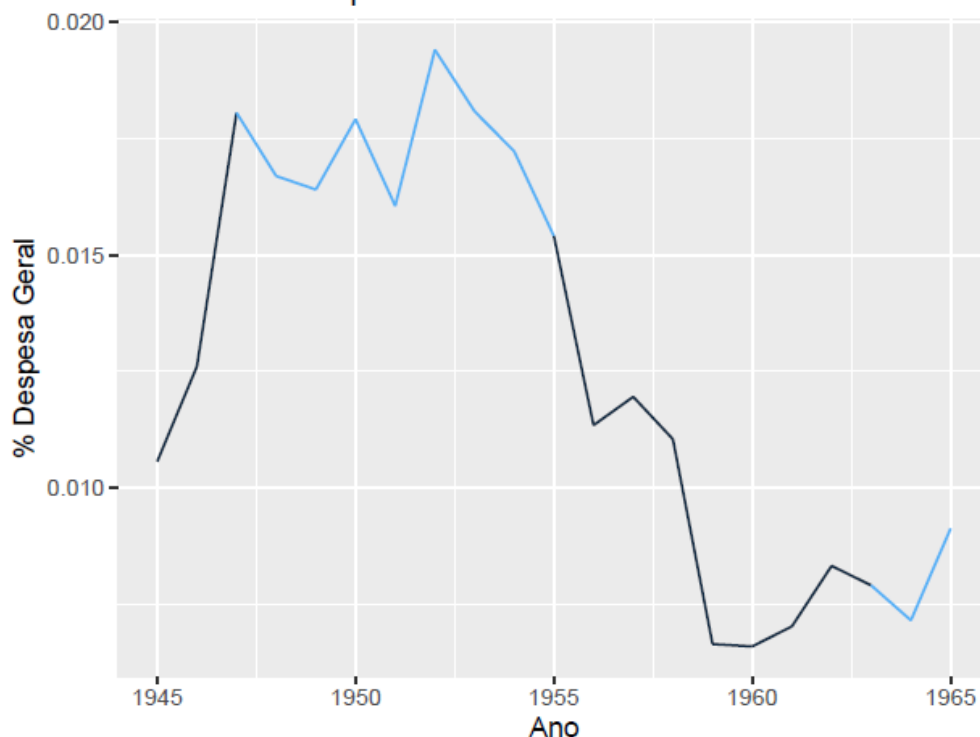
Gráfico 17: Mutação Patrimonial com Ensino Secundário



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

Na mutação patrimonial da área, a despesa proporcional chegou a um pico no primeiro mandato democrático de Ademar de Barros e então passaram a ser decrescentes.

Gráfico 18: Despesa com Ensino Profissionalizante



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

A despesa proporcional alocada para o ensino profissionalizante foi crescente na primeira metade do vintênio, seguida de reversão que durou até 1960.

Table 52: Ensino Profissionalizante

	Despesa em Ensino Profissionalizante			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	0.005** (0.002)			
Secretário Pessepista		0.007*** (0.001)		
Secretário Udenista			-0.0004 (0.003)	
Secretário Pedecista				-0.007*** (0.002)
Constant	0.010*** (0.001)	0.010*** (0.001)	0.013*** (0.001)	0.014*** (0.001)
Observations	21	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Pode ser vista correlação, com aumento de 0,5%, em função do governador na elaboração da lei orçamentária ser ademarista, o que se intensifica para 0,7% quando o secretário era pessepista e exatamente o inverso caso ele fosse pedecista.

Table 53: Mutação Patrimonial com Ensino Profissionalizante

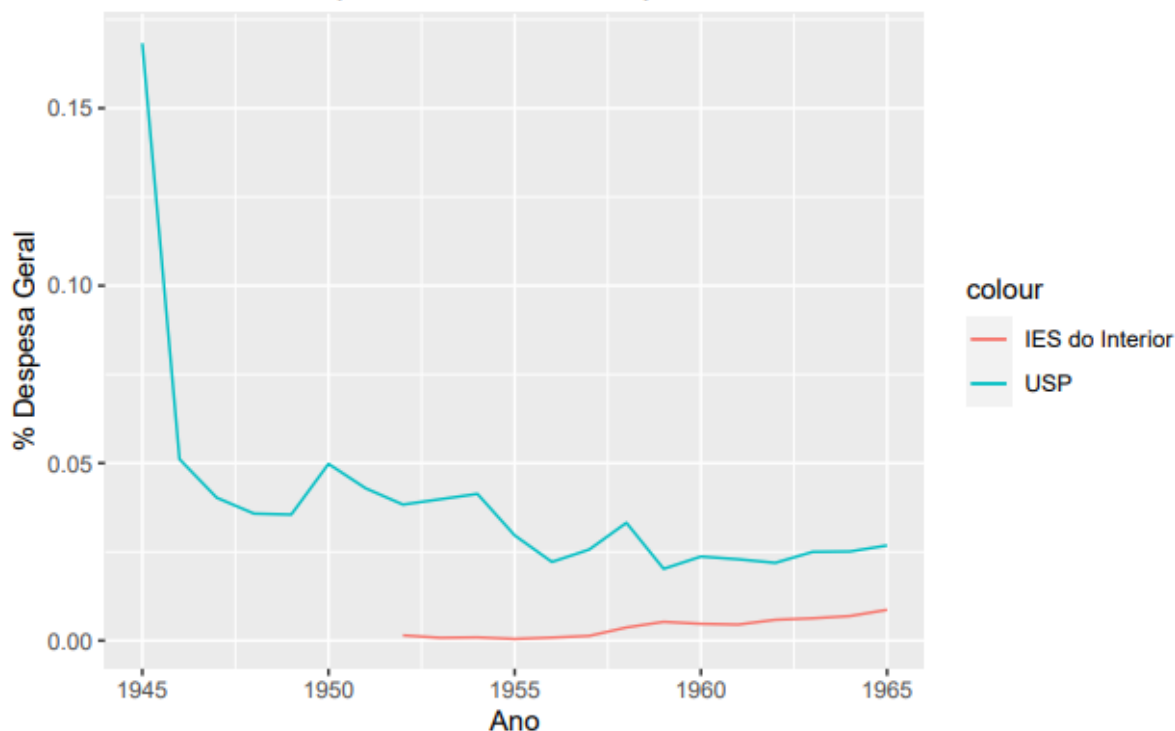
	Muta�o Patrimonial em Ensino Profissionalizante			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	0.001** (0.0003)			
Secretário Pessepista		0.001** (0.0003)		
Secretário Udenista			-0.0004 (0.0004)	
Secretário Pedecista				-0.001** (0.0003)
Constant	0.001** (0.0002)	0.001*** (0.0002)	0.001*** (0.0002)	0.001*** (0.0001)
Observations	21	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

No investimento em ensino profissionalizante, se reproduziu impacto mais suave do que aconteceu no total do departamento, com correla o em 0,1% do governo ser ademarista ou secretário pessepista, com o inverso em caso de ser um pedecista.

Gráfico 19: Despesa com Ensino Superior

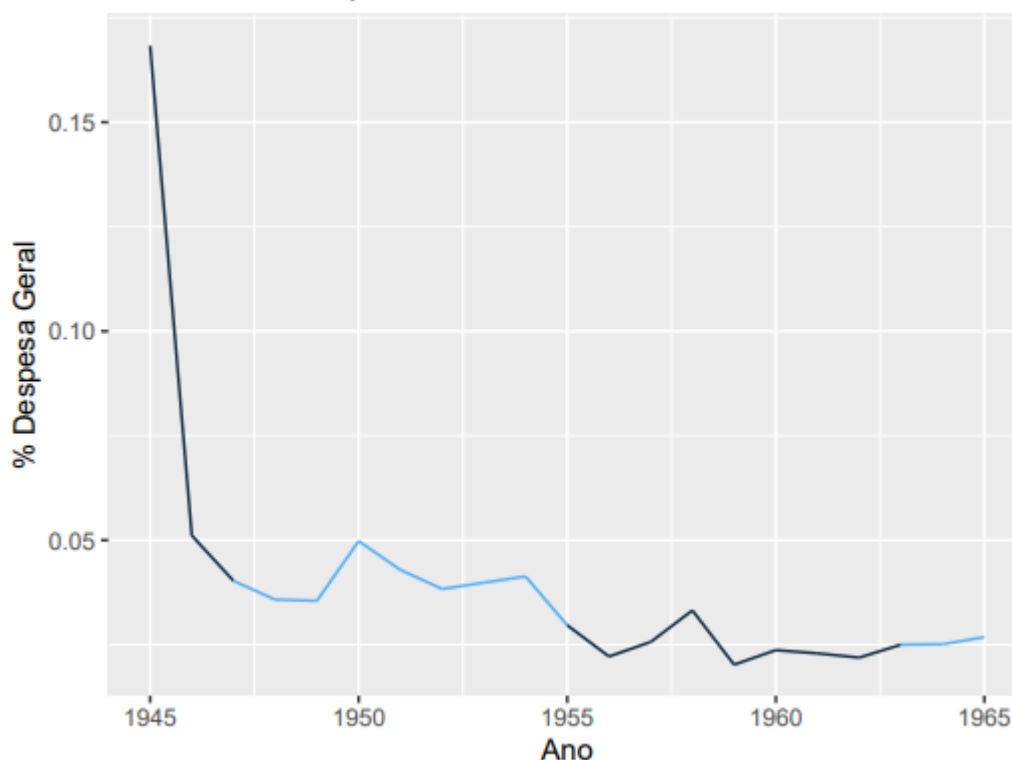


Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

O ensino superior paulista desse momento guarda duas particularidades: (1) Como já mencionado, as institui es eram entidades aut nomas que não estavam

abaixo da Secretária de Educação, mas respondiam direto para o gabinete do governador; (2) Até 1951 só havia uma entidade, a Universidade de São Paulo (USP), no governo Garcez começaram a ser financiadas as faculdades no interior do estado que em 1976 formariam a Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) e no terceiro governo Ademar de Barros a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Gráfico 20: Despesa com USP



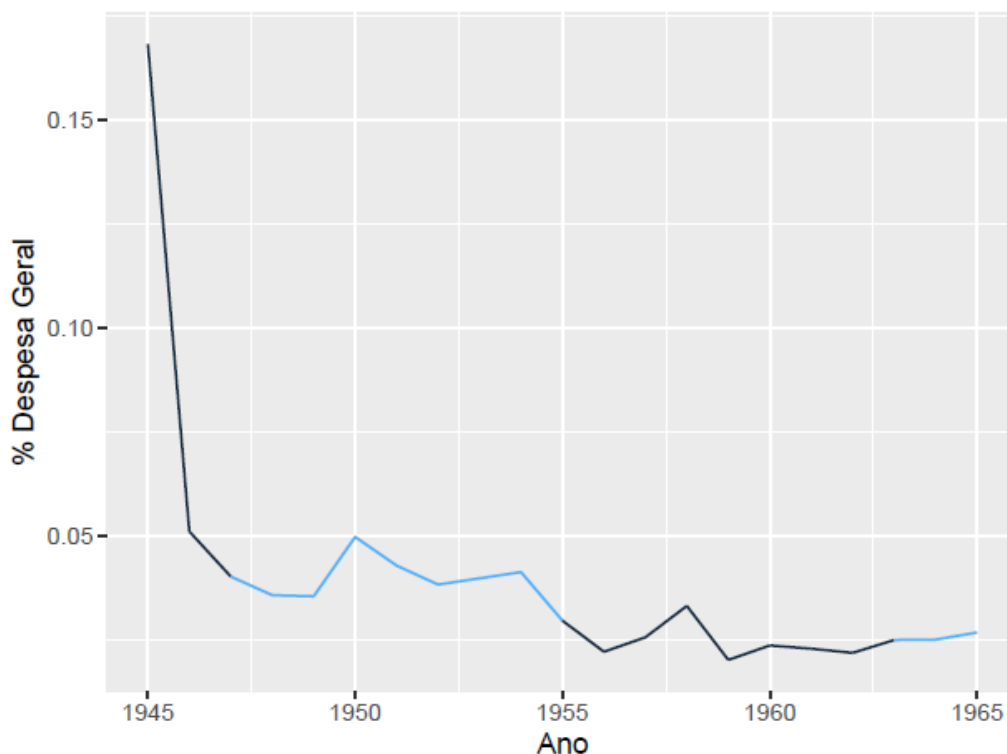
Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

O destinado da Universidade de São Paulo foi de 16,83% das despesas na lei orçamentária de 1945, o triplo da média dos anos seguintes do vintênio. Dada a grandeza desse outlier, realizamos regressão desta rúbrica desconsiderando este ano.

O governo em questão ser ademarista correlaciona positivamente em 1,1% no orçamento da Universidade de São Paulo, o que era reforçado quando o secretário também era pessepista, subindo para 1,4%. No entanto, o secretário ser um

pedecista estaria associado a encolhimento em 1,2%. Também adicionamos possível impacto da destinação a instituições de ensino superior no interior do estado ao destinado, o que não se verificou.

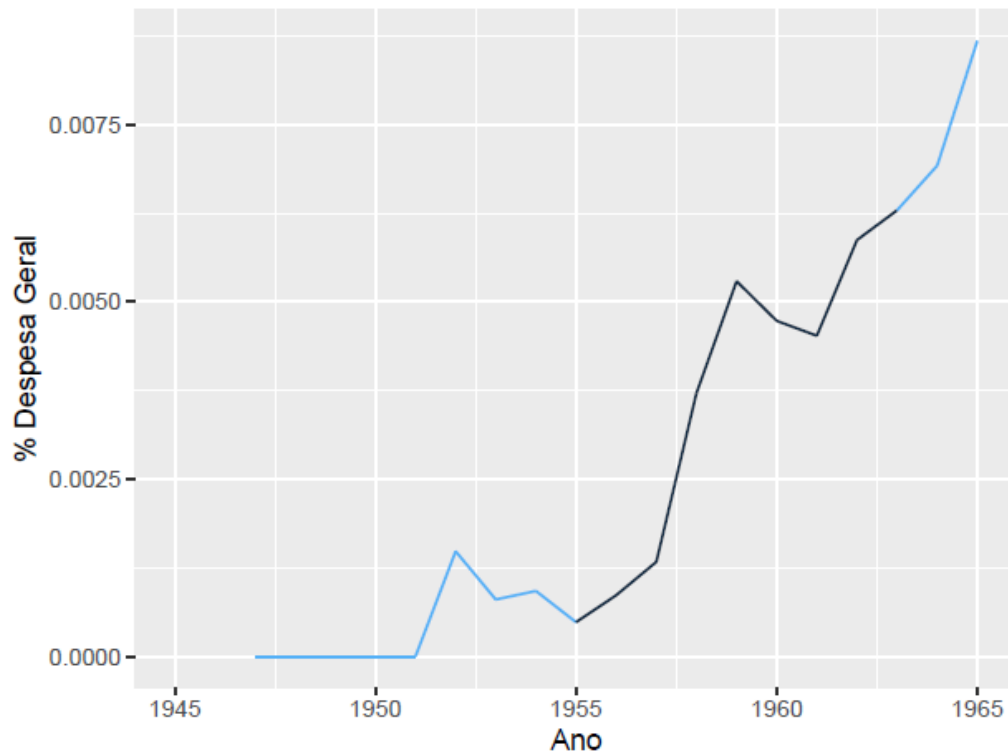
Gráfico 20: Despesa com USP



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

Em contradição com o fato de ter a classe média alta interiorana como sua base política, um udenista estar no comando da Secretaria de Educação implicava em contração de 0,4% do orçamento destinado para as faculdades estaduais do interior. Enquanto verificamos como um *trade-off* entre autarquias de ensino superior pesava apenas sobre as instituições interioranas, com cada elevação percentual no orçamento proporcional da contraparte da capital impactar negativamente em 20,6% nestas entidades.

Gráfico 21: Despesa com Faculdades do Interior



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

Como demonstra o gráfico 21, a subvenção do governo estadual a instituições de ensino superior pelo interior começaram no segundo ano do governo Lucas Garcez.

Entre 1957 e 1959, a destinação quintuplicou, período no qual em cada ano o membro de um partido diferente assinou a lei orçamentária, UDN, PSB e PDC.

Secretaria de Saúde

Table 54: Secretaria de Saúde (com HCs)

	Despesa na Secretaria		
	(1)	(2)	(3)
Governo Ademarista	0.0002 (0.013)		
Secretário Pessepista		0.022 (0.013)	
Secretário Petenista			0.004 (0.013)
Constant	0.122*** (0.010)	0.117*** (0.007)	0.121*** (0.008)
Observations	19	19	19

Note:

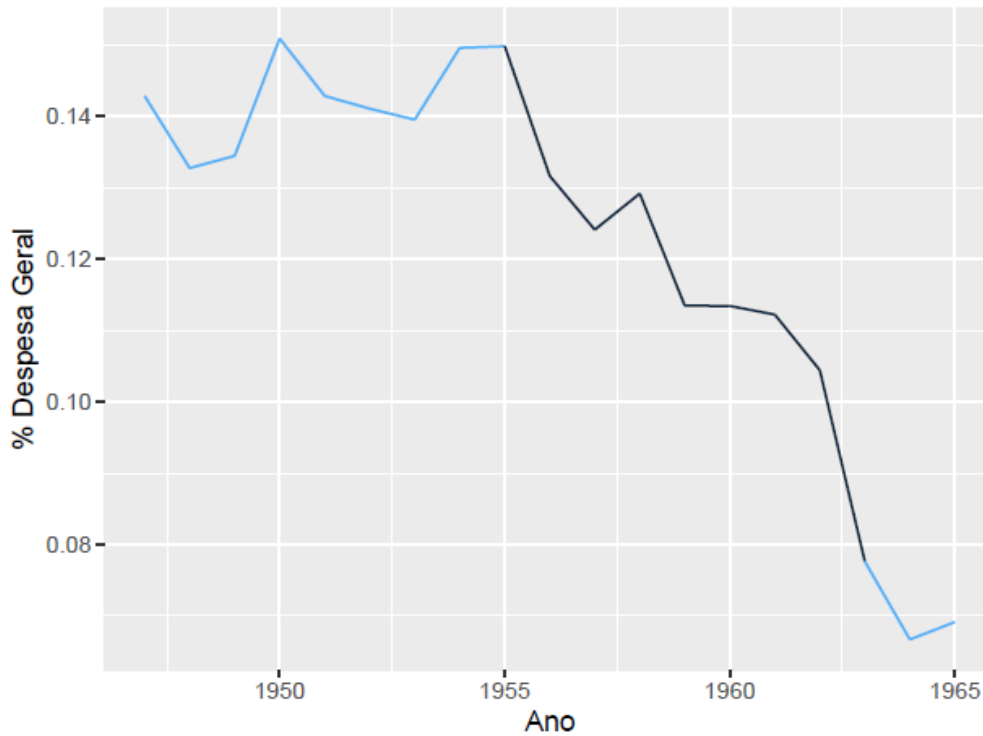
*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Assim como ocorreu no caso da Secretaria de Educação, precisamos somar à despesa na Secretaria de Saúde a de autarquias que eram apartadas dela em algumas leis orçamentárias, formalmente respondendo diretamente ao governador. Nos referimos aos Hospitais das Clínicas³⁵. Como essas entidades tinham orçamento comparável ao da própria pasta e eram atores fundamentais na política sanitária, somamos o destinado a ambos.

Na Secretaria de Saúde, testamos três modelos. No primeiro, a questão do governo ser ademarista. No segundo, a questão do secretário ser do PSP, o que ocorreu em cinco anos. No terceiro, a filiação ser ao PTN, o que ocorreu em sete dos oito anos de coalizão janista. Não tivemos resultado significativo.

³⁵ Até x, o Estado de São Paulo custeava apenas o Hospital das Clínicas apenas na capital. A partir de 1957/1958 passa a constar também com o de Ribeirão Preto

Gráfico 22: Despesa com Secretaria de Saúde (com HCs)



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

No gráfico da evolução do gasto proporcional na Secretaria de Saúde, percebe-se que o período de governo da coalizão janista foi marcado por forte decréscimo de alocação financeira na área. Apesar da perceptibilidade na análise gráfica, modelos testando essa correlação entre coalizões e verba na pasta não deram resultados com significância estatística.

Table 55: Despesa Efetiva Fixa da Secretaria de Saúde (com HCs)

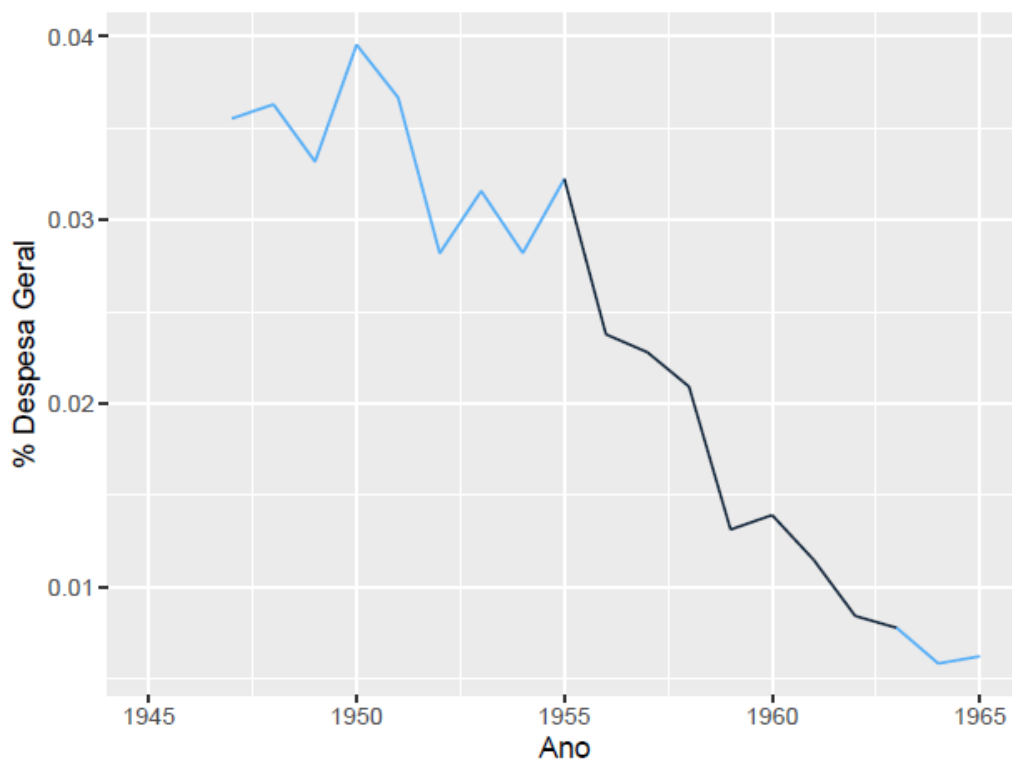
	Despesa Fixa na Secretaria		
	(1)	(2)	(3)
Governo Ademarista	0.008 (0.005)		
Secretário Pessepista		0.015*** (0.005)	
Secretário Petenista			-0.005 (0.006)
Constant	0.018*** (0.004)	0.019*** (0.003)	0.025*** (0.003)
Observations	19	19	19

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Quando testamos vínculo entre filiação partidária e despesa fixa da pasta encontramos correlação positiva em 1,5% entre a destinação e o secretário ser pessepista.

Gráfico 23: Despesa Efetiva Fixa da Secretaria de Saúde



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

Ao olharmos o gráfico 23, podemos perceber como a despesa fixa tomou tendência decrescente a partir da posse de Jânio Quadros que não foi revertida quando Ademar de Barros voltou ao poder.

Table 56: Mutação Patrimonial da Secretaria de Saúde com HCs

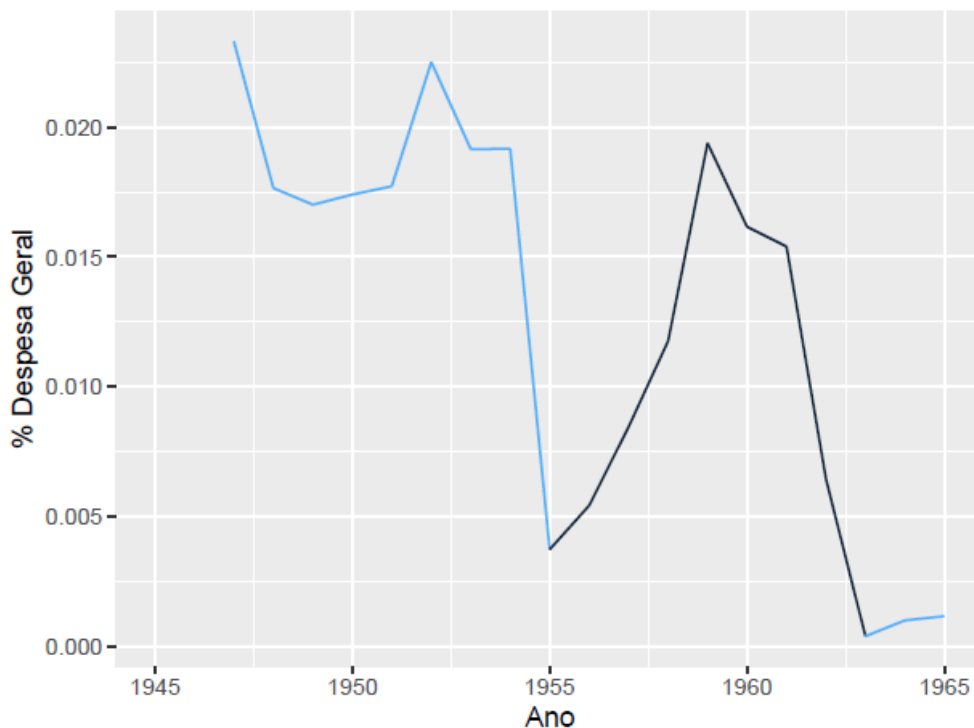
	Mutação Patrimonial da Secretaria		
	(1)	(2)	(3)
Governo Ademarista	0.003 (0.004)		
Secretário Pessepista		0.009** (0.003)	
Secretário Petenista			-0.002 (0.004)
Constant	0.011*** (0.003)	0.010*** (0.002)	0.014*** (0.002)
Observations	19	19	19

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Quando testamos com o investimento em saúde, obtemos resultado similar ao com despesa fixa, tendo resultado significativo apenas para a filiação do secretário ser ao PSP, sendo uma correlação positiva em 0,9%.

Gráfico 24: Mutação Patrimonial da Secretaria de Saúde



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

No gráfico 24 observamos como o investimento em saúde foi diferente no governo Jânio Quadros do Carvalho Pinto, embora tenham mantido coerência partidária sobre quem nomearam para comandar a pasta.

Secretaria de Trabalho

Table 57: Secretaria de Trabalho

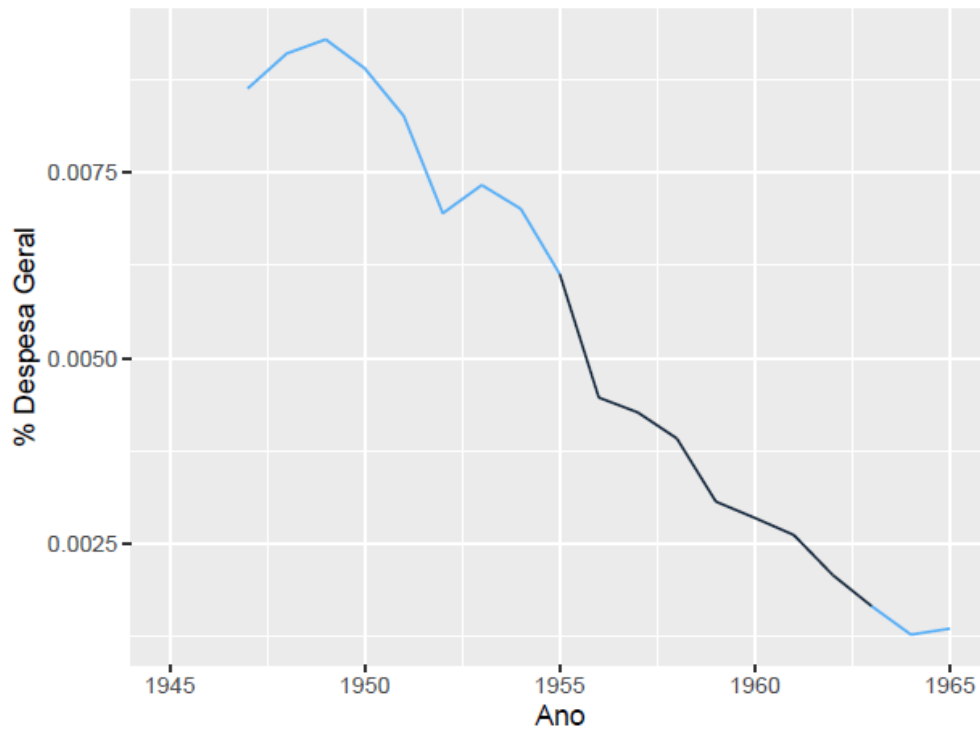
	Despesa na Secretaria		
	(1)	(2)	(3)
Governo Ademarista	0.003** (0.001)		
Secretário Petebista		-0.002 (0.001)	
Secretário Pessedista			0.004** (0.002)
Constant	0.004*** (0.001)	0.006*** (0.001)	0.004*** (0.001)
Observations	19	18	18

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Para a Secretaria de Trabalho, estimamos 3 modelos. No primeiro, testamos apenas a correlação do orçamento da pasta com um governo ser ademarista, para o que verificamos correlação de aumento de 0,3%. No segundo, testamos o caso do secretário ser membro do PTB (o que aconteceu tanto em governos ademaristas quanto anti-ademaristas), em que não encontramos significância estatística. No terceiro, testamos o caso em que o chefe da pasta é um político do PSD (o que aconteceu em meios de mandato de governadores ademaristas), para o que encontramos correlação positiva em 0,4%, o que notável de se observar, visto que enquanto o primeiro partido era íntimo da estrutura sindical, o segundo contava com proximidade do empresariado industrial.

O resultado está contaminado pela federalização de estruturas de amparo ao trabalho no governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954), mudando os incentivos de investimento do governo estadual na pasta, conforme pode ser visto no gráfico 25, com contínua tendência de decrescimento desde então.

Gráfico 25: Secretaria de Trabalho

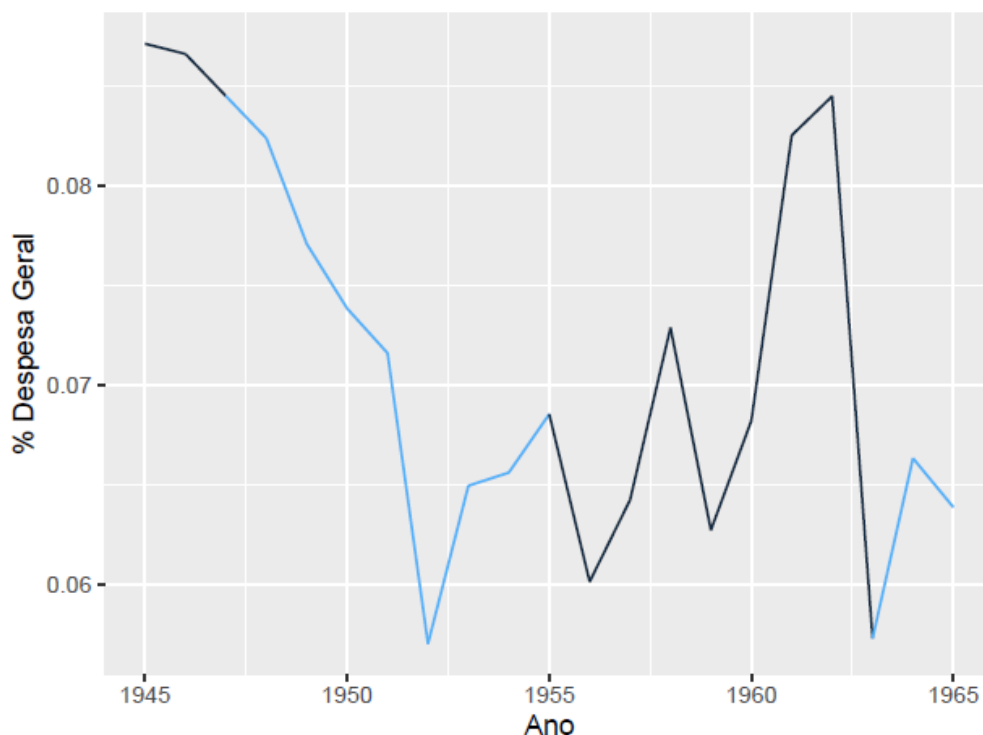


Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

Secretaria de Agricultura

O gasto na Secretaria de Agricultura, como proporção das despesas gerais, passaram de tendência decrescente no primeiro período do ademarismo no poder, seguida de tendência de crescimento e então reversão, como pode ser visto no gráfico 26.

Gráfico 26: Secretaria de Agricultura



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

Para analisar o despendido na Secretaria de Agricultura, testamos três modelos: no primeiro, testamos impacto do governador ser ademarista; no segundo, testamos a filiação partidária do secretário ser a UDN (partido que ocupava a cadeira na promulgação de quatro leis orçamentárias); no terceiro, se a filiação partidária do secretário for ao PSD (legenda que ocupava o cargo em cinco leis orçamentárias); no quarto, se o chefe da pasta fosse um filiado ao PSP (o que ocorreu em um terço do tempo de ademarismo no poder).

Table 58: Secretaria de Agricultura

	Despesa na Secretaria			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	-0.004 (0.004)			
Secretário Udenista		0.007 (0.005)		
Secretário Pessedista			-0.008* (0.005)	
Secretário Pessepista				0.004 (0.006)
Constant	0.074*** (0.003)	0.070*** (0.002)	0.074*** (0.002)	0.071*** (0.002)
Observations	21	21	21	21

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Para o gasto geral da secretaria, não encontramos significância estatística em nenhuma das nossas hipóteses.

Table 59: Despesa Efetiva Variável da Secretaria de Agricultura

	Despesa Efetiva Variável na Secretaria			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	-0.009** (0.004)			
Secretário Udenista		0.012** (0.005)		
Secretário Pessedista			-0.004 (0.005)	
Secretário Pessepista				-0.005 (0.006)
Constant	0.053*** (0.003)	0.045*** (0.002)	0.049*** (0.003)	0.049*** (0.003)
Observations	21	21	21	21

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

No principal tipo de gasto da secretaria, a despesa variável, que nesta pasta consistia principalmente de material para uso técnico, o governo ser ademarista está associado a uma contração em 0,9%, enquanto o secretário ser um udenista com uma elevação em 1,2%.

Table 60: Mutação Patrimonial da Secretaria de Agricultura

	Mutação Patrimonial da Secretaria			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Governo Ademarista	-0.0002 (0.003)			
Secretário Udenista		0.006** (0.003)		
Secretário Pessedista			-0.007*** (0.002)	
Secretário Pessepista				0.004 (0.003)
Constant	0.006*** (0.002)	0.005*** (0.001)	0.008*** (0.001)	0.006*** (0.001)
Observations	21	21	21	21

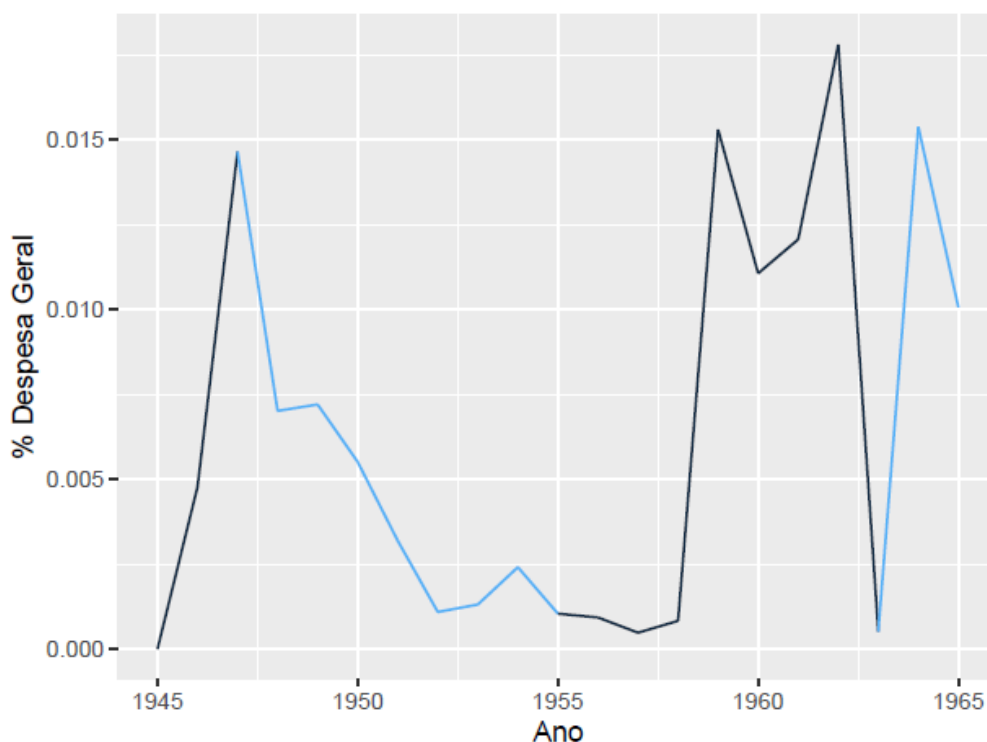
Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

No entanto, quando analisamos a mutação patrimonial da pasta, encontramos correlação positiva de 0,6% no despendido se seu chefe for udenista, valor provavelmente impactado pela influência política de José Bonifácio Coutinho, udenista campineiro que chefiou a pasta no governo Carvalho Pinto (1959-1963) e foi o candidato da situação à sucessão, sendo o implementador do programa de modernização da agricultura proposto naquela gestão.

Por outro lado, encontramos correlação inversa em 0,7% quando o comando era de um pessedista. Nas duas vezes em que o partido ocupou o cargo, na primeira metade tanto do governo Garcez (1951-1955) quanto do governo Quadros (1955-1959), essa era a única pasta chefiada pelo PSD, legenda que nasceu com força principalmente no interior do estado, mas enfrentou decadência eleitoral em São Paulo ao longo da década de 1950.

Gráfico 27: Mutação Patrimonial da Secretaria de Agricultura



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

Ao olharmos o gráfico 27 sobre a evolução da Mutação Patrimonial da Secretaria de Agricultura, podemos visualizar diferenç a nos dois momentos do PSP no Palácio dos Campos Elíseos, com clara tendência decrescente entre 1947 e 1956, mas indefinição entre 1963 e 1965.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

Na Secretaria de Viação e Obras Públicas, analisamos a estrutura da pasta de forma consolidada e segregamos cinco componentes dela: (1) Transporte Ferroviário; (2) Transporte Rodoviário; (3) Energia elétrica; (4) Saneamento básico.

Table 61: Secretaria de Viação e Obras Públicas

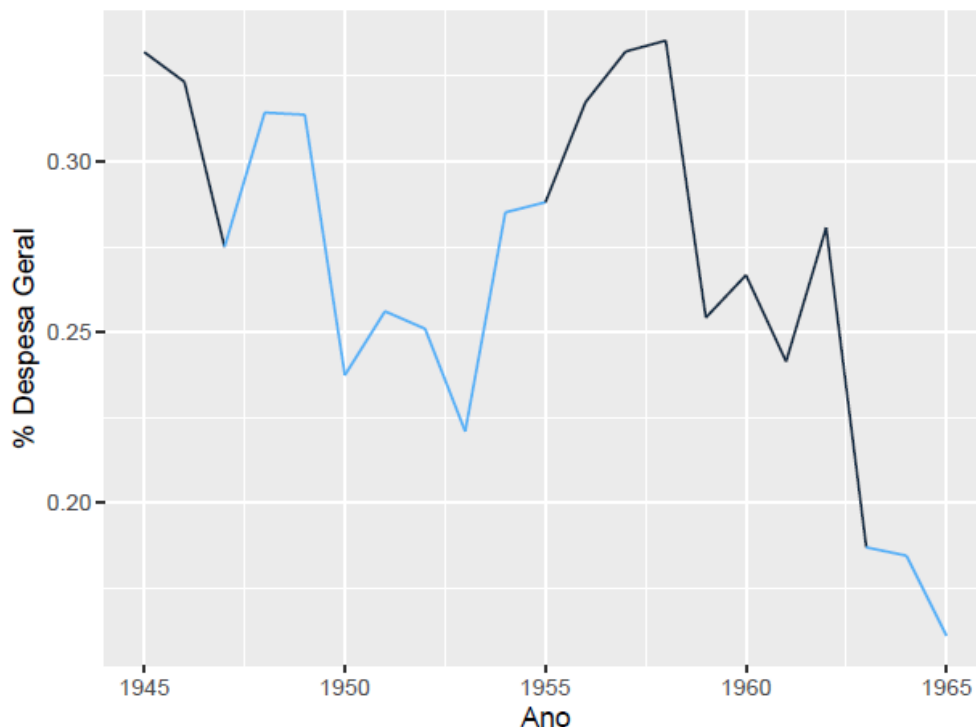
	Despesa na Secretaria		
	(1)	(2)	(3)
Governo Ademarista	-0.053** (0.020)		
Secretário Udenista		0.030 (0.023)	
Ano Eleitoral			-0.006 (0.025)
Constant	0.297*** (0.014)	0.259*** (0.014)	0.271*** (0.014)
Observations	21	21	21
<i>Note:</i>		*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Com as verbas da Secretaria em consolidado, testamos o impacto da coalizão no poder ser ademarista, para o que observamos correlação negativa de 5,3%.

Tais números conflitam com o discurso ademarista de que o líder dessa coalizão seria um administrador “tocador de obras”, pelo menos do ponto de vista de destinação orçamentária proporcional. Por outro lado, o fato da pasta (a de maior orçamento) ter sido comandada por udenistas durante maior parte da gestão janista e se manter como maior partido aliado depois da legenda do próprio governador nesses oito anos, são fatores relevantes para notar a influência da legenda dentro da coalizão anti-ademarista.

Na primeira metade do vintênio, os gastos na Secretaria de Obras tiveram tendência côncava com mínima no governo Garcez e, na segunda, convexa com máxima no governo Jânio Quadros. O orçamento da pasta se manteve maior do que qualquer outra, mas tendência de participação da área no orçamento estadual foi de contração ao longo do vintênio, como pode ser visto no gráfico 28 abaixo.

Gráfico 28: Secretaria de Obras



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

O maior tipo na composição da pasta é a despesa variável, que neste é principalmente o direcionamento de recursos para autarquias como o Departamento de Estradas de Rodagem.

Table 62: Despesa Efetiva Variável da Secretaria de Obras

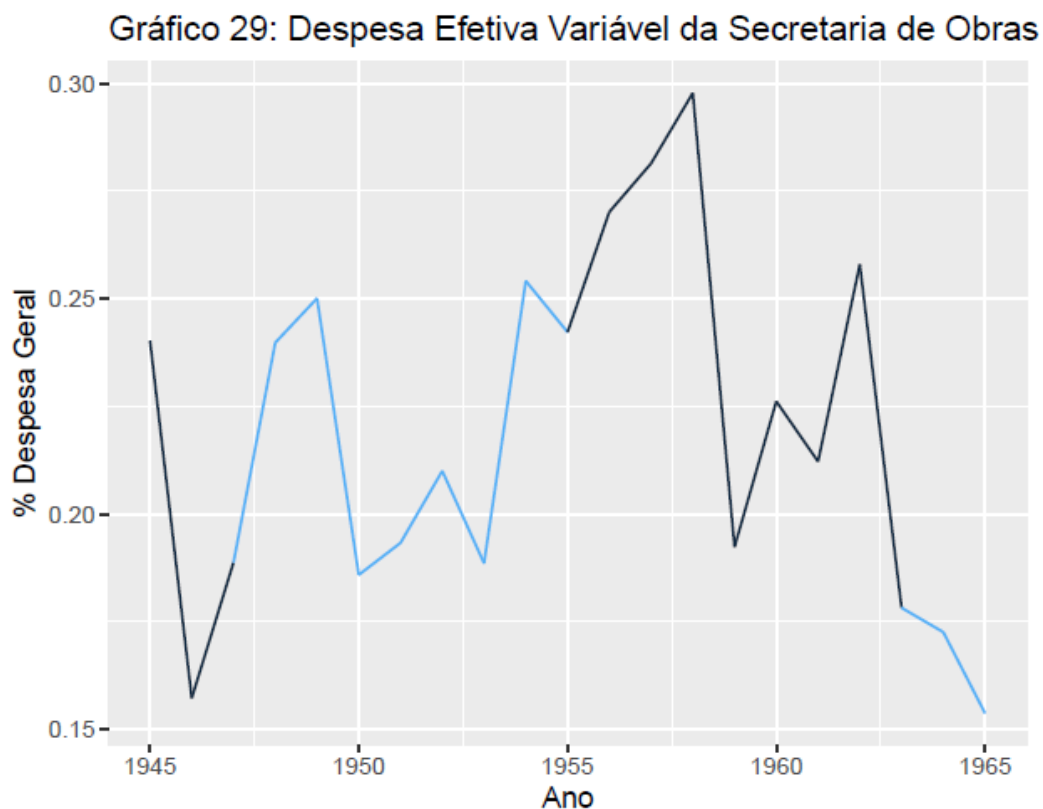
	Despesa Variável da Secretaria		
	(1)	(2)	(3)
Governo Ademarista	-0.036** (0.017)		
Secretário Udenista		0.044** (0.017)	
Ano Eleitoral			-0.016 (0.020)
Constant	0.238*** (0.012)	0.204*** (0.010)	0.223*** (0.011)
Observations	21	21	21

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Quando examinamos a destinação pelo recorte da despesa variável, fica demonstrado que o governo ser ademarista estaria associado com contração de

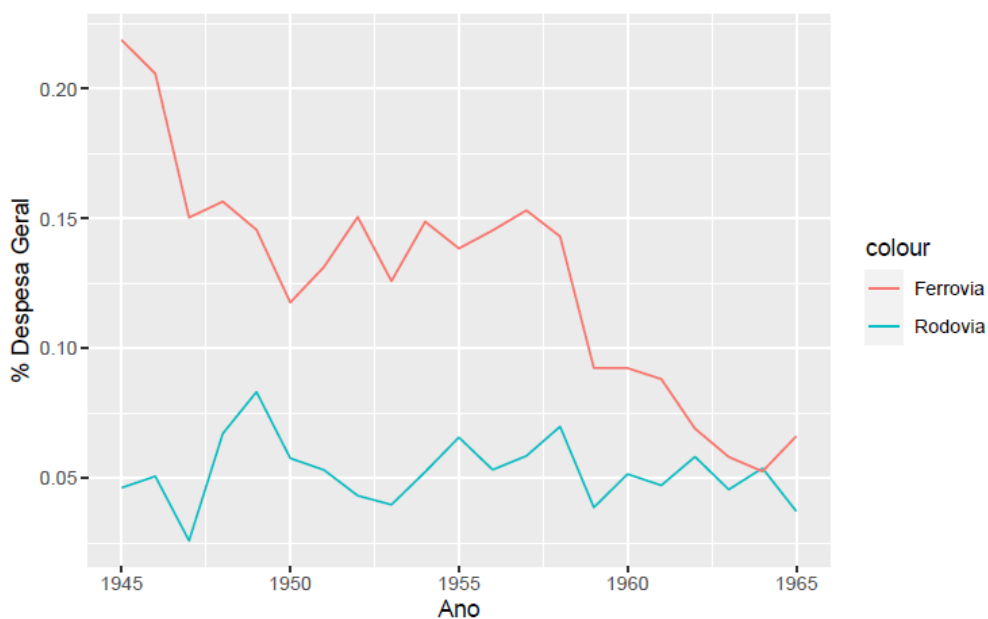
3,6% na destinação, enquanto havia elevação em 4,4% no caso em que o secretário era udenista.



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

Ao olharmos para o gráfico 29, podemos reparar mudanças de rota na destinação de recursos durante as transições de poder. Podemos ver corte nas leis orçamentárias elaboradas em 1950 (no último ano do segundo governo de Ademar de Barros para o primeiro ano de governo de Lucas Garcez), em 1955 (no primeiro de Jânio Quadros), em 1959 (no primeiro ano de Carvalho Pinto) e 1963 (primeiro ano do terceiro governo de Ademar de Barros).

Gráfico 30: Ferrovias vs Rodovias



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

As maiores destinações de recursos dentro da Secretaria de Viação e Obras Públicas eram para as ferrovias³⁶ e o Departamento de Estradas de Rodagem. Não encontramos nenhum resultado estatisticamente significativo para qualquer correlação entre o direcionamento para essas áreas e filiação partidária de tomadores de decisão. De forma que o que podemos afirmar o que aconteceu nesta seara durante o vintênio democrático foi uma multipartidária tendência de manter razoável constância na despesa com rodovias conciliada com crescente desinvestimento no transporte ferroviário.

Table 63: Despesa com Hidrelétricas

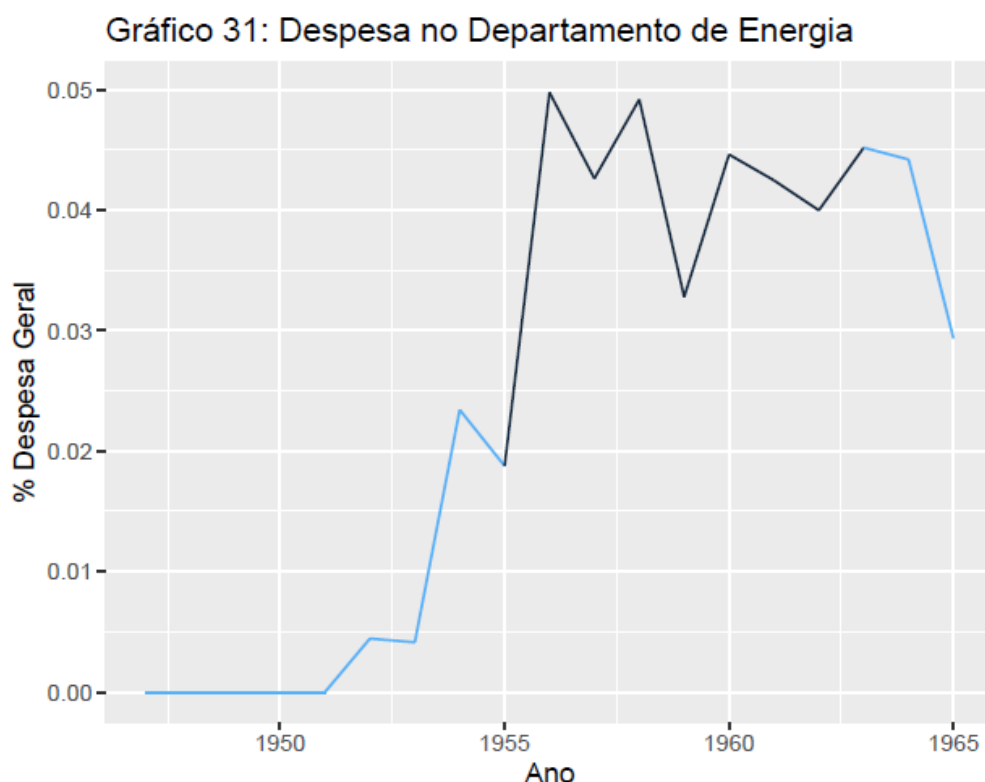
	Departamento de Águas e Energia	
	(1)	(2)
Governo Ademarista	-0.018** (0.008)	
Secretário Udenista		0.031*** (0.007)
Constant	0.032*** (0.006)	0.012*** (0.004)
Observations	21	21

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

³⁶ Cada estrada de ferro era uma autarquia própria. Só parte das ferrovias no estado de São Paulo eram estatais estaduais, naquele momento existindo também estatais federais e privadas. As ferrovias estatais estaduais paulistas no período eram as seguintes: Sorocabana, Araraquara, Campos do Jordão, São Paulo - Minas Gerais e Bragantina.

A participação financeira do governo estadual paulista na infraestrutura de energia elétrica começou em 1952, por iniciativa do então governador Lucas Garcez³⁷, mas se intensificou nos governos de Jânio Quadros e Carvalho Pinto, por isso verifica-se correlação positiva em 1,8% se o governo fosse anti-ademarista, acentuada para 3,1% quando o secretário era udenista, o que ocorreu em sete dos oito anos da gestão janista.

A escassez de energia elétrica era apontada como fator fundamental em uma desaceleração da industrialização paulista na década de 1950 (SÃO PAULO, 1959), o que implicou na construção de hidrelétricas como a de Urubupungá.



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944-1965

O gráfico 31 demonstra como a destinação à área duplicou durante o governo de Jânio Quadros, com cortes nos últimos anos de governo deste e de Ademar de Barros.

³⁷ Anos depois de deixar o governo estadual, Garcez foi presidente da Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) de 1966 a 1975 e da Companhia Elétrica de São Paulo (Eletropaulo) de 1979 a 1982

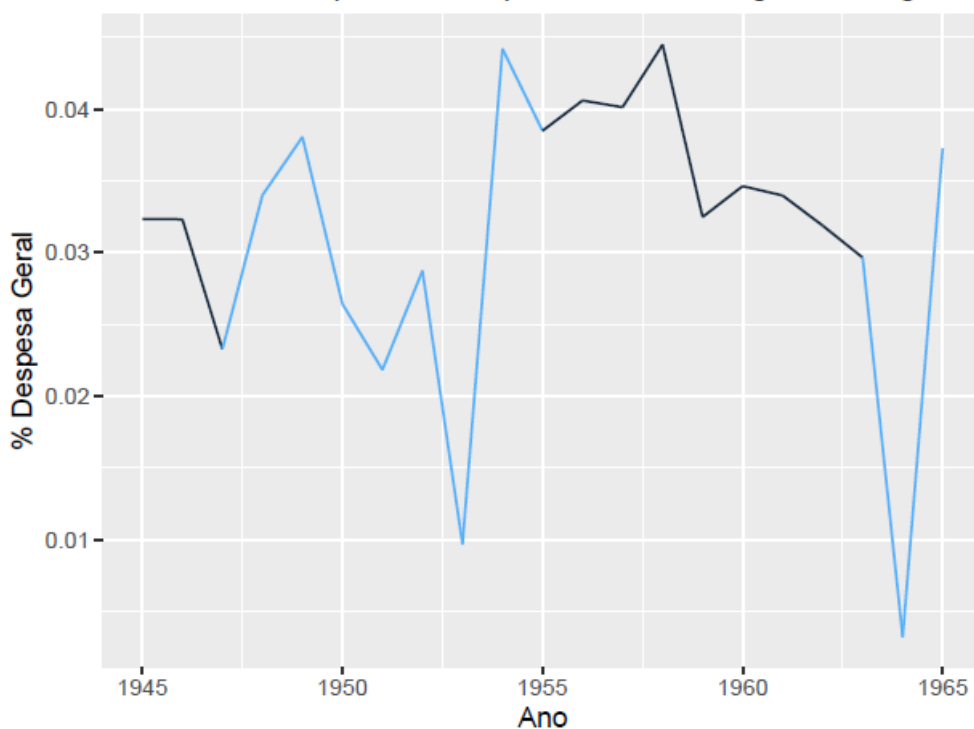
Table 64: Despesa com Saneamento Básico

	Departamento de Águas e Esgoto	
	(1)	(2)
Governo Ademarista	-0.009** (0.004)	
Secretário Udenista		0.008* (0.004)
Constant	0.036*** (0.003)	0.029*** (0.003)
Observations	21	21

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Assim como no caso das hidrelétricas, na destinação de recursos para saneamento básico vemos uma correlação negativa com a coalizão no poder ser ademarista, mas como pode se perceber no gráfico 32 a despesa nesta área começou a crescer durante o governo de Lucas Garcez e mantido durante as gestões de Jânio Quadros e Carvalho Pinto.

Gráfico 32: Despesa no Departamento de Águas e Esgoto



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo 1944–1965

No primeiro governo democrático da coalizão ademarista, a despesa com saneamento básico ficou em uma média de 2,82% das despesas, com elevação

para 3,7% nos dois governos seguintes, com encolhimento para média de 2,33% no último governo de Barros.

Considerações Finais

Neste trabalho oferecemos contribuição no estudo do desenvolvimento do Estado de São Paulo na Quarta República Brasileira utilizando instrumentos quantitativos e referenciais de economia política para observarmos a relação entre o sistema partidário e o orçamento público.

Investigamos o histórico dos partidos, quais foram suas bases eleitorais, alianças que fizeram e quais secretarias do governo estadual comandaram na promulgação de leis orçamentárias. Por meio de simples regressões de mínimos quadrados ordinários (OLS) procuramos apontar a relação entre a evolução de composição do orçamento público e as agremiações de que eram membros tomadores de decisão no Poder Executivo. Da pesquisa empírica destacamos os seguintes achados:

- Se confirma a narrativa janista de que seus adversários ademaristas impunham maiores déficits orçamentários, visto um impacto de 11,5% de aumento no déficit público em função do governo da vez ser ademarista, contraposta um déficit médio de 8,37% nos governos ademaristas e um superávit médio de 3,11% nos seus adversários;
- Entre os tipos de gastos na Secretaria de Educação, os executivos serem ligados ao PSP as despesas fixas na elevação em 4% da proporção em relação ao total das despesas, enquanto os ligados a UDN podem ser associados a crescimento de 4,1% nas despesas variáveis e os próximos do PDC em 1,4% no investimento;
- Alinhamento financeiro com o discurso Ademar de Barros de que sua realização política estaria ligada à saúde pública, seu grupo político encaminhou elevação nas verbas desta secretaria, enquanto seus adversários conduziram um contínuo decréscimo na destinação ao órgão;
- É verificável no dispêndio na Secretaria de Trabalho como ela seria utilizada como instrumento da atuação política do PSP junto ao operariado urbano no primeiro terço do período, com elevação de 3% da participação da pasta na despesa primária quando o partido chefiou a área. Plano frustrado quando

houve federalização na estrutura pública de amparo trabalhista no governo democrático de Getúlio Vargas para beneficiar, a partir do governo federal, a estratégia eleitoral do seu PTB;

- Em contradição ao discurso de Ademar de Barros como um político tocador de obras, seu grupo político no poder impactava negativamente em 5,3% de participação da Secretaria de Obras no gasto primário;
- Na participação estadual na construção de hidrelétricas, vemos correlação positiva em 3,1% em porcentagem do orçamento quando o Secretário de Obras era um udenista, assim como de 0,8% de investimento em saneamento básico.

Demonstramos como a diferenciação entre agremiações e suas respectivas bases eleitorais se fazia efetiva nas suas escolhas de políticas públicas refletidas através no mosaico orçamentário.

A partir do que encontramos nos dados, abrimos uma potencial agenda de pesquisa de utilização de instrumentos estatísticos e o orçamento público para análise da relação entre partidos políticos e conflito distributivo na história econômica brasileira.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5–38, 1988.
- ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
- ABREU, A. A. **PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 21 mar. 2021
- ABREU, M. DE P. CRISE, CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA, 1930-1945. Em: ABREU, M. DE P. (Ed.). **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ACEMOGLU, D. **Political Economy Lecture Notes**. [s.d.]. Disponível em: <<https://economics.mit.edu/files/8753>>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. Inefficient Redistribution. **American Political Science Review**, v. 95, n. 3, p. 649–661, set. 2001.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. De Facto Political Power and Institutional Persistence. **American Economic Review**, v. 96, n. 2, p. 325–330, maio 2006.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Por que as Nações Fracassam? As origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. [s.l.] Elsevier, 2012.
- ALDRICH, J. H. Political Parties in and out of Legislatures. Em: GOODIN, R. E. (Ed.). **The Oxford handbook of political science**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ALESINA, A. Credibility and Policy Convergence in a Two-Party System with Rational Voters. **The American Economic Review**, v. 78, n. 4, p. 796–805, 1988.
- ALESINA, A.; FAVERO, C.; GIAVAZZI, F. Effects of Austerity: Expenditure- and Tax-Based Approaches. **Journal of Economic Perspectives**, v. 33, n. 2, p. 141–162, maio 2019.
- ALESINA, A.; PEROTTI, R. Budget deficits and budget institutions. Em: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. VON (Eds.). **Fiscal Institutions and Fiscal Performance**. Chicago: The Chicago University Press, 1999a. p. 13–36.
- ALESINA, A.; PEROTTI, R. Budget deficits and budget institutions. Em: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. VON (Eds.). **Fiscal Institutions and Fiscal Performance**. Chicago: The Chicago University Press, 1999b. p. 13–36.
- ALESINA, A.; ROUBINI, N.; COHEN, G. D. **Political cycles and the macroeconomy**. [s.l.] MIT press, 1997.
- ALESINA, A.; SPEAR, S. E. An Overlapping Generations Model of Electoral Competition. **Pub. Econ**, v. 359, p. 361, 1988.
- ALESINA, A.; TABELLINI, G. Positive Theory of Fiscal Deficits and Government Debt. **The Review of Economic Studies**, v. 57, n. 3, p. 403–414, 1990.
- AMES, B. **The deadlock of democracy in Brazil**. Ann Arbor: University of Michigan

Press, 2001.

ANGELO, M. R. DE. **Les développeurs: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil.** [s.l.] Universidade de São Paulo, 2010.

ARROW, K. **Social Choice and Individual Values.** New York: John Wiley & Sons, 1963.

ASCHAUER, D. A. Tax rates, deficits, and intertemporal efficiency. **Public Finance Quarterly**, v. 16, n. 3, p. 374–384, 1988.

AXELROAD, ROBERT. **Conflict of interest.** Chicago: Markham, 1970.

BADGER, W. W. Political individualism, positional preferences, and optimal decision-rules. **Probability models of collective decision making**, p. 34–59, 1972.

BARBERA, S.; JACKSON, M. O. Choosing How to Choose: Self-Stable Majority Rules and Constitutions*. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 119, n. 3, p. 1011–1048, 1 ago. 2004.

BARR, R. R. Populists, Outsiders and Anti-Establishment Politics. **Party Politics**, v. 15, n. 1, p. 29–48, jan. 2009.

BARZEL, Y. Measurement cost and the organization of markets. **The Journal of Law and Economics**, v. 25, n. 1, p. 27–48, 1982.

BATES, R. H. Macropolitical economy in the field of development. Em: ALT, J. E.; SHEPSON, K. A. (Eds.). **Perspectives on positive political economy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BAUAB, J. D. A primeira eleição ao Parlamento paulistano pós-ditadura Vargas e o drama dos vereadores comunistas. Em: MANECHINI, L. C. (Ed.). **São Paulo na Tribuna: Primeira Legislatura (1948-1951).** São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. p. 25–48.

BAUMGARTNER, F. R.; LEECH, B. L. The Multiple Ambiguities of “Counteractive Lobbying”. **American Journal of Political Science**, v. 40, n. 2, p. 521–542, 1996.

BECKER, G. S. A Theory of Competition Among Pressure Groups for Political Influence. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 98, n. 3, p. 371–400, 1 ago. 1983.

BENEVIDES, M. V. O Velho PTB Paulista: Partido, Sindicato e Governo em São Paulo - 1945/1964. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 1, n. 17, p. 133–161, 1989.

BENEVIDES, M. V. **UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB.** Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>>. Acesso em: 21 mar. 2021

BENEVIDES, M. V. DE M. A UDN e o udenismo. n. Paz e terra, p. 23–59, 1981.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2004.

BISHIN, B. G. Estimating legislators’ preferences using background characteristics. **Journal of Political Ideologies**, v. 11, n. 3, p. 309–334, 1 out. 2006.

BLAIS, A.; NADEAU, R. The electoral budget cycle. **Public choice**, v. 74, n. 4, p. 389–403, 1992.

BORCHERDING, T. E.; BUSH, W. C.; SPANN, R. M. The effects of public spending on the divisibility of public outputs in the consumption, bureaucratic power and the size of the tax-sharing group. Em: BORCHERDING, T. E. (Ed.). **Budgets and**

Bureaucrats: The sources of government growth. Durham: Duke University, 1977. p. 211–228.

BORCHERDING, T. E.; SPANN, R.; BUSH, W. C. **The effects on public spending of the divisibility of public outputs in consumption, bureaucratic power and the size of the tax-sharing group.** [s.l.] Department of Economics and Commerce, Simon Fraser University, 1974.

BRASIL, C. DO G. P. DA R. DOS E. U. DO. DECRETO 21.076. DECRETO N° 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932. . 1932.

BRASIL, R. DOS E. U. DO. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. . 28 maio 1945.

BRÄUNINGER, T. A Partisan Model of Government Expenditure. **Public Choice**, v. 125, p. 409-429, 2005.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. Political Budget Cycles in New Versus Established Democracies. **Journal of Monetary Economics**, v. 52, p. 1271-1295, 2005.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. **Do Leaders Affect Government Spending Priorities?** [s.l.] National Bureau of Economic Research, 17 set. 2009.

BRETON, A.; GALEOTTI, G. Is proportional representation always the best electoral rule? **Public Finance= Finances publiques**, v. 40, n. 1, p. 1–16, 1985.

BUCHANAN, J. M. **Public principles of public debt: a defense and restatement.** [s.l.] RD Irwin Homewood, IL, 1958.

BUCHANAN, J. M. **The demand and supply of public goods.** [s.l.] Rand McNally Chicago, 1968. v. 5

BUCHANAN, J. M. **Politics as public choice.** Indianapolis: Liberty Fund, 2000.

BUCHANAN, J. M. **Public finance in democratic process: Fiscal institutions and individual choice.** [s.l.] UNC Press Books, 2014.

BUCHANAN, JAMES M. **Democracy in Deficit: The Political Legacy of Lord Keynes.** [s.l.] Liberty Fund, 1999.

BUSETTO, Á. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas.** São Paulo: Unesp, 2001.

BUTLER, E. **Escolha pública: um guia.** São Paulo: Bunker Editorial, 2015.

CALDEIRA, J. **História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos.** [s.l.] Sextante, 2017.

CALICCHIO, V. **ATOS INSTITUCIONAIS** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB.** Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>.
Acesso em: 23 mar. 2021

CARDOSO, F. H. Partidos e Deputados em São Paulo: O voto e a representação política. Em: CARDOSO, F. H.; LAMOUNIER, B. (Eds.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1975. p. 45–74.

CHAIA, V. **Liderança política de Janio Quadros, 1947 a 1990.** São Paulo: Humanidades, 1992.

CHALOUB, J. G. DE S. A economia política dos bacharéis udenistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1–18, 2017.

CHANDLER, W. M.; CHANDLER, M. A. Federalism and political parties. **European Journal of Political Economy**, v. 3, n. 1–2, p. 87–109, jan. 1987.

COATE, S.; MORRIS, S. On the Form of Transfers to Special Interests. **Journal of**

Political Economy, v. 103, n. 6, p. 1210–1235, dez. 1995.

CODATO, A. The formation of a professional political field in Brazil: a hypothesis developed from a case study of São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 89–105, 2008.

CODATO, A. Intervenção estatal, centralização política e reforma burocrática: o significado dos Departamentos Administrativos no Estado Novo. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 3, p. 321–339, 2011.

COLISTETE, R. P. A força das idéias: a CEPAL e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950. **História Econômica & História de Empresas**, v. 10, p. 123–153, 2006.

COPPEDGE, M. The Dynamic Diversity of Latin American Party Systems. **Party Politics**, v. 4, n. 4, p. 547–568, 1998.

COPPEDGE, M. Political Darwinism in Latin America's Lost Decade. Em: DIAMOND, L.; GUNTHER, R. (Eds.). **Political parties and democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

CORREIO PAULISTANO. O Trem de Andatuba. **Correio Paulistano**, p. 4, 26 maio 1953.

CORREIO PAULISTANO. Articulação pelo governador paulista da candidatura de Prestes Maia. **Correio Paulistano**, p. 3, 1 out. 1954.

CORREIO PAULISTANO. Adesão republicana amplia a corrente situacionista. **Correio Paulistano**, p. 3, 17 fev. 1963.

COTTA, L. C. V. **ADHEMAR DE BARROS (1901 – 1969): A ORIGEM DO “ROUBA, MAS FAZ”**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

CUSACK, T. R. Partisan politics and public finance: Changes in public spending in the industrialized democracies, 1955–1989. **Public Choice**, v. 91, p. 375–395, 1997.

DE WINTER, L. Parties into government: Still many puzzles. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 175–188.

DEMSETZ, H. Amenity potential, indivisibilities and political competition. Em: ALT, J. E.; SHEPSLE, K. A. (Eds.). **Perspectives on positive political economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 144–160.

DEMSETZ, H. Toward a Theory of Property Rights. Em: GOPALAKRISHNAN, C. (Ed.). **Classic Papers in Natural Resource Economics**. London: Palgrave Macmillan UK, 2000. p. 163–177.

DESCHOUWER, K. Political parties as multi-level organizations. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 291–300.

DESPOSATO, S. W. Legislative Politics in Authoritarian Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 287, maio 2001.

DESPOSATO, S. W. The Impact of Federalism on National Party Cohesion in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 259–285, maio 2004.

DINIZ, C. A.; DE SOUZA, R. F. A colaboração dos municípios na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo (1930-1964). **Cadernos de História da Educação**, n. 1, p. 93–121, 2019.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DRAKE, P. W. **Comment**. 1990.

EASTON, D. An Approach to the Analysis of Political Systems. **World Politics**, v. 9, n. 3, p. 383–400, 1957.

ELGIE, R.; MCMENAMIN, I. Political fragmentation, fiscal deficits and political institutionalisation. **Public Choice**, v. 136, p. 255–267, 2008.

FARIA, A. A. DA C. **PARTIDO AGRARIO NACIONAL** (C. J. de Paula, F.

Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011a. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-agrario-nacional>>. Acesso em: 21 mar. 2021

FARIA, A. A. DA C. **PARTIDO POPULAR SINDICALISTA (PPS)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011b. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-popular-sindicalista-pps>>. Acesso em: 21 mar. 2021

FARIA, A. A. DA C. **PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP- 1945)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011c. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-progressista-prp-1945>>. Acesso em: 21 mar. 2021

FARIA, A. A. DA C. **PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP- 1946)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011d. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-progressista-psp-1946>>. Acesso em: 21 mar. 2021

FARIA, V. As eleições de 1974 no estado de São Paulo: Uma análise das variações inter-regionais. Em: **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1975. p. 205–242.

FERNANDES, J. L. M. Partidos políticos nas arenas governamental e eleitoral: uma aproximação teórica via escolha racional / Political parties at governmental and electoral arenas: a theoretical approach via rational choice. **Agenda Política**, v. 4, n. 2, p. 242–275, 8 out. 2016.

FERREIRA, J. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX**, n. 1, p. 147–181, 2013.

FERREIRA, M. DE M. **GOULART, JOÃO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011a. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 20 abr. 2020

FERREIRA, M. DE M. **PARTIDO PROLETARIO DO BRASIL (PPB)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011b. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-proletario-do-brasil-ppb>>. Acesso em: 21 mar. 2021

FERREIRA, M. DE M. **PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA (PST- 1947-1965)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011c.

Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-trabalhist-a-pst-1947-1965>>. Acesso em: 21 mar. 2021

FERREIRA, M. DE M. **PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (1947-1965)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011d. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialista-brasileiro-1947-1965>>. Acesso em: 22 mar. 2021

FERREIRA, M. DE M. **PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (1945-1965)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011e. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>>. Acesso em: 15 abr. 2020

FERREIRA, M. DE M. **PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011f. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-nacional-ptn>>. Acesso em: 21 mar. 2021

FERREIRA, M. DE M.; FLAKSMAN, D. **PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (1945)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-1945>>. Acesso em: 21 mar. 2021

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 303–344, 2002.

FRENCH, J. D. Workers and the rise of adhemarista populism in Sao Paulo, Brazil, 1945-47. **The Hispanic American Historical Review**, v. 68, n. 1, p. 1–43, 1988.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. A. **Economia brasileira contemporânea**. [s.l.] Elsevier, Editora Campus, 2005.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. A. **Economia brasileira contemporânea**. [s.l.: s.n.].

GLASGOW, G.; GOLDBERGER, M.; GOLDBERGER, S. N. Who “Wins”? Determining the Party of the Prime Minister. **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 4, p. 937–954, 2011.

GLAZER, A. Ideological externalities, social pressures, and political parties. **Public Choice**, v. 144, p. 53–62, 2010.

GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Electoral Competition and Special Interest Politics. **The Review of Economic Studies**, v. 63, n. 2, p. 265–286, 1 abr. 1996a.

GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Electoral Competition and Special Interest Politics. **The Review of Economic Studies**, v. 63, n. 2, p. 265–286, 1 abr. 1996b.

GRZYMALA-BUSSE, A. Beyond Clientelism: Incumbent State Capture and State Formation. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 4–5, p. 638–673, abr. 2008.

HAMLIN, A.; JENNINGS, C. Group Formation and Political Conflict: Instrumental and Expressive Approaches. **Public Choice**, v. 118, p. 413–435, 2004.

HAROLD, D. Toward a theory of property rights. **American Economic Review**, v. 57, n. 2, p. 347–359, 1967.

HELLMAN, J.; KAUFMANN, D. Confronting the challenge of state capture in transition economies. **Finance and Development**, v. 38, n. 3, p. 31–35, 2001.

HERBST, J. Economic incentives, natural resources and conflict in Africa. **Journal of African Economies**, v. 9, n. 3, p. 270–294, 1 out. 2000.

HERSHEY, M. R. Political parties as mechanisms of social choice. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 75–88.

HIPÓLITO, L. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIPÓLITO, L. **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD-1945-1965)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>>. Acesso em: 21 mar. 2021

HOJNACKI, M.; KIMBALL, D. C. Organized Interests and the Decision of Whom to Lobby in Congress. **The American Political Science Review**, v. 92, n. 4, p. 775–790, 1998.

IPEA. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

KALT, J. P.; ZUPAN, M. A. The apparent ideological behavior of legislators: Testing for principal-agent slack in political institutions. **The Journal of Law and Economics**, v. 33, n. 1, p. 103–131, 1990.

KATZ, R. S. Party in democratic theory. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 34–46.

KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. **Handbook of Party Politics**. [s.l.] SAGE, 2005.

KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (EDS.). **Handbook of party politics**. London ; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2006.

KAUFMAN, R. R.; STALLINGS, B. The political economy of Latin American populism. Em: **The macroeconomics of populism in Latin America**. Chicago: The Chicago University Press, 1991. p. 15–43.

KELLER, V. **CAFE FILHO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-cafe-filho>>. Acesso em: 23 mar. 2021

KELLER, V. **SOARES, JOSE CARLOS DE MACEDO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo>>. Acesso em: 21 mar. 2021

KEMAN, H. Political and government: features in governing in representative democracies. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 160–174.

KNEEBONE, R.; MCKENZIE, K. Electoral and Partisan Cycles in Fiscal Policy: An Examination of Canadian Provinces. **International Tax and Public Finance**, v. 8, p. 753–774, 2001.

KONTOPOULOS, Y.; PEROTTI, R. Government fragmentation and fiscal policy outcomes: Evidence from OECD countries. Em: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. VON

(Eds.). **Fiscal Institutions and Fiscal Performance**. Chicago: The Chicago University Press, 1999. p. 81–102.

KORNIS, M. **COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES (CGT)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-geral-dos-trabalhadores-cgt>>. Acesso em: 9 ago. 2020

KORNIS, M. **CONFEDERACAO DOS TRABALHADORES DO BRASIL (CTB)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-dos-trabalhadores-do-brasil-ctb>>. Acesso em: 21 mar. 2021

KORNIS, M. **MOVIMENTO UNIFICADOR DOS TRABALHADORES (MUT)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-unificador-dos-trabalhadores-mut>>. Acesso em: 21 mar. 2021

KRAMER, G. H. A dynamical model of political equilibrium. **Journal of Economic Theory**, v. 16, n. 2, p. 310–334, 1977.

KREPS, D. M.; ALT, J. E.; SHEPSLE, K. A. Perspectives on positive political economy. **Corporate culture and economic theory**, 1990.

LAMOUNIER, B. Comportamento eleitoral em São Paulo: Passado e Presente. Em: CARDOSO, F. H.; LAMOUNIER, B. (Eds.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1975. p. 15–44.

LANGBEIN, L. I. PACs, lobbies and political conflict: The case of gun control. **Public Choice**, v. 77, n. 3, p. 551–572, 1993.

LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo, 1991.

LAVER, M.; SCHOFIELD, N. **Multiparty Government: The Politics of Coalition in Europe**. [s.l.] University of Michigan Press, 1998.

LAWSON, K. (ED.). **Political parties and linkage: a comparative perspective**. New Haven: Yale University Press, 1980.

LEAL, C. E. **MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-trabalhista-renovador-mtr>>. Acesso em: 21 mar. 2021

LEAL, C. E. **PARTIDO DE REPRESENTACAO POPULAR (PRP)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp>>. Acesso em: 21 mar. 2021

LEAL, C. E. **PARTIDO REPUBLICANO (PR)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC -

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011c. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-pr>
 . Acesso em: 21 mar. 2021

LEMOS, R. **FERRARI, FERNANDO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferrari-fernando>.
 Acesso em: 21 mar. 2021

LEVINE, M. E.; PLOTT, C. R. Agenda influence and its implications. **Virginia Law Review**, p. 561–604, 1977.

LIMA JR., O. B. **Partidos políticos brasileiros. A experiência federal e regional: 1945-64**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

LIMA JR., O. B. **ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA)** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-renovadora-nacional-arena>. Acesso em: 23 mar. 2021

LIMONGI, F. O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos. **Boletim Informativo Bibliográfico**, n. 37, p. 3–38, 1994.

LIMONGI, F. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos Cebrap**, v. 76, p. 17–41, 2006.

LUEBBERT, G. M. A Theory of Government Formation - GREGORY M. , 1984. **Comparative Political Studies**, v. 17, n. 2, p. 229–264, 1984.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. (EDS.). **Building democratic institutions: party systems in Latin America**. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1995.

MAIR, P. Party system change. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 63–73.

MANFFRÉ, D. C. **A seleção de candidatos Arenistas ao Governo de São Paulo: procedimento inclusivo ou exclusivo?** . Em: SEMANA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA: RESEMPENSANDO A TRAJETÓRIA DO ESTADO BRASILEIRO. São Carlos, 2014.

MARCUCCI, R. **Carvalho Pinto: em ritmo de hoje**. São Paulo: OESP, 1987.

MARSHALL, D. Explaining Interest Group Interactions with Party Group Members in the European Parliament: Dominant Party Groups and Coalition Formation. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, v. 53, n. 2, p. 311–329, 2015.

MATTOZZI, A.; SNOWBERG, E. The right type of legislator: A theory of taxation and representation. **Journal of Public Economics**, v. 159, p. 54–65, 1 mar. 2018.

MAYER, J. M. **ANDRADE, AURO MOURA** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011a. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/auro-soares-de-moura-andrade>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **BARRETO, PLÍNIO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011b.

Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barreto-plinio>>.

Acesso em: 30 mar. 2020

MAYER, J. M. **BARROS, ADEMAR DE** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011c.

Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **CARLOS, EMILIO** **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011d. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/emilio-carlos-kyrillos>>.

Acesso em: 25 maio. 2020

MAYER, J. M. **GARCEZ, LUCAS NOGUEIRA** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011e.

Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/garcez-lucas-nogueira>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **LOUREIRO JUNIOR, JOSE** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011f.

Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/loureiro-junior-jose>>.

Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **MARREY JUNIOR, JOSE ADRIANO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011g. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marrey-junior-jose-adriano>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **MATOS, LINO DE** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011h.

Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juvenal-lino-de-matos>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **MOREIRA, FROTA** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011i.

Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-artur-da-frota-moreira>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **NOGUEIRA, JOSE BONIFACIO COUTINHO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011j. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nogueira-jose-bonifacio>>

o-coutinho>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **NOVELLI JUNIOR, LUIS GONZAGA** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011k. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/novelli-junior-luis-gonzaga>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRATICO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011l. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-democratico>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **PARTIDO REPUBLICANO TRABALHISTA (PRT)** **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011m. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-trabalhista-prt>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **PARTIDO RURAL TRABALHISTA (PRT)** **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011n. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-rural-trabalhista-prt>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M. **PAZ, Porfírio da** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011o. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-porfirio-da-paz>>. Acesso em: 15 abr. 2020

MAYER, J. M. **PINTO, CARVALHO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011p. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-alberto-alves-d-e-carvalho-pinto>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M.; CARDOSO, E. D. **SODRE, ABREU** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. [s.l.] CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-costa-de-abreu-sodre>>. Acesso em: 22 mar. 2021

MAYER, J. M.; COSTA, M. **BORGHI, HUGO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/borghi-hugo>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M.; DEZOUZART, E. **NATEL, LAUDO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/natel-laudo>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M.; MONTEIRO, M. C.; ALDÉ, L. **MONTORO, FRANCO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/andre-franco-montoro>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MAYER, J. M.; XAVIER, L. **QUADROS, JANIO** **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>>. Acesso em: 21 mar. 2021

MCGANN, A. J. The advantages of ideological cohesion: A model of constituency representation and electoral competition in multi-party democracies. **Journal of Theoretical Politics**, v. 14, n. 1, p. 37–70, 2002.

MCKELVEY, R. D.; ORDESHOOK, P. C. Symmetric spatial games without majority rule equilibria. **The American Political Science Review**, v. 70, n. 4, p. 1172–1184, 1976.

MESQUITA, M. M. C. Inflação, estagnação e ruptura 1961-1964. Em: ABREU, M. DE P. (Ed.). **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MILÉO, M. **Influências do socialismo democrático europeu e do estado de bem-estar social na militância do partido socialista brasileiro, 1945-1950**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

MUELLER, D. C. The growth of government: A public choice perspective. **Staff papers**, v. 34, n. 1, p. 115–149, 1987.

MUELLER, D. C. **Public choice III**. [s.l.] Cambridge University Press, 2003.

MUELLER, D. C.; MURRELL, P. Interest groups and the political economy of government size. Em: FORTE, FRANCESCO; PEACOCK, ALAN (Eds.). **Public expenditure and government growth**. Oxford: Basil, 1985. p. 13–36.

MÜLLER, W. Party patronage and party colonization of the state. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 189–195.

NETTO, A. D. **Entrevista concedida a Felipe Ferreira**. , 9 abr. 2017.

NICOLAU, J. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **Dados**, v. 47, n. 1, p. 85–129, 2004.

NISKANEN, WILLIAM A. **Bureaucracy and representative government**. Chicago: Aldine-Atherton, 1971.

NORTH, D. C. **Structure and change in economic history**. [s.l.] Norton, 1981.

NORTH, D. C. Institutions and a transaction-cost theory of exchange. Em: ALT, J. E.; SHEPSLE, K. A. (Eds.). **Perspectives on positive political economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 182–194.

NORTH, D. C.; WALLIS, J. J. American government expenditures: a historical perspective. **The American economic review**, v. 72, n. 2, p. 336–340, 1982.

NORTH, D. C.; WEINGAST, B. R. Constitutions and Commitment: The Evolution of

Institutions Governing Public Choice in Seventeenth-Century England. **The Journal of Economic History**, v. 49, n. 4, p. 803–832, 1989a.

NORTH, D. C.; WEINGAST, B. R. Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England. **The journal of economic history**, v. 49, n. 4, p. 803–832, 1989b.

O ESTADO DE S. PAULO. Espera-se unanimidade na eleição do novo presidente do PTB. **O Estado de S. Paulo**, p. 3, 20 mar. 1952.

O ESTADO DE S. PAULO. O PSD de S. Paulo deverá definir hoje sua posição para as próximas eleições. **O Estado de S. Paulo**, p. 4, 8 maio 1958a.

O ESTADO DE S. PAULO. A visita de Carvalho Pinto transformou-se em comício. **O Estado de S. Paulo**, p. 6, 18 set. 1958b.

OATES, W. E. On the nature and measurement of fiscal illusion: A survey. Em: BRENNAN, G. (Ed.). **Taxation and fiscal federalism: Essays in honour of Russell Matthews**. Canberra: Australian National University Press, 1988. p. 65–82.

OLSON, M. **The logic of collective action**. [s.l.: s.n.].

OLSON, M. Collective action. Em: **The invisible hand**. [s.l.] Springer, 1989. p. 61–69.

OLSON, M. Toward a unified view of economics and the other social sciences. Em: ALT, J. E.; SHEPSLE, K. A. (Eds.). **Perspectives on positive political economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 212–231.

ORDESHOOK, P. C. The emerging discipline of political economy. Em: ALT, J. E.; SHEPSLE, K. A. (Eds.). **Perspectives on positive political economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 9–30.

ORENSTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, A. C. Democracia com desenvolvimento 1956-1961. Em: ABREU, M. DE P. (Ed.). **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

OTJES, S.; RASMUSSEN, A. The collaboration between interest groups and political parties in multi-party democracies: Party system dynamics and the effect of power and ideology. **Party Politics**, v. 23, n. 2, p. 96–109, 1 mar. 2017.

PANTOJA, S. **COSTA, FERNANDO** (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-sousa-costa>>. Acesso em: 21 mar. 2021

PAPPAS, T. S. Patrons Against Partisans: The Politics of Patronage in Mass Ideological Parties. **Party Politics**, v. 15, n. 3, p. 315–334, maio 2009.

PCB. **A que o Partido Comunista do Brasil se propõe realizar**. , 1945a. Disponível em:
<https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/pcb/arquivos/peticaoInicial.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2020

PCB. **Secretariado Nacional do Partido Comunista do Brasil**. , 1945b. Disponível em:
<https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/pcb/arquivos/SecretariadoNacional.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2020

PDC. **Diretório Central Provisório**. , 1946. Disponível em:
<https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/pdc/arquivos/diretorioHinoPartido.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020

PELIZZO, R.; BABONES, S. The Political Economy of Polarized Pluralism. **Party**

Politics, v. 13, n. 1, p. 53–67, 1 jan. 2007.

PELTZMAN, S. An economic interpretation of the history of congressional voting in the twentieth century. **The American Economic Review**, v. 75, n. 4, p. 656–675, 1985.

PENNINGTON, M. **How Ideas Govern Public Life: A Conversation with Mark Bevir**. : Governance Podcast., [s.d.]. Disponível em: <<https://csgs.kcl.ac.uk/podcast/how-ideas-govern-public-life-a-conversation-with-mark-bevir/>>. Acesso em: 14 maio. 2019

PERES, P.; CONCEIÇÃO, B. Partido dominante ou multipartidarismo moderado?: Testando uma hipótese consolidada sobre o sistema partidário de São Paulo (1945-1964). **Paraná Eleitoral**, v. 6, n. 2, p. 161–188, 2017.

PERSSON, T.; ROLAND, G.; TABELLINI, G. Electoral Rules and Government Spending in Parliamentary Democracies. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 2, n. 2, p. 155–188, 4 maio 2007.

PINHO NETO, D. M. DE. O INTERREGNO CAFÉ FILHO, 1954-1955. Em: ABREU, M. DE P. (Ed.). **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PINTO, C. **Problemas Nacionais**. Brasília: Senado Federal, 1974.

PINTO, M. R. **O perfil feminino no integralismo no Brasil pela revista Anauê!: o pertencimento à família integralista (1935-1937)**. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.

POMMEREHNE, W. W. **Institutional approaches to public expenditures: Empirical evidence from Swiss municipalities**. [s.l.] Diskussionsbeiträge, 1976.

POMMEREHNE, W. W.; FREY, B. S. Two approaches to estimating public expenditures. **Public Finance Quarterly**, v. 4, n. 4, p. 395–407, 1976.

POOLE, K. T.; ROMER, T. Patterns of political action committee contributions to the 1980 campaigns for the United States House of Representatives. **Public Choice**, v. 47, n. 1, p. 63–111, 1985.

POTERBA, JAMES M.; HAGEN, JURGEN VON (EDS.). **Fiscal Institutions and Fiscal Performance**. Chicago: The Chicago University Press, 1999.

PR. **Estatuto**. , 1945a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/p_republicano/arquivos/estatutos.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2020

PR. **Programa**. , 1945b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/p_republicano/arquivos/programa.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2020

PRD. **Estatutos**. , 1945. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/prt/arquivos/estatutos.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020

PRP. **Programa do Partido de Representação Popular**. , 1945. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/prp/arquivos/programa.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020

PSB. **Diretoria da Esquerda Democrática**. , 1945a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/psb/arquivos/DIRETORIA.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020

PSB. **Manifesto da Esquerda Democrática**. , 1945b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/psb/arquivos/MANIFESTO.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020

PSD. **Membros da Comissão Diretora do Partido Social Democrático**. , 1945a.

Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/psd/arquivos/membrosDiretorio.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020

PSD. **Programa do Partido Social Democrático**. , 1945b. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/psd/arquivos/programaDoPartido.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2020

PSP. **Diretório Nacional do Partido Social Progressista**. , 1946a. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/psprogressista/arquivos/DIRETORIO_NACIONAL.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020

PSP. **Programa do Partido Social Progressista**. , 1946b. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/psprogressista/arquivos/PROGRAMA.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020

RAMOS, P. DE A. **CHAPA UNICA POR SAO PAULO UNIDO** (C. J. de Paula, F.

Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011a. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/chapa-unica-por-sao-paulo-unido>>. Acesso em: 21 mar. 2021

RAMOS, P. DE A. **PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA (PRP)** (C. J. de Paula, F.

Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011b.

RAMOS, P. DE A. **UNIÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (UDB)** (C. J. de Paula, F.

Lattman-Weltman, Eds.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2011c.

Repositório de Dados Eleitorais.

RIBEIRO, A. S. **Deputado Fauze Carlos**. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=329352>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

RIKER, W. H. **The theory of political coalitions**. [s.l.] Yale University Press, 1962.

RIKER, W. H. Political Science and rational choice. Em: ALT, J. E.; SHEPSLE, K. A. (Eds.). **Perspectives on positive political economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 163–181.

ROBERT, A. Conflict of interest. **Chicago: Markham**, 1970.

ROBERTS, R. **Alberto Alesina on Fiscal Policy and Austerity**. : EconTalk., [s.d.].

Disponível em:

<<https://www.econtalk.org/alberto-alesina-on-fiscal-policy-and-austerity/>>. Acesso em: 14 maio. 2019a

ROBERTS, R. **Bruce Bueno de Mesquita on the Political Economy of Power**. :

EconTalk., [s.d.]. Disponível em:

<<https://www.econtalk.org/the-political-economy-of-power/>>. Acesso em: 14 maio. 2019b

ROBERTS, R. **Michael Munger on Private and Public Rent-Seeking (and Chilean Buses)**. : EconTalk., [s.d.]. Disponível em:

<<https://www.econtalk.org/munger-on-private-and-public-rent-seeking-and-chilean-buses/>>. Acesso em: 14 maio. 2019c

ROBINSON, J. A.; VERDIER, T. The Political Economy of Clientelism. **The Scandinavian Journal of Economics**, v. 115, n. 2, p. 260–291, abr. 2013.

ROUBINI, N.; SACHS, J. D. Political and economic determinants of budget deficits in

the industrial democracies. **European Economic Review**, v. 33, n. 5, p. 903–933, 1989.

RUSSELL, BERTRAND. **Power**. Nova Iorque: Morton, [s.d.].

SAMPAIO, R. Adhemar de Barros e o PSP. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 1, p. 55–57, 1984.

SANTOS, W. G. DOS. **O Cálculo do Conflito: Estabilidade e Crise na Política Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SÃO PAULO, A. L. DO E. DE. **Presidentes da Assembleia**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/institucional/assembleia/historia-da-alesp/presidentes-da-assembly/>>.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto-Lei nº 15.286. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado, para o exercício de 1946. . 12 nov. 1945.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto-Lei nº 16.360. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1947. . 29 nov. 1946.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 14. Aprova o Orçamento do Estado para o exercício de 1948. . 22 nov. 1947.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 186. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1949. . 13 nov. 1948.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 514. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1950. . 22 nov. 1949.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 852. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1951. . 21 nov. 1950.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 1.298. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1952. . 16 nov. 1951.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 1.875. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1953. . 13 nov. 1952.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 2.382. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1954. . 24 nov. 1953.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 2.787. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1955. . 18 nov. 1954.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 3.240. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1956. . 11 nov. 1955.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 3.595. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1957. . 14 nov. 1956.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 4.368. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado pra o exercício de 1958. . 13 nov. 1957 a.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 30.600. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ARARAQUARA, PARA O EXERCÍCIO DE 1958. . 30 dez. 1957 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.452. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ARARAQUARA, PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 30 dez. 1957 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 30.599. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS, PARA O EXERCÍCIO DE 1958. . 30 dez. 1957 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 30.598. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA PARA O EXERCÍCIO DE 1958. . 30 dez. 1957 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 30.591. APROVA O ORÇAMENTO DA

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIO CLARO, PARA O EXERCÍCIO DE 1958. . 30 dez. 1957 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 30.688. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PIRACICABA, PARA O EXERCÍCIO DE 1958. . 17 jan. 1958 a.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 30.707. APROVA O ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA O EXERCÍCIO DE 1958. . 18 jan. 1958 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.188. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE PRUDENTE. . 12 maio 1958 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 33.659. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA, PARA O EXERCÍCIO DE 1958. . 19 set. 1958 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 4.960. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1959. . 18 nov. 1958 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.222. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 12 dez. 1958 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.138. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, para o exercício financeiro de 1960. . 12 dez. 1958 g.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.246. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS, PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 17 dez. 1958 h.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.333. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIO CLARO, PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 26 dez. 1958 i.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.363. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ARAÇATUBA PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 27 dez. 1958 j.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 30.688. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PIRACICABA PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 27 dez. 1958 k.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.365. APROVA O ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 27 dez. 1958 l.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.387. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. . 29 dez. 1958 m.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.442. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 31 dez. 1958 n.

SÃO PAULO, G. DO E. **PAGE - Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial, , 1959a.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.532. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PARA O EXERCÍCIO DE 1959. . 16 jan. 1959 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.870. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO. . 24 abr. 1959 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.038. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO PARA O EXERCÍCIO DE 1960. . 24 abr. 1959 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.476. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA. . 1 set. 1959 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.483. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE PRUDENTE. . 1 out. 1959 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 5.443. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1960. . 16 nov. 1959 g.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.048. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PIRACICABA, PARA O EXERCÍCIO DE 1960. . 26 dez. 1959 h.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.047. APROVA O ORÇAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE PRUDENTE PARA O EXERCÍCIO DE 1960. . 26 dez. 1959 i.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.155. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, para o exercício de 1960. . 16 jan. 1960 a.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.692. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, para o exercício de 1961. . 16 jan. 1960 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.157. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, para o exercício de 1960. . 18 jan. 1960 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.165. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, para o exercício de 1960. . 21 jan. 1960 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.316. Aprova o Orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. . 24 fev. 1960 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.139. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, para exercício de 1960. . 1 maio 1960 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 34.246. Aprova o Orçamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis, para o exercício de 1960. . 1 maio 1960 g.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.137. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, para o exercício de 1960. . 1 maio 1960 h.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 36.143. Aprova o Orçamento da Universidade de São Paulo para o exercício de 1960. . 1 maio 1960 i.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 5.938. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1961. . 14 nov. 1960 j.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.742. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, para o exercício de 1961. . 22 dez. 1960 k.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.831. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, para o exercício de 1961. . 24 dez. 1960 l.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.832. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, para o exercício de 1961. . 24 dez. 1960 m.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.874. Aprova o orçamento da Universidade de São Paulo para o exercício de 1961. . 28 dez. 1960 n.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.880. Aprova o orçamento da Faculdade de

Farmácia e Odontologia de Araraquara para o exercício de 1961. . 29 dez. 1960 o.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.879. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, para o exercício de 1961. . 29 dez. 1960 p.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.878. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente para o exercícios de 1961. . 29 dez. 1960 q.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 38.023. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciência de Letras de São Paulo do Rio Preto, para o exercício de 1961. . 2 fev. 1961 a.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.944. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba para o exercício de 1961. . 1 maio 1961 b.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.945. Aprova o Orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Prêto, para o exercício de 1961. . 1 maio 1961 c.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.946. Aprova o Orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro para o exercício de 1961. . 1 maio 1961 d.
SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 6.484. Orça a receita e Fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1962. . 13 nov. 1961 e.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.692. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmacia e Odontologia de Araçatuba, para o exercício de 1962. . 12 dez. 1961 f.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.487. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmacia e Odontologia de Ribeirão Prêto, para o exercício de 1962. . 12 dez. 1961 g.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.488. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, para o exercício de 1962. . 12 dez. 1961 h.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.489. Aprovado orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, para o exercício de 1962. . 12 dez. 1961 i.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.523. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, para o exercício de 1962. . 16 dez. 1961 j.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.528. Aprova o Orçamento da Faculdade do Filosofia, Ciências e letras de Araraquara, para, o exercício de 1962. . 18 dez. 1961 k.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.535. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, para o exercício de 1962. . 20 dez. 1961 l.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.534. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, para o exercício de 1962. . 20 dez. 1961 m.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.874. Aprova o Orçamento da Universidade de São Paulo para o exercício de 1962. . 28 dez. 1961 n.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.588. Aprova o Orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, para o exercício de 1962. . 29 dez. 1961 o.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 37.831. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, para o execício de 1962. . 29 dez. 1961 p.
SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 39.587. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. . 29 dez. 1961 q.
SÃO PAULO, G. DO E. **PAGE - II Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial, , 1962a.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 7.454. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1963. . 14 nov. 1962 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.247. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, para o exercício de 1963. . 19 dez. 1962 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.248. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, para o exercício de 1963. . 19 dez. 1962 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.261. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, para o exercício de 1963. . 21 dez. 1962 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.298. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara para o exercício de 1963. . 26 dez. 1962 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.442. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, para o exercício de 1963. . 14 jan. 1963 a.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.443. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, para o exercício de 1963. . 14 jan. 1963 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.454. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. . 15 jan. 1963 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.510. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, para o exercício de 1963. . 23 jan. 1963 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.133. Aprova o orçamento da Universidade de Campinas. . 28 jun. 1963 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.387. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, para o exercício de 1963. . 1 jul. 1963 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.417. Aprova o orçamento da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, para o exercício de 1963. . 1 set. 1963 g.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.421. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, para o exercício de 1963. . 1 set. 1963 h.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.422. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, para o exercício de 1963. . 1 set. 1963 i.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.557. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. . 14 out. 1963 j.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.436. Aprova o Orçamento da Universidade de São Paulo para o exercício de 1963. . 1 nov. 1963 k.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 8.027. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1964. . 22 nov. 1963 l.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.919. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, para o exercício de 1964. . 31 dez. 1963 m.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.921. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara para o exercício, de 1964. . 31 dez. 1963 n.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.907. Aprova o Orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, para o exercício de 1964. . 31 dez. 1963 o.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.923. Aprova o Orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, para o exercito de 1964. . 31 dez. 1963 p.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.906. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, para o exercício de 1964. . 31

dez. 1963 q.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.920. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, para o exercício de 1964. . 31 dez. 1963 r.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.365. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, para o exercício de 1965. . 31 dez. 1963 s.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.924. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, para o exercício de 1964. . 31 dez. 1963 t.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.899. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, para o exercício de 1963. . 31 dez. 1963 u.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.922. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. . 31 dez. 1963 v.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.954. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, para o exercício de 1964. . 14 jan. 1964 a.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.510. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, para o exercício de 1964. . 16 jan. 1964 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.959. Aprova o orçamento da Universidade de Campinas. . 16 jan. 1964 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.486. Aprova o orçamento da Universidade de Campinas, para o exercício de 1965. . 16 jan. 1964 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.976. Aprova o orçamento da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, para o exercício de 1964. . 23 jan. 1964 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 43.051. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, para o exercício de 1964. . 13 fev. 1964 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 43.390. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca para o exercício de 1964. . 6 ago. 1964 g.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.941. Aprova o orçamento da Universidade de São Paulo, para o exercício de 1964. . 1 set. 1964 h.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 8.027. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado, para o exercício de 1965. . 21 nov. 1964 i.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 41.422. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, para o exercício de 1964. . 2 dez. 1964 j.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.922. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto para o exercício de 1965. . 28 dez. 1964 k.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.356. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, para o exercício de 1965. . 30 dez. 1964 l.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.371. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, para o exercício de 1965. . 30 dez. 1964 m.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.371. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, para o exercício de 1965. . 30 dez. 1964 n.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.376. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, para o exercício de 1965. . 30 dez. 1964 o.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.423. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, para o exercício de 1965. . 15 jan. 1965 a.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.427. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, para o exercício de 1965. . 18 jan. 1965 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.923. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, para o exercício de 1965. . 18 jan. 1965 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.426. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, para o exercício de 1965. . 18 jan. 1965 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.428. Aprova o orçamento da Universidade de São Paulo, para o exercício de 1965. . 18 jan. 1965 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.919. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, para o exercício de 1965. . 20 jan. 1965 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.446. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, para o exercício de 1965. . 22 jan. 1965 g.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.551. Aprova o orçamento da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, para o exercício de 1965. . 19 fev. 1965 h.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.488. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, para o exercício de 1965. . 2 abr. 1965 i.

SÃO PAULO, G. DO E. Lei nº 9.078. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1966. . 11 nov. 1965 j.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.831. Aprova o orçamento da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, para o exercício de 1966. . 30 dez. 1965 k.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.832. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, para o exercício de 1966. . 30 dez. 1965 l.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.833. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, para o exercício de 1966. . 30 dez. 1965 m.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.837-J. Aprova o orçamento da Universidade de Campinas, para o exercício de 1966. . 31 dez. 1965 n.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.935. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 a.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.942. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 b.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.942. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 c.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.934. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 d.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 42.923. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 e.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.941. Aprova o orçamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 f.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.939. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 g.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.943. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 h.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.940. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, para o exercício de 1966. . 19 jan. 1966 i.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.932. Aprova o orçamento da Universidade de São Paulo, para o exercício financeiro de 1966. . 19 jan. 1966 j.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.867. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, para o exercício de 1966. . 1 maio 1966 k.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 45.868. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, para o exercício de 1966. . 1 maio 1966 l.

SÃO PAULO, G. DO E. Decreto nº 44.426. Aprova o orçamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, para o exercício de 1966. . 2 set. 1966 m.

SÃO PAULO, S. DA F. E P. **Galeria de Secretários da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo**. Disponível em:
<<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/ouvidoria/Paginas/Secret%C3%A1rios-da-Fazenda.aspx>>.

SÃO PAULO, S. DE J. **Galeria de Secretários da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo**. Disponível em:
<<http://justica.sp.gov.br/index.php/a-secretaria/secretarios-da-justica/>>.

SÃO PAULO, S. DE S. P. **Galeria de Secretários da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo**. Disponível em:
<<https://www.ssp.sp.gov.br/Institucional/Historico/Secretarios/HistoricoSecretarios.aspx>>.

SÃO PAULO, S. DE S. P. **Galeria de Secretários da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo**. Disponível em:
<<https://www.oabsp.org.br/portaldamemoria/galeria-de-presidentes>>.

SARTORI, G. **Teoria dei partiti e caso italiano**. [s.l.] SugarCo, 1982.

SARTORI, G. **Parties and Party Systems: A Framework for Analysis**. [s.l.] ECPR Press, 2005a.

SARTORI, G. **Parties and Party Systems: A Framework for Analysis**. [s.l.] ECPR Press, 2005b.

SCHLESINGER, J. A. The Primary Goals of Political Parties: A Clarification of Positive Theory. **American Political Science Review**, v. 69, n. 3, p. 840–849, set. 1975.

SHEPSLE, K. A.; WEINGAST, B. R. The institutional foundations of committee power. **The American Political Science Review**, p. 85–104, 1987.

SHIN, J. H. The choice of candidate-centered electoral systems in new democracies. **Party Politics**, v. 23, n. 2, p. 160–171, mar. 2017.

SIAVELIS, P. M. Party and social structure. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 359–370.

SIMÃO, A. O voto operário em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 1, p. 130, 1956.

SMITHIES, A. Optimum location in spatial competition. **Journal of Political Economy**, v. 49, n. 3, p. 423–439, 1941.

SNYDER, J. M.; TING, M. M. An Informational Rationale for Political Parties on JSTOR. **American Journal of Political Science**, v. 46, n. 1, p. 90–110, 2002.

SNYDER, James M. Campaign Contributions as Investments: The U.S. House of Representatives, 1980-1986. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 6, p. 1195–1227, 1 dez. 1990.

SOARES, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973.

SOKOLOFF, K. L.; ENGERMAN, S. L. Institutions, Factor Endowments, and Paths of Development in the New World. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 217–232, set. 2000.

SOUZA, M. DO C. C. DE. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

STEIN, ERNESTO; TALVI, GRISANTI. Institutional arrangements and fiscal performance: The latin american experience. Em: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. VON (Eds.). **Fiscal Institutions and Fiscal Performance**. Chicago: The Chicago University Press, 1999. p. 103–134.

STOKES, S. C. Perverse Accountability: A Formal Model of Machine Politics with Evidence from Argentina. **American Political Science Review**, v. 99, n. 3, p. 315–325, ago. 2005.

STROM, K. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. **American Journal of Political Science**, v. 34, n. 2, p. 565–598, 1990.

SWANK, O. H. Partisan views on the economy. **Public Choice**, v. 81, 1994.

TABELLINI, G.; PERSSON, T. The Size and the Scope of Government: Comparative Politics with Rational Politicians. **SSRN Electronic Journal**, 1999.

TALVI, E.; VEGH, C. A. **Tax Base Variability and Procyclical Fiscal Policy**. 1 jan. 2000.

THIES, M. F. Keeping Tabs on Partners: The Logic of Delegation in Coalition Governments. **American Journal of Political Science**, v. 45, n. 3, p. 580–598, 2001.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus 1990 - 1992**. [s.l.] EDUSP, 1996.

TSE, T. S. E. **Registros de partidos políticos 1945 a 1979**. Disponível em: <www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/>.

TSEBELIS, G.; CHANG, E. C. Veto players and the structure of budgets in advanced industrialized countries. **European Journal of Political Research**, v. 43, n. 3, p. 449–476, 2004.

TULLOCK, G. Problems of majority voting. **Journal of political economy**, v. 67, n. 6, p. 571–579, 1959.

TULLOCK, G. The cost of special privilege. Em: ALT, J. E.; SHEPSLE, K. A. (Eds.). **Perspectives on positive political economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 195–211.

TURNBULL, G. K.; MITIAS, P. M. The median voter model across levels of government. **Public Choice**, v. 99, n. 1, p. 119–138, 1999.

UDN. **Orgãos Dirigentes da União Democrática Nacional - Comissão Executiva**, 1945a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/udn/arquivos/Comissao_Executiva.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020

UDN. **Programa a que se refere o Artº 2º do Estatuto**, 1945b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/udn/arquivos/Programa.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020

USLANER, E. M. Political parties and social capital. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006.

VAN ROOZENDAAL, P. Cabinets in the Netherlands (1918–1990): The importance

of 'dominant' and 'central' parties. **European Journal of Political Research**, v. 23, n. 1, p. 35–54, 1993.

VELASCO, A. A model of endogenous fiscal deficits and delayed fiscal reforms. Em: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. VON (Eds.). **Fiscal Institutions and Fiscal Performance**. Chicago: The Chicago University Press, 1999a. p. 37–58.

VELASCO, A. A model of endogenous fiscal deficits and delayed fiscal reforms. Em: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. VON (Eds.). **Fiscal Institutions and Fiscal Performance**. Chicago: The Chicago University Press, 1999b. p. 13–36.

VIANA, S. B. POLÍTICA ECONÔMICA EXTERNA E INDUSTRIALIZAÇÃO, 1946-1951. Em: ABREU, M. DE P. (Ed.). **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014a.

VIANA, S. B. DUAS TENTATIVAS DE ESTABILIZAÇÃO, 1951-1954. Em: ABREU, M. DE P. (Ed.). **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014b.

WARWICK, P. **Government survival in parliamentary democracies**. [s.l.] Cambridge University Press, 2007.

WEFFORT, F. C. As raízes sociais do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, v. 2, 1964.

WESSELS, B. European Parliament and interest groups. Em: **The European Parliament, the national parliaments, and European integration**. Bruxelas: [s.n.]. p. 105–128.

WHITE, J. K. What is a political party. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 5–15.

WILLIAMSON, O. E. The transaction cost approach. **American Journal of Sociology**. **American Journal of Sociology**, v. 87, n. 3, p. 548–577, 1981a.

WILLIAMSON, O. E. The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach. **American Journal of Sociology**, v. 87, n. 3, p. 548–577, nov. 1981b.

WITTMAN, D. Candidate Motivation: A Synthesis of Alternative Theories. **American Political Science Review**, v. 77, n. 1, p. 142–157, mar. 1983.

WITTMAN, D. A. Parties as utility maximizers. **The American Political Science Review**, v. 67, n. 2, p. 490–498, 1973.

WOLINETZ, S. B. Party systems and party system types. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Eds.). **Handbook of party politics**. [s.l.] SAGE, 2006. p. 51–62.

WRIGHT, J. R. Contributions, lobbying, and committee voting in the US House of Representatives. **The American Political Science Review**, p. 417–438, 1990.

ZAKHAROV, A. V.; SOROKIN, C. S. Policy convergence in a two-candidate probabilistic voting model. **Social Choice and Welfare**, v. 43, n. 2, p. 429–446, ago. 2014.